

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

DIRETOR-PRESIDENTE:

Alcides de Mendonça Lima Filho

SECRETARIO:

Aluizio de M. Mendes

GERENTE:

Armando Batista Gonçalves

Ano XXV

Brasil - Rio de Janeiro, Setembro de 1938

N.º 292

"A liberdade consiste em se poder fazer tudo o que não prejudique a outrém: Nessas condições, o exercício dos direitos naturais de cada homem não têm outros limites, senão os que garantem aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Estes limites sómente podem ser determinados pela lei". (Art. 4.º da "Declaração dos direitos do homem" votada pela Assembléa Constituinte Francêsa em Agosto de 1789).

SUMÁRIO

LITERATURA — HISTORIA — GEOGRAFIA — CIENCIAS

PAG.

O Brasil — uma civilização característica — Cap. <i>Manoel Nogueira</i>	251
Topografia para sargentos — 1.º ten. <i>Aragão</i>	9
A guerra	16

SECÇÃO DE INSTRUÇÃO

Escreções relativas ao julgamento da aptidão para o comando — Cap. <i>Paulo Rosa Pinto Pessoa</i>	275
Arto do General Noël	282
Objeto da educação moral do soldado — Cap. <i>Gerardo Lemos do Amaral</i>	283
Comando e instrução — Cel. <i>Delhome</i>	297
Como não deve ser — Cap. <i>Valmir de Araripe Ramos</i>	309

SECÇÃO DE TÁTICA GERAL

PAC.

Os ensinamentos da guerra de Espanha — Tradução —	311
Cap. Oliveira	
O problema da moto-mecanização — 1.º ten. <i>Umberto Peregrino</i>	319

SECÇÃO DE INFANTARIA

Mecanismos da secção de mrt's pesadas no combate — 1.º ten. <i>Paulo Bolívar de H. Cavalcante</i>	323
---	-----

SECÇÃO DE AVIAÇÃO

A cooperação da aviação nas operações terrestres — Ten. Cel. <i>A. S. M. Ararigboia</i>	331
---	-----

SECÇÃO DE ARTILHARIA DE COSTA

O tiro a giz na artilharia de costa — 1.º ten. <i>A. Leite Machado</i>	369
--	-----

SECÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

O Exército em face do Estado Novo — Maj. <i>Correia Lima</i>	385
--	-----

NOTICIARIO E VARIEDADES

O Oficial em sua dupla missão de instrutor e disciplinador — Ten. Cel. <i>Onofre M. Gomes da Silva</i>	395
Depoimento sobre a Companhia Mate Laranjeira	400

LITERATURA · HISTORIA GEOGRAPHIA · SCIENCIA

O Brasil uma civilização caracteristica (1)

Pelo Cap. MANOEL NOGUEIRA

Em que pése o imenso esforço de nosso povo que, sob os tropicos, numa luta sem par contra a agressividade da natureza, logrou lançar os alicerces duma civilização carateristicamente propria, num desmentido flagrante às afirmativas em contrario dos menos atilados e percuentes que teimam em enxergar o processo sociogenico brasileiro como um puro e simples desenvolvimento do espirito e da cultura europeus, somos ainda, sob varios aspectos um povo nos primordios de sua evolução, sobretudo quando se o compara com os que se encontram na vanguarda do progresso.

A circunstancia da civilização brasileira acentuar, dia a dia, uma diferenciação de seus caractéres sociais e espirituais em relação aos demais povos, impreme-lhe uma personalidade bem sua, bem brasileira, bem distinta da dos demais agregados humanos. reivindicando-lhe um lugar a parte no concerto das nações.

Nem por isso, todavia, deixamos de laborar no tocante à compreensão e à solução de certas questões que dizem de perto ao que é essencial à nossa vida institucional, à solidez de nossa estrutura económica, à defesa e manutenção de nossa soberania num atraço nem sempre justificavel em face do progresso que nós proprios realizámos em outros setores do conjunto das atividades nacionais e em face mesmo dos recursos ilimitados que a natureza nos outorgou e que jazem, na sua quasi totalidade, em estado potencial, aguardando o instante em que, exploradas e transformadas em valores ativos, fundamentem as bases da mais possante de todas as civilizações do mundo. Assim, ao passo que em certas esferas da arte e da filosofia é-nos lícito uma situação de igualdade com os povos de mais alto nível cultural, em outros muitos, nos da ciencia, técnica e da industria, por exemplo, ou ensaiamos os primeiros passos ou, então, neles nem

(1) Conferencia realizada no C. P. O. R. da 1.^a R. M..

siquer entrâmos a caminhar, a despeito de não nos falecer para tanto os recursos indispensaveis.

SEJAMOS REALISTAS E TENHAMOS FE' NO BRASIL

Como quer que seja, porém, deixando de parte o irrealismo patriotico em que nos embalamos ha mais de um seculo e entrando a considerar, de um modo efetivo, a capacidade de resistencia, de adatação e creadora de nossa gente, acentuemos que o fenomeno não define motivo de desanimo e de descrença no futuro do Brasil sinão que, ao contrario, expressa argumento decisivo para que, recuperando o tempo perdido, procuremos, organizando-nos tecnicamente, aparelhando e sistematizando o trabalho, dinamizando riquezas, difundindo a cultura, valorizando o homem, higienizando os campos e as cidades, fortalecendo o principio de nossa soberania, equacionar o problema brasileiro, elaborando um plano de conjunto, sem descontinuidades no espaço e no tempo, e em cuja solução invertamos todas as energias nacionais.

DIRETRIZES GERAIS DA EVOLUÇÃO BRASILEIRA

Porque de vulto ingente, não será obra de uma só geração, como não o foi a conquista da base geografica e étnica, social e politica do país, mas é imperioso que, desde já, considerando as condições novas do equilibrio universal, lancemos, como o está fazendo o Estado Novo, com coragem heroica e com inquebrantavel espirito de decisão, seus alicerces e tracemos, para o futuro, as diretrizes gerais de nossa evolução.

MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO NACIONAL

Processa-se, de resto, de alguns anos a esta parte, um movimento de grande envergadura que, irradiando das mais altas expressões de nosso pensamento, em consonancia com o desenvolvimento positivo de nossas realidades sociogenicas, manifestar-se-à por força, como está auspiciosamente acontecendo, no terreno da atividade practica, no acionamento util de nossos valores ativos, dos recursos materiais e espirituais da Nação, cuja individualidade, encontrando o sentido de sua ascenção e de seu

crescimento, como a arvore que busca a luz, impõe-se à, mercê de sua pujança e de sua autoridade moral, à consciência universal.

Basta que atentemos para o ambiente que nos cerca; para a fecunda elaboração intelectual destes últimos tempos, em que são encarados, com lógica e com objetividade, os magnos problemas de nossa economia; para o surto de nossa atividade prática; para a profunda transformação política e social que o Estado Novo testifica; para o gigantesco progresso realizado, a partir de 1930, no terreno difícil e perigoso do equilíbrio necessário e hierarquizado das classes, para que nos convençamos, desde logo, que, deixando de parte as improvisações e as discussões bizantinas, encetamos de vez a construção de nossa verdadeira civilização que, graças à sua base geográfica prodigiosamente rica e à resistência de sua etnia, encherá, em futuro próximo, o mundo de assombro e de espanto.

O MEIO BRASILEIRO NA FORMAÇÃO DE SUA CONSCIÊNCIA

E certo que esta civilização não será um produto arbitrário, não resultará, como a muitos possa parecer, da simples transplantação da cultura de outros povos para o nosso meio. E, pois, sem desprezar a contribuição do pensamento alienígeno, será ela consequência da ação modeladora de factores específicos de nosso ambiente cósmico, um produto do esforço de todos os brasileiros, dos mais qualificados aos mais humildes, cujas necessidades e aspirações, corporificando uma mentalidade diferente da de outros povos, cujo modo de ser individual e coletivo diverso do de outras sociedades, engendrarão para nosso espírito outra concepção de vida, outra atitude na consideração do nosso próprio e do destino da humanidade.

ESPIRITO DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA

No instante mesmo em que as nações do Velho Mundo entram a falar pela boca dos canhões, nos primeiros e já tão terríveis engajamentos da guerra universal em que a Europa, dividida por odios irreconciliáveis, vai se abismar, é de ver a serenidade e a confiança com que o Brasil se dirige à consciência do

mundo, proclamando, ao mesmo tempo que a intangibilidade da doutrina de Monroe, em harmonia com as demais nações do continente, a crença inderruível da superioridade das soluções pacíficas sobre as que a violencia engendra.

E' exatamente aí, em crises como a atual, que se patenteia, por maneira bem propria, o espirito desta civilização que, nem por proclamar seu pacifismo e seu desejo de porfiar em paz e pela paz, se sente impotente para forjar os instrumentos de sua defesa, afirmando sua vontade de existir, cumprindo seu destino, quaisquer que sejam as vicissitudes e por mais ameaçadoras que sejam as tempestades.

Mas, para a America, amar a paz não significa renunciar a guerra quando imposta pela propria guerra, pelos povos que a querem transformar em meio e fim de sua politica, não quer dizer passividade e renuncia diante dos assomos de dominação e de conquista dos imperialismos agressivos que intentam fazer do mundo um unico e dantesco campo de batalha. Significa querer, com ardor, estratificar um sistema de equilibrio universal em que os povos, menos feras e mais humanos, explorando todos os recursos da técnica na dominação das energias da natureza, não para transforma-las em instrumentos de morte mas em factores de progresso e de vida, pensando e agindo em liberdade e pela coletividade, colaborassem, em espirito de fraternidade, pelo bem estar e pela felicidade dos homens.

Comum a todos os países americanos, este estado de espirito define uma mentalidade do continente que se articula, se organiza, trabalha e cresce, não para se entredevorar, na hecatombe das guerras, para defender esse seu, muito seu, patrimonio moral e espiritual, elevado à altura dum principio de sua politica internacional e de que defluem normas de ação pratica, constantes e uniformes.

SUBORDINEMO-NOS ÀS REALIDADES BRASILEIRAS

Subordinar-se, pois, aos imperativos de tais contingencias, obedecer às instituições da alma de nosso povo, seguir os impulsos de sua sensibilidade é o que se chama agir em harmonia com as nossas realidades; procurar resolver os nossos problemas em função de suas imposições é o que se chama marchar ao impulso fecundo do genio de nossa civilização, que cumpre

seja compreendido e respeitado para, dest'arte, furtarmo-nos às revoluções, sempre inevitáveis quando se o tenta torcer, burlar, comprimir ou aniquilar.

TRANSPLANTAÇÃO SIMPLES E' PURA VESANIA

Mas, lançar mão da unica alavanca do pensamento e da técnica, dos métodos e processos de outros povos, julgando de seu valor pelo falso estalão de seu sucesso em outros países, para a solução de nossos problemas, é dar testemunho de vesanica incompreensão.

A ORGANIZAÇÃO NACIONAL, OBRA DE TODOS OS BRASILEIROS

A obra de organização nacional não se realizará de chofre, não será ato duma vontade individual por mais poderosa e genial, mas o resultado duma longa e penosa elaboração do pensamento e da atividade brasileiros, sob o clima físico, social, moral e espiritual do Brasil, no cadrinho imenso de nossa terra em que todas as raças do mundo, desde o negro ao mais puro ariano, lutando e sofrendo, derramando sangue e vertendo suor, impotentes para vencer a ação plástica do meio físico, se fundem, num caldeamento sem parelhas na história, para dar nascimento, na seleção do mais apto e do mais forte, ao homem brasileiro, sínteses de todas elas e o único revestido de qualidades físicas, psíquicas bastante energicas para dominar a natureza tropical e, assim, sopesar a mais pujante de todas as civilizações da terra.

E' esta a obra titanica que incumbe aos brasileiros, cumprindo seu destino, realizar pela e para a humanidade.

DEFESA CONTRA A AGRESSIVIDADE DOS IMPERIALISMOS

Para que possa, porém, ser levada a termo, torna-se necessário que, pela ação conjunta de nossa diplomacia e das nossas forças armadas, estejamos em condições de nos resguardar das incursões imperialistas que, hoje em dia, usando todos os processos, invocando princípios e místicas que a cultura já soterrará como anacronismos históricos e heresias filosóficas, mobilizam todas suas energias para a conquista do mundo.

PODER MILITAR CONTRA PODER MILITAR

E, diante da realidade deste fato, não nos sobra outra alternativa senão a de opôr ao poder militar o poder militar, não só pela intensa preparação para a guerra, como ainda pelo estabelecimento de alianças defensivas com os povos que, no mundo, guardem comosco análogos interesses e participem comosco dos mesmos ideais.

O PROBLEMA MILITAR DO BRASIL E' BRASILEIRO

Partindo dessas premissas não poderemos encarar o problema militar dum ponto de vista restrito e isolado, senão geral e brasileiro e mesmo americano, em consonância com o processo evolutivo da nacionalidade. Obrar em contrário seria infringir as leis de nossa marcha histórica, iniciada pelo Império e prosseguida, sem interrupções, pela República e, agora, marcantemente acentuada pelo Estado Novo. Modelar as forças armadas segundo moldes estrangeiros, sem levar em conta os imperativos dessa realidade, as nossas necessidades materiais, as deficiências do meio, a individualidade de nossa gente, o gênio da raça em formação, violentando-o com o formalismo duma disciplina e duma organização infensas à indole do nosso povo, violando os mandamentos do meio geográfico crivado de dificuldades a ele peculiaríssimas, desprezando as imposições de nossa economia incipiente, desprezando as singularidades dos nossos teatros de operações prováveis, mal riscado de estradas, pensando em motorização intensiva quando mal podemos hipomover e quando, para tanto, nos falecem os fundamentos econômicos, em concentrações maciças quando nem siquer é dado encortinar a vastidão, raciocinando com dados que só podem existir no espírito mas que são a negação dos factores objetivos, seria o mesmo que levantar uma estatua de pés de barro que se esboroaria aos primeiros choques, acarretando ou um desastre definitivo ou provocando adaptações lentas e laboriosas. (1)

(1) A redação está de pleno acordo com os conceitos emitidos pelo autor do presente artigo, principalmente quando afirma que o problema militar do Brasil é brasileiro. Lamentamos não concordar na parte relativa a "motorização" pelas razões expendidas em Julho de 1934, no artigo publicado sob o título "As Divisões de Cavalaria". (Nota da Redação).

O PROBLEMA DAS RESERVAS

Porque nos interesse imediatamente e porque seja de importância trancendente na organização da defesa nacional, a questão da formação e instrução de nossas reservas, à qual vós outros que labutais nesta casa, quer como instrutores, quer como alunos, estais intimamente vinculados, participando, em grande parte, das pesadas responsabilidades de sua solução, deve merecer, no dia de hoje, quando iniciamos, cheios de fé e de entusiasmo patriótico, os trabalhos anuais, algumas observações ligeiras, sugeridas pela meditação daqueles que, no anonimato de sua profissão de soldado, se interessam pelos destinos do Brasil.

UNIDADE ORGANICA E PROGRESSIVIDADE

E' mistér que, como deixou bem claro o Exmo. Sr. Gen. Góes Monteiro, sobre cujos ombros repousam os pesados encargos da preparação militar do Brasil e a cuja inteligencia privilegiada está confiada a solução dos complexos problemas da defesa nacional, imprimiamos unidade orgânica e progressividade aos nossos esforços tendentes a crear um Exército à altura de nossas necessidades e capaz de cumprir quaisquer missões que, acaso, no desenvolvimento da política externa, se lhe atribua, de tal maneira que seus órgãos creçam uniformemente, sem que uns se hiperbrotiem em desfavor de outros, porque é do perfeito equilíbrio e entrosagem das peças que decorre a fortaleza e o funcionamento harmonico do todo.

E' PRECISO OLHAR PARA O HOMEM DAS RESERVAS

Desejamos com isto dizer que, na preparação para a guerra, tendo em vista a complexidade do problema militar, na interação de todas as questões, umas sendo consequência necessária de outras, devemos de todas cuidar com igual carinho e a todas encarar e resolver com o mesmo impulso criador. Não lançar nossas vistos sómente sobre o material, não tratar apenas da cultura dos quadros da ativa, não ver tão sómente as necessidades desta ou daquela arma, deste ou daquele serviço, criando para uns apenas encargos e para outros apenas privilégios, mas também atentar para o homem que, no caso de guerra, sem ser do

Exército de tempo de paz, será o soldado e o chefe, no mesmo pé de igualdade e com as mesmas responsabilidades que seus companheiros profissionais, com estes repartindo quer as glórias do triunfo, quer o amargor das derrotas.

Sentimos e é verdade que este homem não tem merecido os cuidados que fôra para desejar. De fato, impõe-se que, de quando em quando, o vámos buscar, onde quer que se encontre, na cidade ou no campo, na fronteira ou no sertão, no vale amazônico ou nos pampas do Sul, e indaguemos si ainda conserva o vigor físico para as marchas e combates, si ainda está em seus reflexos o mecanismo do emprego do armamento, integrando-o no ambiente da guerra moderna, familiarizando-o com o manejo dos engenhos em permanente aperfeiçoamento, pondo-o ao corrente da tática defensiva dos gases e dos ares, refundindo-lhes os conhecimentos, reacendendo-lhe no coração a chama sagrada do amor ao Brasil e às suas instituições, assimilando-o definitivamente à grande alma coletiva que o Exército deve ter, na unidade moral de todos os seus homens, na coesão indestrutível de todos os seus órgãos institucionais.

O ESTADO ATUAL DE NOSSAS RESERVAS

Mas, em que pése a importância de que se reveste, tanto no Brasil como em outro qualquer país, o problema da instrução e formação das reservas, sobretudo em quadros, e o esforço feito nestes últimos tempos através dos C. P. O. R., disseminados por todos os Estados do Brasil, forçoso é que reconheçamos que, para a consecução de um mínimo de oficiais da reserva para nossas necessidades mais imediatas, ainda há muito que trabalhar e que, entre nós, os progressos realizados não marcharam parelhas com os logrados, nestes últimos tempos de grandes e inegáveis comendimentos, em outros setores de nosso organismo militar.

AS RESERVAS E A MOBILIZAÇÃO

Não ha dúvida que a formação dos quadros de oficiais da reserva é obra que demanda tempo e dotações dispendiosas, mas quaisquer que sejam os sacrifícios serão mínimos diante do sacrifício de nossa soberania e de nossa liberdade, porque diante da realidade que nos cerca, quando a quasi totalidade dos recur-

sos financeiros das Nações são canalizados para a guerra, quando a guerra, essa "mangeuse d'hommes", exige para sua conduta efetivos gigantescos, mórmente em chefes de pequenas unidades, os mais usados e sacrificados, um Exército, por melhor aparelhado, por melhor instruído, por maiores que sejam seus efetivos, não pôde, em caso de mobilização, sique constituir, consoante a experiência de 1914-1918, a quarta parte do Exército de campanha. E semelhante afirmativa é tanto mais verdadeira quanto maior fôr a duração da campanha. Basta que atentemos para as perdas do Exército francês "1.500.000 homens mortos em combate e mais de 1.000.000 de mutilados nos quais a Infantaria correu com 88 %, a Artilharia com 6 % e a Engenharia com 2 %". "O VI.º Exército, no Somme, entre 1.º de julho e 30 de setembro de 1916, perdeu 19 % de seus efetivos, levando em conta os reforços recebidos. Tais perdas se repartiram assim: mortos ou falecidos em consequência dos ferimentos: 4,4 %; feridos 100.190, seja 11,9 %; desaparecidos: 20.695, sejam 2,4 %". Nas batalhas gemelas do Somme e de Verdum tombaram 726.000 homens".

AINDA OS IMPERIALISMOS AGRESSIVOS

As nações de forte coeficiente demográfico, pobres de matérias primas, com sua capacidade econômica limitada mas nem por isso destituídas dos mais poderosos e mortíferos instrumentos de guerra jamais construídos, se prestam, ao imposto avassalador de místicas irrefreáveis, ao mais feroz imperialismo de que se tem memória, para expandir-se, mesmo à força, através das regiões economicamente em potencial. Estranguladas em territórios reduzidos, onde, a despeito dos milagres da técnica moderna, não é possível conter suas massas de população, avidas dum nível de vida em consonância com o grão de sua cultura e ansiosas por dar larguezas ao seu gênio criador, impelem-nos à expansão e à conquista, com imperativos biológicos que desconhecem leis e barreiras.

O MOMENTO NÃO COMPORTA ILUSÕES

O momento não comporta ilusões e, diante da situação, diante da história destes três últimos anos,

dos fatos consumados da Abissinia e da China, a ninguem, entre nós, escapa o axioma elementar de que, si quizermos sobreviver como nação soberana, é imperioso que sejamos fortes, isto é, que estejamos, quer em terra, quer no ar e no mar, preparados para repelir qualquer inimigo que nos ataque.

MINIMO DEFENSIVO

Ora, sinão profundamente, pelo menos duma maneira geral podemos inferir do poder ofensivo das nações que nutrem intuições de dominação sobre o Brasil e, considerando nossa situação estratégica em relação às referidas nações, concluir da maneira por que poderão desfilar um ataque contra nossa soberania.

Não alimentamos propósitos imperialistas e, des'arte, nossas forças armadas, a par do sistema de segurança que nossa diplomacia possa construir, tendo como pivot a doutrina de Monroe devem atingir um minimo defensivo a quem do qual será locura qualquer veleidade de resistência.

Infelizmente, máo grado os grandes esforços que temos feito nestes ultimos tempos, com a finalidade de atingir esse minimo o certo é que estamos ainda muito longe de alcançá-lo e tanto mais distante quanto tratamos da questão da formação dos nossos quadros da reserva.

OFICIAIS DA ATIVA E DA RESERVA

O numero de oficiais do Exército ativo, com efeito, é assai diminuto para poder siquer de longe enquadrar, na mobilização, as tropas em campanha e, nestas condições, tal problema se reveste para nós, como, de resto ocorre, em todos os países do mundo, de importancia capital, devendo, por isso mesmo, merecer os mais carinhosos cuidados governamentais, dotações razoáveis para seu adestramento, seleção permanente de metodos e processos pedagogicos, fornecimento de material de instrução de tal maneira que sua formação profissional, sua capacidade técnico-reservafissional e de comando sejam tão aproximadas quanto possa quaisquer as dos oficiais da ativa, exatamente para que, quando a guerra de lar, reine por toda parte a mais perfeita e minuciosa unida realidade vistas, o mesmo nível de esforço, o mesmo impulso ofensivo encarniçamento defensivo, a mesma unidade mo-

ral e espiritual, a mesma confiança, entusiasmo e fé com cuja ausência é de todo impossível construir a vitória.

IDEAL A ATINGIR

Fazer do oficial da reserva um oficial em tudo identico a um da ativa, eis o ideal que todos os Exércitos perseguem, eis o que, entre nós, pondo de parte todo preconceito e arejando nossas mentalidades com as modernas ideais já dominantes nos países da Europa e dos Estados Unidos, devemos intensamente querer. É uma questão de justiça porque, si na guerra impõem-se-lhes os mesmos encargos, as mesmas responsabilidades, o mesmo sacrifício, porque na paz não considera-los no mesmo pé de igualdade, já não direi nos seus direitos essenciais mas pelo menos nos recursos materiais de sua preparação profissional.

POTENCIAL DEMOGRÁFICO DO BRASIL

Alega-se, não raro, procrastinando, entre nós, a solução da questão, que nos será dado, si o quizermos, improvisar grandes exércitos, tendo em vista a massa considerável de nossa população. Na verdade, o nosso potencial em homens é ponderável, homens bravos, sobrios e patriotas, cujo heroísmo fartam a história patria de páginas de imperecível beleza, homens afeitos à luta contra a brutalidade da natureza, a guerra lhes será, na sua expressão de dor e de sacrifício, questão de somenos, suportando-lhe as agruras e os sacrifícios com a resignação e com a tenacidade do sertanejo que corta os sertões, vara a caatinga e se afunda no seio virgem da mata tropical ou com a impetuosidade do gaucho, galopando, impavido, pelo vasto pampa, com a naturalidade heroica dum superhomem.

POPULAÇÃO, FACTOR RELATIVO

Invocando, como argumento decisivo, sempre que se discute a posição militar do Brasil em relação aos demais países, o factor demográfico se reveste, é preciso que se o diga, dum valor vantajoso relativo. Si assim não fosse, si população e poder, ere-se fossem expressões equivalentes, incompreensível seria ja, cifra do Japão sobre a Russia como impossível, nos dias ati-

quista da China, que a todos os povos supera na densidade de sua demografia.

POPULAÇÃO, VALOR POTENCIAL

A população, não ha duvida, é, na guerra, um valor mas um valor estatico e, nela, só podem prevalecer os dinamicos, dado que tudo o que é inerte e passivo, o que não colabora na luta tarda a vitoria, ao envés de acelera-la, porque desgasta as reservas materiais da Nação.

UM VALOR ATIVO NA GUERRA

Na guerra, só quem nas linhas de frente, nos arsenais e nas fabricas, nos hospitais e nas comunicações, realizam atos de guerra são valores ativos. Os atos de guerra, porém, são, hoje, o resultado dum complexo de ações técnicas e psicologicas, cujo aprendizado é longo e custoso e cuja automatização é tarefa que exige longos meses de treinamento. A improvisação é impossivel no trato do material complexo e variado que o soldado, hoje, maneja, e, com muito mais forte razão, na formação moral do combatente moderno, cujos nervos devem suportar as mais espantosas provas, cercado por todos os lados pela morte, já irrompendo da terra como um cataclisma, quer precipitando-se dos céus como uma tempestade.

A CONCEPÇÃO DE LUDENDORF E' A REALIDADE DE NOSSOS DIAS

Dentro da concepção totalitaria de Ludendorff, concepção que, por força da realidade técnico-científica de nossos dias, na progressão sem limites da potencia mortifera do armamento e dos engenhos agressivos, dominará tragicamente o cenário da guerra. Deixando o espaço praticamente de existir, o teatro das operações das guerras do futuro não se circunscreverá às frentes de reserva, mas abrangerá, afundando-se pelo coração do país, a propriedade mesma de seus territórios, em qualquer circunstancia, criando a ameaça das bombas e do gás dos super aviões de bombardamento realidade, toda população civil, das fabricas e das usinas, e das cidades, valida ou invalida, homens, mulheres

crianças, sofrendo a guerra tanto quanto os soldados nas trincheiras, fará a guerra, suportará seus horrores, instruir-se-á para a guerra.

O PROBLEMA NÃO MAIS PARCIAL SINÃO TOTALITARIO

Não bastará já o Exército ativo e da reserva sinão que também é mister a instrução técnica, tática e moral de todo país, tornando, assim, o problema amplitude jamais vista que totaliza todos os recursos e todas as energias dum povo em armas, perdendo o carácter restrito de simples formação de reservas militares para se constituir no trancendente problema da integração e coordenação dos esforços de milhões de vontades individuais.

VALOR ABSOLUTO, A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

Isto posto, do ponto de vista tático e estratégico, a população em si mesma tem apenas um valor relativo e só é factor absoluto seu estado de preparação para a guerra.

Eis porque a preparação dos futuros chefes de pequenas unidades que sois vós, e cujos efetivos se fundem, na batalha, com ligeireza rapidez, é um problema que, na verdade, deve fazer jus a toda sorte de sacrifícios.

MOBILIZAÇÃO EM QUADROS DO EXÉRCITO FRANCÊS

O Exército Francês mobilizado comprehende 24.000 oficiais da ativa — 85.000 da reserva, entrando os oficiais do Exército ativo no enquadramento das unidades mobilizadas, apenas com 25% dos efetivos. Nas diversas armas os oficiais da reserva entram nas seguintes proporções: Infantaria, 70%; Cavalaria, 60%; Artilharia, 80%; Engenharia, 72%; Aeronautica, 60%.

EFETIVOS NECESSARIOS À MOBILIZAÇÃO BRASILEIRA

Uma relação identica, sinão muito maior, deve, em caso de mobilização, existir no Brasil entre os corpos dos oficiais da ativa e da reserva e, nestas condições, si o numero daqueles, englobando-se as armas e os serviços orça pela casa dos 6.000, infere-se que nos serão precisos cerca de 24.000 oficiais da reserva, cifra deveras consideravel diante do que temos feito.

O TRABALHO DUM DECENIO

Sem considerarmos os oficiais da reserva, originarios de outros centros de preparação militar, como sejam os C. C. P., em que, nas mais das vezes, o recrutamento é feito entre os velhos sargentos, já com tempo de serviço para reforma, homens, portanto, com sua capacidade física e mental assás reduzida, ha dez anos que, de conformidade com as estatísticas fornecidas pela Diretoria da Reserva, os C. P. O. R. estão funcionando com regularidade, em todo o territorio nacional e, durante este tempo, no tempo em que a Italia forjou o seu admiravel instrumento de guerra, foram apenas formados 936 candidatos ao oficialato da reserva e só atingiram, por motivos varios, ao mesmo oficialato o numero minimo, irrisorio e desencorajador de 237 candidatos.

CIFRAS DESALENTADORAS

Praticamente, isto significa que, durante uma dezena de anos, logramos fazer tão somente duas centenas de comandantes e chefes de Pel., uma media desanimadora de 26 oficiais por ano.

Ora, tendo em linha de conta, nossas necessidades aproximadas que orçam pela casa dos 24.000, é bem de ver que, dentro deste ritmo, só lograriamos nosso desideratum dentro de 900 anos.

E' NECESSARIO REFUNDIR PARA PRODUZIR

Alinhamos, com dados aproximados mas que fundamentam-se perfeitamente como premissas para um raciocinio logico e verdadeiro, não só para realçar a enorme importancia dos C. P. O. R. dentro do nosso organismo militar, mas tambem para testificar a necessidade inadiável de sua ampliação, da refundição de seus metodos, do acrescimo imperioso de seus meios e de seu corpo de instrutores, de sua capacidade realizadora e de seu sistema de recrutamento, através duma legislação de verdadeira salvação nacional, que crie direitos e vantagens aos candidatos ao oficialato da reserva, impondo-lhes, ao par disso, os deveres que, nos países modernos, lhes incumbe em alta cifra, e estabeleça, uma vez por todas, as normas positivas dum eficiente e largo sistema de recrutamento e instrução.

IDENTIFICAÇÃO DAS MENTALIDADES CIVIL E MILITAR

E mistér, por outra parte, que, varrendo para sempre as teias de aranha de certas mentalidades antiquadas, que se petrificaram no passado, impotentes para acompanhar a formidável evolução social dos nossos tempos, a gigantesca transformação estrutural da sociedade moderna, o ritmo acendente de nossas necessidades orgânicas e estratégicas e a eversão singular operada pela técnica na concepção guerreira de nossos dias, trabalhemos, sem tréguas, pela identificação das mentalidades civil e militar, nesta comunhão fecunda de esforços, vontades e sentimentos de que falava o insigne Rodó e tão necessária à vida e à sobrevivência da nacionalidade quanto o ar para as trocas vitais de nossa existência, postergando-se as malsinações irrogadas os C. P. O. R. e, apoian-do-o, propagando a grandeza e a importância de sua missão, colaborando patrioticamente no desenvolvimento de sua operosidade, lancemos antes que seja tarde demais, as bases de nosso poder militar, de cuja estrutura os C. P. O. R. são a espinha dorsal.

As transformações do mundo e o direito das minorias

Um dos pontos tranquilos do direito internacional era a necessidade da declaração de guerra, como formalidade indispensável na abertura das hostilidades. Na segunda conferencia de Haia, o assunto foi decidido de acordo com a orientação humanitaria, que prevalecia no direito das gentes. Resolveu-se que as hostilidades não deveriam começar sem uma advertencia prévia, que teria a forma de declaração motivada de guerra, as de "ultimatum", as declarações de guerra condicional. E como a guerra afetava, não só aos beligerantes, mas também aos neutros, exigia-se que o estado de guerra fosse notificado às potencias neutras.

A conflagração mundial anulou muitas normas estabelecidas pelo direito das gentes. Mas o preceito de declaração de guerra foi mais ou menos admitido como uma necessidade.

Como o universo se transformou, a partir de 1914 ! As Conferências de Haia parecem coisas de uma idade passada e esquecida, quasi como os concilios medievais, que iam estabelecendo os dogmas da religião, ou decidindo as controvérsias existentes. Basta ver os costumes guerreiros contemporaneos. A China e o Japão lutam desesperadamente, empregando todos os seus recursos. Ha províncias e províncias ocupadas pelos soldados nipónicos.

Centenas de milhares de chineses já foram sacrificados à fúria dos exércitos conquistadores. Entretanto, pelas convenções internacionais, os dois países não se acham em guerra. Quando o Japão se queixava à Alemanha de que oficiais germanicos dirigissem as operações militares da China, qual foi a resposta de Hitler? Disse que nada impedia a presença daqueles oficiais na China, uma vez que não havia guerra declarada entre os dois países.

O exemplo começa a estabelecer um novo direito internacional. A Russia parece que achou interessante o modelo. Luta-se na fronteira mandchú, também sem declaração de guerra.

De tudo, o que se pode depreender, é que o universo chegou a uma fase tão belicosa, que já não precisa declaração de guerra. O estado de guerra é normal, permanente. O que precisa ser declarado é o estado de paz.

O Brasil se orgulhava da ação e da influência de Rui Barbosa, nos trabalhos da segunda Conferencia de Haia. Tínhamos a impressão de que havíamos conseguido progressos surpreendentes. Hoje, porém, quando presenciamos a essas realidades asperas e crúas, chegamos a desconfiar se não seriam um tanto ingenuos os graves e solenes congressistas da Conferencia de Haia.

Outra transformação profunda do mundo é a chamada direito das minorias. Devemos ficar muito alerta com semelhante direito de se furtar cincicamente a terra dos outros.

TOPOGRAFIA PARA SARGENTOS

Pelo 1.º Ten. ARAGÃO

APROXIMAÇÃO DE UMA ESCALA

A menor grandeza que pôde ser apreciada a olho é: 0m,0002 (vestigio da ponta de um lapis). Todo comprimento que, numa dada escala, corresponde a um comprimento gráfico inferior a 0m,0002 não tem representação nessa escala. Para sabermos qual a menor grandeza que se pôde representar em dada escala, bastará saber o comprimento real que nessa escala corresponde a 0m,0002. Chama-se a esta grandeza limite, **aproximação da escala**.

Assim a aproximação da escala 1/25.000 é:
(Problema n.º 1)

$$0m,0002 \times 25.000 = 5 \text{ m.}$$

Isto é, nessa escala não se pôde representar grandeza inferior a 5 m.

Na escala de 1/20.000 será:

$$0m,0002 \times 20.000 = 4 \text{ m.}$$

ESCALAS GRAFICAS — Os calculos necessarios para se passar duma grandeza grafica para a natural são muito simples pois se resumem na multiplicação ou na divisão dum numero pelo denominador da escala. No entanto, para evitar toda possibilidade de erro é que se empregam as **escales gráficas**, onde o resultado procurado se lê imediatamente.

ESCALAS GRAFICAS SIMPLES — Vamos construir uma escala gráfica simples de 1/10.000. Nessa escala temos:

1 m/m vale 10 metros.

1 cm. vale 100 metros.

1 dm. vale 1000 metros.

Tomemos, então, uma réta sobre a qual medimos um comprimento igual a 0m,1; este comprimento (fig. 1) representa 1.000 m..

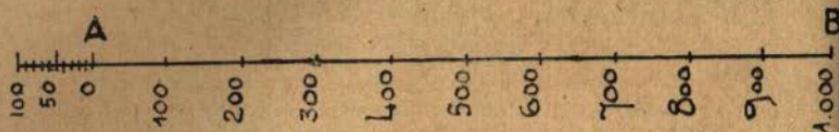


Fig. 1

No ponto **A**, que se chama **origem** da escala, escrevemos zero e no ponto **B**, **1.000**. Dividamos em seguida **AB** em 10 partes iguais, representando assim cada uma 100 m. e escrevemos nos diferentes pontos de divisão os números 100, 200, 300, etc.. As escalas costumam ter o comprimento de 2 ou 3 decímetros; basta, então, à direita de **B** construir mais 10 ou 20 divisões iguais às precedentes.

EMPREGO — Medida na carta de 1/10.000 uma distância gráfica com o compasso, colocamos uma das suas pontas sobre uma divisão de **AB**, 500 por exemplo, de maneira que a outra ponta caiá sobre **A** ou um ponto qualquer entre **A** e **C**. Si a segunda cair entre **A** e **C**, por exemplo, no ponto marcado 70, a distância procurada é $500\text{m} + 70 = 570\text{m}$.

Para a medida das grandezas menores de 100 metros, construimos à esquerda de **A** o que se chama **talão** da escala; transportamos em **AC** um comprimento igual a uma das divisões de **AB** e dividimo-la em 10 partes, onde escrevemos, a partir de **A**: 10, 20, 30, etc..

ESCALAS TRANSVERSAIS — As escalas transversais permitem avaliar as distâncias com maior precisão que as escalas simples. Seja construir uma escala transversal de 1/2.500. Começaremos por construir uma escala gráfica simples **AB** com o seu talão **AC** dividido em 10 partes iguais representando cada uma 10 metros. Por **C** tiramos uma perpendicular qualquer **CC'** a **CB** e construimos o retângulo **CC'BB'**. Dividimos **CC'** em 10 partes iguais numeradas de 0 a 10 e por elas conduzimos paralelas a **CB**. Depois, pelos pontos de divisão 0, 100, 200, etc. de **AB** levantamos paralelas a **CC'** (Fig. 2).

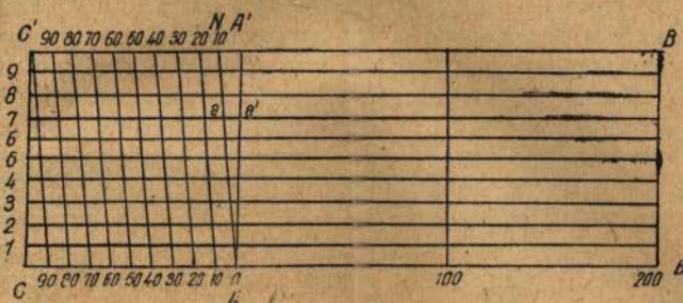


Fig. 2

A parte inferior do talão da escala C A, é também dividida em 10 partes iguais; mas em lugar de reunir os pontos de divisão correspondentes por retas paralelas CC' unem-se por obliquas de maneira que o ponto 10 inferior seja ligado ao ponto 0 inferior, o 20 superior ao inferior e assim por diante.

Feito isto, temos construída a escala transversal dada.

Antes de falarmos no modo de emprego, considere-se o triângulo AA'N. Este triângulo é atravessado por ve linhas paralelas à sua base A'N, que determinam tantos triângulos parciais semelhantes a AA'N. triângulo Aaa', por exemplo, determinado pela paralela 7, nos dá a proporção:

$$\frac{Aa'}{AA'} = \frac{aa'}{AN} \quad \text{mas} \quad \frac{Aa'}{AA'} = \frac{7}{10}$$

$$\text{logo: } \frac{aa'}{AN} = \frac{7}{10}$$

AN representa 10 m., portanto aa' representa 7m.. De mesma maneira demonstraríamos que os segmentos paralelos 1, 2, 3, etc. compreendidas entre AA' e AN respondem a 1, 2, 3, etc. metros.

Emprego — Para medirmos uma distância na carta com auxílio dessa escala tomamos com o compasso a abertura correspondente ao comprimento gráfico e o transportamos sobre a escala gráfica simples inferior, como foi ensinado. Se a outra ponta do compasso cair exatamente sobre uma divisão, esta é a distância medida, ex.: 840 m.; se porém a outra ponta cair entre 840 e 850 por exemplo, desloca-se a 1.ª ponta do compasso para cima ao longo da vertical 800 até que a outra ponta encontre a intersecção duma transversal com uma horizontal qualquer; admitamos que isso se deu no cruzamento da transversal 40 com a horizontal 8; a distância será nesse caso de 848 m..

Se quizermos agora saber qual o comprimento gráfico correspondente a 324 m., aplicamos uma das pontas do compasso sobre a vertical 300 e à altura da horizontal 4 (correspondente ao algarismo das unidades do número dado); a outra ponta aplicaremos no cruzamento da transversal 20 com a horizontal 4 considerada.

A abertura do compasso resultante desta operação exprime a grandeza gráfica que, na escala considerada, corresponde a 324 m..

CURVIMETRO E SEU EMPREGO

O curvímetro (fig. 3), é um instrumento constituído: de uma haste H por onde o seguramos nas aplicações; de um mostrador grande, cuja circunferência está dividida em 100 partes iguais, numeradas de 5 em 5; de um mostrador pequeno, dividido em 4 partes assinaladas com os números 5 e 10, respectivamente nas extremidades dos diâmetros horizontal e vertical, e sub-divididas em 10 partes iguais; de uma pequena roda dentada, que, girando em torno de um eixo fixo, pelo impulso da mão do operador, faz mover os ponteiros dos dois mostradores fornecendo-nos, pelo seu deslocamento na carta, o comprimento gráfico da linha percorrida em centímetros, milímetros e frações desta unidade. Os centímetros são indicados pelas divisões do mostrador maior,

e os milímetros e suas frações pelas divisões do mostrador menor.

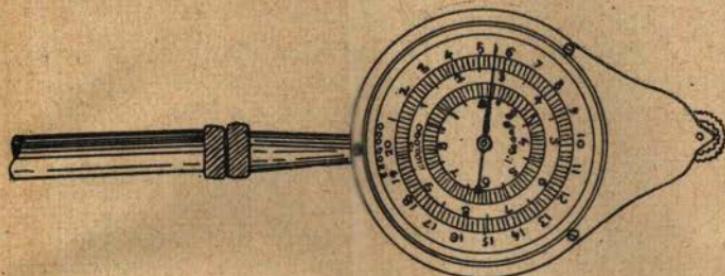


Fig. 3

Uma ponta indice E, colocada lateralmente à roda dentada, servirá para apoiar o instrumento, com precisão, no ponto inicial da medição.

O curvimetro descrito é empregado do seguinte modo: mantendo o instrumento em posição vertical, o operador apoiará a pequena roda dentada na carta, de modo que a ponta indice E corresponda exatamente, ao ponto inicial da medição.

Fazendo a roda percorrer a linha a medir, por mais tortuosa que seja, até o indice atingir o ponto extremo da linha, os ponteiros irão registrando: no mostrador maior, o numero de centímetros, e, no menor, o numero e meios milímetros e suas frações. Cada divisão do mostrador menor é igual a 0,5 do milímetro e uma volta completa do ponteiro, neste mostrador, corresponde a 2 divisões do mostrador maior.

A grandeza gráfica medida, multiplicada pelo denominador da escala, dará a grandeza real procurada.

Existem outros tipos de curvimetros, cujos mostradores são graduados de acordo com determinadas escalas, fornecendo-nos as grandezas reais correspondentes às medições feitas nas cartas construídas nessas escalas.

São assim, encontrados curvimetros com duas gravações no mostrador relativas às escalas: 1/100.000 e 1/80.000, para serem empregados nas medições linea-

res em cartas feitas nessas escalas ou em outras de denominadores múltiplos ou submúltiplos dos daquelas, desde que se faça a multiplicação ou a divisão do resultado pelo fator de multiplicidade.

A precisão das medidas alcançadas com esses instrumentos dependerá, naturalmente, do cuidado com que o operador percorrer a linha do desenho.

LIGEIRAS NOÇÕES SOBRE PROJEÇÕES

Antes de iniciarmos o estudo das duas partes distintas que compreendem a Topografia, "Planimetria" e "Altimetria", vejamos algumas noções preliminares e indispensáveis.

Projeção de um ponto — Chama-se projeção de um ponto sobre um plano ao pé da perpendicular baixada desse ponto sobre o mesmo plano. Essa perpendicular é a **projetada** do ponto.

Na figura 3-a, **a** é a projeção de **A**, e **Aa** é a projetante de **A**. Ao valor numérico desta projetante chama-se **cota**.

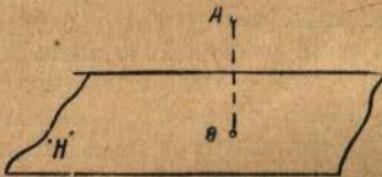


Fig. 3-a

Projeção de uma reta — Relativamente ao plano de projeção, uma reta pode ter três situações distintas;

- paralela ao plano;
- obliqua ao plano;
- perpendicular ao plano.

No primeiro caso, a reta projeta-se em verdadeira grandeza; no segundo, a projeção é menor que a reta; no terceiro, reduz-se a um ponto.

Nas primeira e segunda situações, determinam-se as projeções respectivas, projetando-se sobre o plano

de projeção dois pontos quaisquer de cada uma delas, e ligando, no mesmo plano, essas projeções por linhas retas.

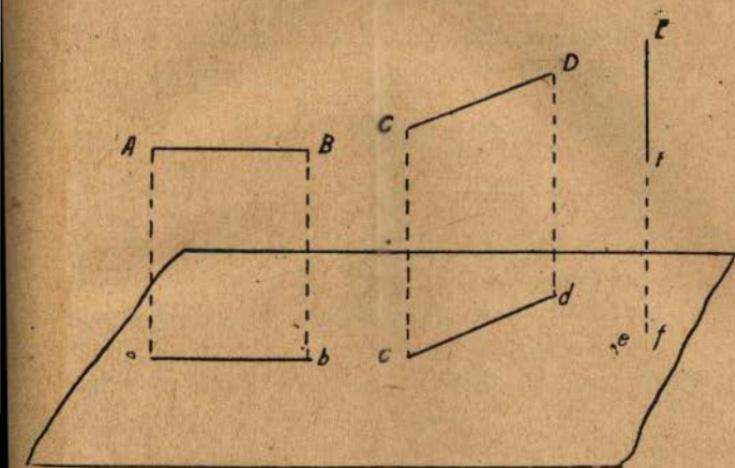


Fig. 3-b

Assim **ab** e **cd** são, respectivamente, as projeções de **AB** e **CD**. Fig. 3-b.

Na terceira situação a projeção da reta, reduzindo-a a um ponto, é representada pelo vértice da perpendicular **F**.

Projeção de uma curva — A projeção de uma curva obtém-se projetando-se todos os pontos da curva sobre o plano de projeção. Fig. 3-c.

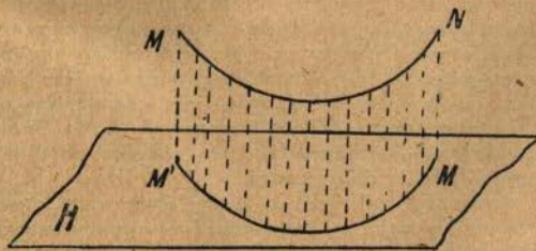
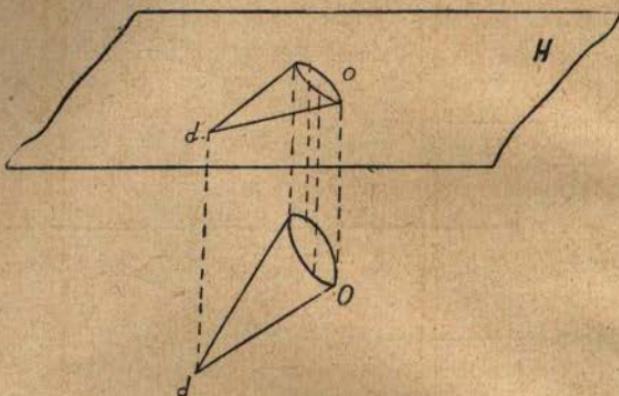


Fig. 3-c

Projeção de um volume — Essa projeção é obtida projetando-se sobre o plano de projeção as diversas superfícies que limitam o volume considerado. Fig. 3-d.



(Continúa)

A G U E R R A

O mundo assiste pávido à mobilização de milhões de homens que na Europa Central se preparam para a grande hecatombe.

Ninguem mais, desgraçadamente, alimenta a menor dúvida sobre os fins da mobilização, meio disfarçada, de milhões de homens na Alemanha racista. Essa mobilização visa, quanto mais não seja, pelo menos intimidar os governos democráticos, levando-os a deixar as mãos livres ao imperialismo NAZISTA ou RACISTA na sua ânsia louca de apoderar-se — custe o que custar — de um país livre: a Tchecoslováquia.

Si se trata de fato duma manobra militar, — e acentuamos desde já o perigo que encerra tal manobra — ou si o belicoso partido nacional-socialista pretende mesmo fazer a guerra à pátria de Massaryck é o que infelizmente se verá muito em breve.

Uma coisa está, porém, fóra de dúvida: a Alemanha não se apoderará jamais da Tchecoslováquia nem encontrará sózinho este povo tcheque que vendeu tão caro no passado a sua liberdade e que soube tão lindamente recuperá-la, após séculos de dependência, golpes de tenacidade e de bravura.

Somos cinquenta milhões de brasileiros que devemos olhar com todo o carinho para o caso atual e apoiar integralmente o nobre esforço da França e da Inglaterra na manutenção da paz da ordem no mundo.

SECÇÃO DE INSTRUÇÃO

Redator: ALUÍZIO DE M. MENDES

Prescrições relativas ao julgamento da aptidão para o comando (*)

Pelo Cap. PAULO ROSA PINTO PESSÔA

I — Para a obtenção do grau de aptidão para o cmdo., de que tratam os ns. 69 e 96 do título I (R. C. I.), 1.^a Parte do R. E. E. T. A. (n.^o 13), deverão ser observadas as seguintes prescrições:

1.^a — A aptidão para o comando será definida pelo conjunto de predicados abaixo:

- a) Vocação militar — inclinação pronunciada para a vida militar, caracterizada pelo garbo, vivacidade, presteza na execução das ordens recebidas, espírito de camaradagem, abnegação.
- b) Vocação especializada — inclinação para certa especialidade militar ou para a correspondente à da graduação aspirada.
- c) Disciplina — caracterizada pela obediência, respeito, acatamento às ordens e regulamentos, conduta externa e interna.
- d) Qualidade de chefe — demonstradas pela atitude, voz de comando, moralidade, rapidez de decisão.
- e) Dedicação — interesse demonstrado pela instrução e pelo serviço, frequência aos trabalhos, pontualidade.

(*) Referência: final da pag. 28 do Reg. n.^o 13 (Bases Gerais da instrução) — Nota da Red.

- f) Zélo — cuidado pelo que está sob sua guarda, exatidão no cumprimento de suas obrigações, noção de responsabilidade.
- g) Correção — utilização perfeita dos uniformes, limpeza e modo de usa-los, asseio pessoal.

2.^a — O julgamento desses predicados deverá ser baseado:

- a) nas observações pessoais dos juizes.
- b) no registro de transgressões disciplinares cometidas pelos candidatos desde a incorporação, si se tratar das ultimas praças incluidas e desde o dia 1.^º de janeiro do ano anterior, para as demais.
- c) no registro de frequencia e atraso no comparecimento às aulas, instruções e serviços.
- d) no aproveitamento de cada candidato, apreciado através os trabalhos apresentados, as provas realizadas e os mapas normais de aproveitamento (vêr Fichas de Rendimento em uso no D. A. C.).

3.^a — São competentes para conferir gráos de aptidão para o comando:

- a) o cmt. da sub-unidade.
- b) o chefe do curso.
- c) cada um dos instrutores do curso.

4.^a — Cada uma das autoridades especificadas no numero anterior, atribuirá ao candidato um gráo que variará de zero a dois.

5.^a — Quando qualquer dessas autoridades, por uma razão especial não possuir elementos para julgar

o candidato sob os varios aspectos especificados na 1.^a prescripção, ela o fará apenas naqueles que puder. Seu gráo entrará como parcela, então, junto ao das demais, no predicado a que se refere, para a determinação por média aritmetica, do gráo desse predicado.

6.^a — Aos diferentes predicados que constituem a aptidão para o cmdo. serão atribuidos os seguintes coeficientes:

a)	Vocação especializada	5
b)	Qualidades de chefe	5
c)	Disciplina	5
d)	Vocação militar	4
e)	Dedicação ao serviço	3
f)	Zélo	2
g)	Correção	1

7.^a — O gráo final de aptidão para o cmdo., resultará, portanto, da soma dos pontos obtidos pelo candidato em cada predicado, levado e consideração o respetivo coeficiente. Esse gráo será, assim, expresso de zero a cincuenta e corresponderá, dess'arte, ao gráo comum de zero a dez, influenciado, já, pelo coeficiente 5 de que trata o n.^o 69, fim das B. G. I..

8.^a — Para a determinação da média ponderada (referida nesse mesmo n.^o 69) que indicará o gráo final de exames do candidato nos cursos citados, será 6 o coeficiente desse gráo de aptidão para o cmdo.

II — A variação de gráos, em cada predicado, apenas entra zero e dois, recomenda-se pela dificuldade de apreciar certas qualidades morais dentro de uma margem tão larga, qual seja a de zero a dez. Já o mesmo não sucede, havendo sómente quatro variações, pois uma

turma pôde, facilmente, ser classificada em quatro grupos — máos, regulares, bons e ótimos, — com menos probabilidades de erros e injustiças, atribuindo-se aos primeiros grão zero, aos segundos $\frac{1}{2}$, aos bons 1 e aos ultimos (em muito menor numero, sem duvida) grão 2.

III — Um dia antes da realização do primeiro exame final dos cursos, o cmt. da unidade publicará em Boletim a relação dos gráos de aptidão para o cmdo. dos candidatos.

José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti
Gen. Cmt. e Inspector

Confére: (a.) Ten.-Cel. **Orestes B. Lima.**
Chefe do E. M.

I. D. C.
S.E.M./1.^a S.

DIRETIVA GERAL N.^o 1
ANEXO N.^o 11
MODELOS I, II e III

Para a determinação dos gráos de aptidão para o cmdo. parciais e gerais, bem como de exame final dos cursos de candidatos e graduados e sargentos, deverão ser adoptados os modelos seguintes:

MODELO I
Unidade e Sub-unidade

Relação parcial de gráos de aptidão para o cmdo.
Curso

NÚMERO	GRADUAÇÃO	NOME	PREDICADOS E COEFICIENTES												GRÃO DE APTIDÃO	OBSERVAÇÕES															
			Grão	Vocação especializada	7	Grão	Qualidades de chefe	6	Grão	Disciplina	5	Grão	Vocação militar	4	Grão	Dedicação	3	Grão	Zelo	2	Grão	Correcção	1	Grão	Pontos	10	1	3	1	2	0
120	1.º Cabo	Antonio Silva	2	10	1	5	1	5	2	10	1	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
115	2.º Cabo																													
106	Soldado																													

DATA

Autoridade que confére o grão Fulano Cap. Cmt da bia. (ou chefe do curso (instrutor, etc.).

MODELO II

Unidade.....

Relação geral de grãos de aptidão para o cmdo.

Curso.....

NÚMERO	GRADUAÇÃO	NOME	AUTORIDADES			SOMA	GRÃO FINAL DE APTIDÃO	OBSERVAÇÕES
			Cmt. da Bia.	Chefe do Curso	Instrutor X			
120	1.º Cabo	Antonio Silva	35	40	30	105	35	
115	2.º Cabo						
105	Soldado						

Data.....

F.... (chefe do curso)

MODELO III

Unidade

Relação final de gráos

Curso

NUMERO	GRADUAÇÃO	NOME	ELEMENTOS E COEFICIENTES						SOMA DOS PONTOS	OBSERVAÇÕES	
			Pontos	Aproveitamento	Pontos	Prova teórica	Gráo	Prova prática	Pontos	Aptidão para o emdo.	
120	1.º Cabo	Antonio Silva	6,5	7,25	5,8	17,4	35		66,95	6,695	Aprovado 1.º lugar
115	2.º Cabo									
106	Soldado									

Data

A Comissão:

F.....

F.....

F.....

Carta do General Noél

MISSION MILITAIRE FRANÇAISE

AU BRESIL

LE GENERAL

N° 238

RIO de JANEIRO, le 23 Juillet 1938

Le Général de Division N° O E L, Chef de
la Mission Militaire Française

à,

Monsieur le Colonel ALCIDES de MENDONÇA
LIMA FILHO,

Ecole des Armées - VILLA MILITAR

Mon Cher Colonel,

J'ai l'honneur de vous remercier de l'article paru
dans le numéro de Juillet de la revue "A Defesa Nacional" sur
le Général DEBOUGEMONT.

Je suis profondément touché des nobles sentiments ex-
primés à l'égard de cet Officier-Général et qui témoignent
hautement de la gratitude que lui gardent les milieux mili-
taires brésiliens pour l'œuvre qu'il a accomplie durant son
séjour au Brésil.

J'ai transmis au Ministre de la Guerre à PARIS la tra-
duction de l'article en question; il n'est pas douteux que
l'Armée française vous sera vivement reconnaissante, ainsi
qu'à la Revue "A Defesa Nacional" de l'hommage si touchant
que vous venez de rendre à la mémoire du Général DEBOUGEMONT.

Veuillez agréer, mon Colonel, l'assurance de mes senti-
ments les plus cordiaux.

Noél

Objeto da educação moral do soldado

(COMENTARIOS EM TORNO DE UM CAPITULO DO
R. E. C. I.)

Pelo Cap. GERARDO LEMOS DO AMARAL

“Exaltar o patriotismo, desenvolver o espírito de sacrifício e o sentimento do dever militar, inspirar a confiança e fazer compreender a necessidade da disciplina — eis o objeto da Educação Moral do Soldado, “diz o R. E. C. I.

Nestas poucas linhas estão pôstos os dados dêste problema complexo que é a Educação Moral do Soldado. E de suma importância verificar-se o ambiente em que se vai processar esta educação.

Ha uma fôrma errônea de pacifismo que se acha muito difundida em nosso País. E' o pacifismo proclamado pelas classes incultas ou civicamente mal educadas; é o pacifismo dos eternos inimigos da ordem e das instituições; é, também, o pacifismo dos comodistas e dos inconsequentes.

As Nações, como a nossa, que vivem longos períodos de paz, embalam-se numa segurança fictícia arriscando-se a que se atrofiem em seus corações todos os sentimentos viris. Só uma bem cuidada e continua educação moral pode contrabalançar tão perigosa influencia. Ressalta daí a necessidade premente de se preparar a Nação para a guerra, mantendo acésos os fôgos sagrados do patriotismo, por meio de uma efetiva educação moral que criará o clima necessário a uma ação rápida e eficiente. Por outro lado se impõe um permanente plano de mobilização de todos os recursos existentes em pessoal e material. Este pro-

blema de maxima envergadura é da alçada do Governo Federal.

Todo este trabalho preparatorio, moral e material, supõe uma guerra. Aí é que aparecem os grandes obstaculos a toda e qualquer ação preventiva. Aqueles individuos, a que acima me referi, veem logo a campo clamando contra tudo e todos: — O Brasil é um país pacifista. Não quer guerras. Não tem inimigos ! De fato, o Brasil é um país pacifista. Esta guerra de que falamos não é com esse nem com aquele povo, não é por esse nem por aquele motivo. E' a guerra a que todos estamos sujeitos, como diz um mestre francês, porque não é a esperada nem a desejada, trata-se de todas as que são possiveis para o Estado, dada sua situação geografica e sua politica.

Sente-se que o Governo tem suas vistos voltadas para a permanente educação moral da Nação. Uma onda de puro nacionalismo percorre o Brasil numa vigorosa afirmativa da inquebrantavel disposição em que nos encontramos para fazer face a qualquer ousadia alienigena.

“Quem contestará, diz o Ministro Francisco Campos em um de seus ultimos discursos, quem contestará que assistimos no presente à mais alta afirmação do espirito nacional, do sentimento nacional, da vontade ou, antes, da decisão do Brasil de ser uma Nação ?”

No exercicio de nossa missão cumpre-nos preparar um exército a altura de suas finalidades, fortalecido de corpo e alma, pronto aos maiores sacrifícios. Avulta nesta preparação do Exército a formação moral dos quadros e da tropa. Tentarei apenas tratar desta ultima, tecendo alguns comentarios sobre o que a respeito diz o R. E. C. I.

Os conhecimentos de psicologia são indispensaveis aos chefes de toda graduação. Cumpre-lhes fazer o estudo comparativo entre a multidão e a tropa. O que diferencia

a multidão da tropa, — que é uma fórmula de multidão, — é que a primeira não se controla, sofre a variação dos impulsos daqueles que as dominam e esta ultima é preparada gradativamente para ser controlada e controlar-se. Controlada pela superioridade do Chefe; controlar-se pela iniciativa, que é a fórmula superior de disciplina, ou pela subordinação que prestará ao Chefe eventual.

As multidões anseiam como a tropa, por um chefe. As multidões são menos exigentes na aceitação de seus chefes pois, para com êles, não têm compromissos, não têm solidariedade; dissolvem-se como se formaram. A tropa tem deveres definidos, exige um chefe capaz de conduzi-la.

São, pois, duas espécies distintas de psicologia a estudar. Diferente destas é ainda a psicologia individual de cada homem, soldado ou não. O chefe militar deve conhecer profundamente a psicologia de cada um de seus soldados e, também, a da coletividade que comanda.

A educação moral do soldado tem por fim dar-lhe as forças morais de que necessita para o fiel desempenho de seu papel. O que são porém as forças morais são algo de abstrato e indefinido, paradoxalmente perceptível nas suas manifestações exteriores? Delas dizia Napoleão: "Numa guerra três quartas partes dependem das forças morais e só um quarto do balanço das outras forças". Elas são o primeiro elemento do sucesso, são elas que vivificam as forças materiais. O Regulamento de Infantaria francês define-as como "O resultado da educação e da instrução, em tempo de paz, que garante no combate a ação do comando e a convergência de esforços". Sob sua ação o homem, esquecendo-se de que é uma massa de carne, nervos e ossos, transfigura-se em um ente superior capaz de todo e qualquer sacrifício.

A educação moral do soldado produz resultados de

grande importancia na formação moral da Nação, pois o soldado reservista, cuja educação moral foi bem cuidada, será o mestre de muitos de seus compatriotas entregues à sanha derrotista dos inimigos da Pátria, sempre empenhados na obra nefanda de demolição da Nacionalidade.

Por tudo isto avulta a magnitude dos encargos que cabem ao chefe militar como educador de seus soldados.

O nosso R. E. C. I. é, porém, muito claro, quando afirma que a Companhia é, por excelencia, a unidade em que se processa mais de perto a educação moral do soldado. Só esta missão, entre muitas outras aféitas ao Capitão, distinguem-no entre os chefes como aquele sobre o qual recaem as mais nobres e penosas obrigações. E' na Companhia que se processará a formação moral do soldado e é ao Capitão que ela compete principalmente e, a esse dever, ele jamais deve se furtar, sob pena de sua propria desmoralização.

E' sabido que outróra os homens saíam das florestas onde viviam para se atirarem sobre outros homens com a sêde de rapina que lhes tirava o temor à morte. E' sabido tambem que os mercenarios, mais movidos pelo amor à gloria e aos lucros, que aos interesses da causa que defendiam, venceram inumeras das batalhas, a que foram levados, tambem pelos encantos que achavam em uma forte disciplina e bélas tradições guerreiras.

Já hoje, porém, os guerreiros são outros. Não ha mais barbaros que acompanhem cegamente seus chefes e senhores; não ha mais marcenarios que lutem por lucros e por glorias.

O soldado de hoje ignora, muitas vezes, de vespresa, quem é o seu chefe, mas deve ama-lo e nele deve confiar. E' aí que aparece a importancia dessa preparação moral do soldado. Aos instrutores é que cabe formar o coração

e o espirito de seus comandados. Para atingir este fim a doçura, a persução e a paciencia serão fatores mais poderosos que uma disciplina brutal e tiranica. Cabe ao instrutor não ser nem muito indulgente, nem muito sevéro pois, sinão, a indulgencia se transformará em fraqueza e a severidade em rudeza.

Exclusivamente pela força não se obtém disciplina, ou melhor, obtém-se uma disciplina aparente. A punição pelos menores motivos, os gritos e o mau tratamento constrengem o soldado, que, ferido na sua dignidade, simula submissão, mas interiormente se torna um revoltado. Para ele as melhores lições e os bons conselhos são estereis; submete-se, mas não se convence; à vontade que procura se impor pela força, ele opõe sua propria vontade rebelada. Daí para a aversão ao chefe é um nada... e a culpa cabe a quem não soube se fazer bemquisto. A instrução só produz seus bons efeitos quando desenvolve no coração do soldado os bons sentimentos e faz com que ele deposite confiança no instrutor.

Plutarco, o grande filoso grego, dizia: — “a creança é um vaso que se vai encher”. Ha muita afinidade entre o soldado e a creança. Ambos têm uma inteligencia a ser explorada, têm sêde de saber. Diz ainda o moralista grego, referindo-se á criança: — “E” uma alma que é necessário formar”; e, diz, tambem: “é a um tempo uma sensibilidade, uma vontade e uma inteligencia, e é dever do educador formar estas três faculdades essenciais da alma”.

Aparece, então, o motivo de chamar-se o oficial de instrutor preceptor. Cabe ao oficial, sem duvida, preparar soldados, mas, tambem, educar homens, fazer cidadãos.

O oficial que julga haver cumprido sua obrigação ao fim de cada dia, só porque ensinou ao recruta a execução

dos assuntos táticos e técnicos constantes do programa, é um desconhecedor de suas atribuições. "Nós devemos, antes de tudo, preparar homens de vontade firme, de inteligencia esclarecida e de coração generoso" ... ha quem o afirme.

Formar a vontade é a parte mais delicada do nosso mistér. Por ela fazemos o recruta compreender porque é comandado e deve submeter-se ao comando. E' um apelo à sua razão. Felizes dos que efetivamente obtem este sucesso.

Dentre todos os discípulos de Socrates, um havia que não aproveitava suas lições. Que posso fazer? ele não me ama! dizia o filosofo.

O ensinamento de um mestre só terá proveito para os discípulos que o amem. Ha em todo discípulo o desejo de se instruir e tambem o interesse de agradar ao mestre; mas como ter este desejo para com um individuo a quem não dedicamos nenhuma afeição? E', pois, obrigação de todo instrutor fazer-se amado de seus soldados para que eles tirem proveito dos ensinamentos e conselhos que lhes forem ministrados.

A educação moral do soldado é, essencialmente, obra do Capitão. Ha, no entanto, conveniencia em que tambem se interessem por ela os oficiais subalternos que irão adquirindo com a pratica os conhecimentos que só a experiência ensina. Supõe-se, é claro, como capitão, um oficial com alguns anos de serviço, dedicado ao seu mistér e conhecedor da psicologia do soldado.

—|||—

Voltemos, agora, ao objéto da educação moral, como o encara o R. E. C. I. "Exaltar o patriotismo, desenvolver o espirito de sacrificio e o sentimento do dever militar", é

um objetivo pouco difícil de ser atingido. O relato simples, mas cuidadoso, de ações heroicas, colhidas na nossa historia, que está cheia delas, fará a maior parte do trabalho. Qual o brasileiro que não se emocionará ao ouvir contar as passagens da Retirada da Laguna, da defesa de Dourados, das batalhas de Tuiutí e Riachuelo, e da passagem da Ponte de Itororó? Contados e comentados por quem já conheça a alma de seus soldados, episódios como esses, calarão profundamente em seus corações. Nos dias feriados, a presença do Capitão na Companhia para uma preleção, em linguagem simples, sobre o acontecimento comemorado, servirá para criar nos soldados o sentimento de sincera veneração pelos grandes vultos de nossa Historia Militar.

Aos nossos comandados devemos mostrar os horrores de uma guerra, suas causas e consequencias mas, tambem, incutir-lhes a obrigação que nos impõe a Patria de defendê-la quando ultrajada. E' indispensavel que cada soldado aceite consentidamente a idéia do sacrificio supremo, si necessario, em troca da independencia e integridade da Patria.

—|||—

Vejamos como o soldado obterá confiança em si, no armamento, nos camaradas e nos chefes.

“A confiança é o elemento basico da moral”.

“A confiança, diz o Mal. Petain, melhor que a disciplina, fortalece os laços que unem os soldados a seus chefes”.

Napoleão foi sem duvida o chefe militar que mais jogou com a confiança como factor de vitória. Ganhou inumeras batalhas somente porque tinha confiança nos seus soldados, e, si tinha confiança neles é porque os co-

nhecia e ainda melhor os sentia. As revistas de vespere de batalha, as curtas alocuções que lhes fazia, eram meios seguros para ele, grande conhecedor de homens, aquilitar o estado de animo de seus comandados.

E' desse mesmo Napoleão a grande lição que encerra esta fraze: "Os homens são como as cifras, valem conforme a posição que ocupam".

Podemos partir daqui para tratar da confiança que o homem deve ter em si mesmo. E' de suma importancia que se incuta no soldado novo a noção de seu valor, do valor de cada soldado, qualquer que seja a posição que ocupe. Jamais devemos dizer ao soldado: — tu não serves para fuzileiro, só dás para volteador. Melhor impressão lhe daremos se lhe dissermos: — serás melhor volteador que fuzileiro. Durante a instrução deve-se pôr em evidencia a importancia da missão de cada soldado do G. C. ou da Peça; a responsabilidade do volteador encarregado da ligação pela vista com os elementos vizinhos é tão grande como a do lançado na Patrulha; a destes, igual à do fuzileiro, que depende dos municiadores, e assim por diante.

Convencendo a cada soldado da sua propria importancia relativa criamos-lhe a confiança em si mesmo, confiança esta que ele proprio cultivará interessando-se com afinco em adquirir novos conhecimentos, dedicando-se aos esportes e aos estudos. Este homem, findo o seu tempo, será um cidadão util à Pátria.

A confiança no armamento decorre do aproveitamento na instrução. O recruta bisonho, acostumado às armas de caça, tem inicialmente certo temor pelas armas de guerra. O coice do fuzil do Exército é afamado em todos os recantos do Brasil. Uma instrução preparatoria de tiro feita com cuidado e a exibição que oficiais e graduados devem fazer de seus conhecimentos, serão de capital im-

portancia para desfazer essas primeiras impressões trazidas pelo Conscrito. Dado o primeiro tiro com a aplicação dos conhecimentos adquiridos na instrução, o soldado confirma a si mesmo, a confiança que deposita na sua própria capacidade e na potencia das armas que lhe foram confiadas. Aperfeiçoa-se no tiro e no manejo delas, orgulhando-se de seus progressos.

A vida de caserna, o uso do mesmo uniforme, a aquisição dos mesmos conhecimentos, a satisfação dos mesmos prazeres e os sofrimentos das mesmas dôres, criam nos soldados o sentimento de solidariedade que não é sinão a resultante da confiança mutua.

O Exército é uno e indivisível. É uma família que vive à sombra da Bandeira, para a sua defesa.

Cabe aos chefes tudo fazerem para que sejam cada vez mais cerrados os laços de camaradagem entre os soldados. Confiando cada um no companheiro como se êle fosse um irmão, a família militar estará aparelhada para sofrer os maiores embates e deles sair sempre vitoriosa.

Chegamos agora ao ponto mais importante do factor, confiança como elemento de educação moral. Trata-se da confiança do chefe nos subordinados e destes naquele.

“A confiança nos chefes, diz o R. E. C. I., decorre da ação educativa resultante de seus atos em que revelam o seu valor profissional, a isenção dos seus julgamentos e a dignidade de seu viver”.

Nada ha de mais claro: a confiança não é imposta, é adquirida pelos chefes. O seu preço está ao alcance de todos — basta que em todos os seus atos o chefe revele seu valor profissional, a isenção de seus julgamentos e a dignidade do seu viver. Toda confiança adquirida por outros meios é aparente, simulada. O melhor e mais severo juiz dos atos do chefe é o subordinado. E é tambem o

mais perigoso porque lava a sua sentença e não a publica. Não ha ocasião de defesa para o réu. O juiz julga para seu proprio governo e seu julgamento é inflexivel.

Atitudes definidas em qualquer situação, e principalmente nas duvidosas; conhecimento profundo de sua profissão, particularmente daquilo que ensina e exige dos subordinados; distribuição serena da Justiça; dedicação sincera dos chefes e subordinados; vida publica e privada sempre em condições de ser analizada por homens dignos; tais são os requisitos necessarios a um Chefe.

Felizes os comandantes e comandados que entram numa ação já se conhecendo e sabendo de que serão capazes pelo que puderam observar anteriormente em suas atitudes. Permitir aos subordinados que formem juizo seguro a seu respeito é de maximo interesse para o Chefe. Não se trata d eum interesse pessoal — criar simpatias em torno de si mesmo, fazer amigos, inculcar-se na confiança de seus subordinados. Este será um trabalho de egoista. Acima de cada um de nós, de nossas pessoas, devemos colocar as responsabilidades funcionais de Chefes que somos e, como tal, devemos zelar por elas, legado de honra, que às nossas mãos vieram ter depois de terem estado em mãos dos nossos bravos ancestrais. Acima das preocupações de prestígio pessoal, cuidemos d eprestigiar a todos os que têm as mesmas responsabilidades que nós. Será o culto à Autoridade.

Não ha hoje capitão que recebendo seus recrutas deixe de tomar seus apontamentos pessoais com respeito a cada um. Faz o seu primeiro exame psicologico, anota suas observações e prepara-se para o futuro. E' de suma importancia este primeiro contato — conhecer a origem do homem, suas aptidões, seu grau de inteligencia e sua cultura, sua educação, sua situação em face da familia e tan-

tas outras pequenas cousas de real valor. A cada um terá o capitão especial maneira de falar. Tomará interesse pelas plantações do agricultor; pedirá ao operário suas impressões sobre a vida das oficinas; mostrará ao estudante suas responsabilidades, como mais instruído, perante os novos companheiros. A todos, por certo, dará assistência permanente e efetiva como verdadeiro e único chefe desta pequena família que é a Companhia.

À conta desta assistência não devem correr as intimidades que desfazem no subordinado a impressão do valor do Chefe, impressão esta que cada superior deve manter viva nos seus subordinados. É erro dos mais graves descer o chefe ao nível de seus subordinados para atendê-los. Fazer subir a si o subordinado, é o seu dever. O chefe que renuncia às suas prerrogativas perde sua autoridade e põe em perigo a dos outros. E não lhe assiste direito a tanto.

O soldado adquirirá insensivelmente confiança no chefe, que diariamente mais se impõe ao seu respeito e à sua admiração. O chefe depositará, também, insensivelmente, sempre mais confiança no soldado que se revela cada dia mais merecedor dela.

Cuidemos, para finalizar, da disciplina.

“Ser disciplinado, diz o nosso R. E. C. I., e aceitar conscientemente e sem vacilações a necessidade da lei comum, que regule e coordene os esforços de todos”.

Nos exércitos antigos, a disciplina consistia unicamente na obediência passiva às ordens dos chefes e às demonstrações exteriores de respeito. A disciplina era, então, uma exibição e não uma convicção. O oficial que dava a ordem estava sempre assistindo à sua execução. Os chefes de todas as graduações estavam sempre com as vistas voltadas para os soldados e estes para eles.

Hoje com a adoção do sistema de “Nação Armada”,

com o advento de nova tatica, comportando o emprego de formações dispersas, de patrulhas e pequenos destacamentos encarregados de missões especiais, a simples submissão ao superior não é suficiente. É necessário que se lhe ajunte o desejo sincero da vitória, a tensão de todas as energias o emprego da inteligência tanto quanto o da força física. Ha uma maior necessidade da cooperação de forças diversas para o emprego consciente delas.

A disciplina consciente gera a iniciativa que é a forma superior de disciplina. A iniciativa permite ao subordinado, mesmo sem ordens, agir no sentido da intenção do chefe.

Criar esta disciplina consciente, eis o nosso dever.

O primeiro cuidado do instrutor será impôr com benevolência a disciplina, procurando criar o reflexo da obediência, mostrando que ela virá, não matar a personalidade do homem, mas regular e coordenar seus esforços. Dos argumentos mais convincentes a empregar e de destacar-se o seguinte: — a disciplina militar não serve para satisfazer interesses pessoais; o chefe que ordena também obedece.

A disciplina se resume, para muita gente, em punições. Cumpre-nos desfazer esta impressão. "A punição deve ser considerada menos como uma expiação, do que como uma advertência salutar e um exemplo". O castigo é um recurso extremo. A punição engendra o temor, mas o temor engendra devotamento. Nós precisamos do devotamento de nossos soldados, mas não o devemos adquirir por um preço indigno. Punir severamente no inicio é errado, pois muitas vezes o punido não comprehende a gravidade de sua falta, mas sente o rigor do castigo. A punição deve ser aplicada sempre no superior interesse da disciplina e nunca fóra de propósito. O soldado que só produz

baixo de ameaças e de castigos deve ser tratado a parte como um doente.

A disciplina de tempo de paz, unicamente baseada na pressão, não constitue uma preparação eficaz para a guerra. A verdadeira disciplina não é mecânica, sem mais; não impõe atos sem falar ao coração e à razão; não curva nem quebra vontades, ao envés de conquista-las. A se impõe por sua nobreza.

Não pôde exigir disciplina quem não a prática.

“A arte de conduzir homens se resume em dois terços cujo equilíbrio deve ser mantido: firmeza e benevolência”.

Educar moralmente o soldado é a parte mais importante de nossa missão. O melhor processo de educar, como de instruir, é ainda, e será sempre, o Exemplo.

SITUAÇÃO EUROPEIA

A situação européia permanece instável, em que pesem as esperanças que anda pelo ar sopradas como bolas de sabão por incorrigíveis otimistas.

Ainda agora, quando a princípio parecia que as grandes potências estavam mais próximas de um caminho que as levasse a um entendimento, eis que surguem nuvens negras nos céus há muito lidos já.

Manobras em fronteiras, convocação de centenas de milhares de reservistas, ameaças mais ou menos abertas através de órgãos de imprensa mais ou menos oficiosos e os eternos incidentes entre tropas de exércitos que montam guarda nas linhas deste e daquele país — tudo isso está ocorrente na Europa e na Ásia, no Oriente no Ocidente.

Enquanto ocorre tudo isso, enquanto se sucedem demonstrações belicosas em maior ou menor dose, os diplomatas e os homens de governo, conferenciam, entrevistam-se, travam estas pequenas batalhas com aquela estratégia e aquela tática que o senso da arreia lhes inspirou.

A missão de Lord Runciman aplacou certas impaciências mas deve talvez este efeito inesperado: enquanto se acendiam esperanças entre os que, apesar de todos os pezares, ainda crêem na possibi-

lidade de um entendimento, as forças ocultas que trabalham pela guerra e pelo esmagamento e conquista de povos livres mas insuficientemente fortes para enfrentar as grandes potencias, apresentaram a obra que ha muito vem sendo preparada.

Os incidentes nipo-soviéticos são acaso elos de uma só cadeia? Proque se é verdade que o Japão não pôde arcar sózinho com duas guerras, uma contra a China e outra com a U. R. S. S., não é menos certo que esta, tendo de lutar no Oriente, não poderá prestar aos seus aliados todo o auxilio que é capaz.

Nesse caso, a Tchecoslovaquia seria mais facilmente esmagada.

Seria...

Evidentemente, as coisas não correrão tão facilmente como pensam aqueles que só numa conflagração encontram uma saída para as condições dificeis em que se acham nos respectivos países.

Não é talvez difícil iniciar uma guerra. E' contudo impossível prevêr como ela acabará.

Os que contam com vitórias fulminantes e infalíveis devem lembrar-se do que aconteceu em 1914, quando houve quem pretendesse ceiar em Paris, depois de uma jornada gloriosa desde as fronteiras...

Mas terão visos de fundamento os boatos que correm pela imprensa europeia e que estão preocupando as chancelarias da Europa?

A máquina da guerra está montada: resta-lhe só andar.

O empurrão fatal pôde facilmente ser-lhe infringido e quando aqueles que preparavam a guerra, intimidados talvez com o horror da catastrofe que não os poupará, como não poupou a tantos no periodo 1914-1918, quizerem talvez evitá-la no ultimo minuto, será tarde.

Faltar-lhes-ão forças, meios, possibilidades para impedir que venha a guerra que preparam ou que, pelo menos, agitaam como uma ameaça aos demais povos, aos povos pacíficos, às nações tranquilas. E o Brasil? O que será do Brasil desarmado?

Completo no dia 25 de Agosto p. p. mais um aniversário do inovável soldado e incomparável cidadão que em vida se chamou Luiz Alves de Lima, DUQUE DE CAXIAS. Durante cinquenta anos de vida publica e ilibada, soube servir — de maneira admirável — a sua pátria, mostrando aos vindouros que também a gente pode ter vida heroica e gloriosa na doce e serena paz dos céus brasileiros. Basta que se saiba diariamente morrer, no exato e severo cumprimento do dever e no honesto e arraigado amor à profissão.

Comando e instrução

“As “Notas” sobre a instrução do Cmt. do corpo.
(Continuação)

Pelo Cel. DELHOMME

III) — INSTRUÇÃO DO PESSOAL QUE CONCORRE PARA A LIGAÇÃO

a) O ajudante de batalhão

O adjudante de batalhão, que tem sob suas ordens todo o pessoal de informações e de transmissões do batalhão, deve receber uma instrução especial concernente à dupla missão que lhe incumbe, a saber:

1.º) Como chefe dos órgãos de informação, deve estar em condições, em todos os momentos, de informar seu Cmt. de Btl., sobre:

— todo acontecimento que se passe na linha de fogo;

— todo acontecimento que se passe lateralmente.

2.º) Como chefe dos órgãos de transmissões, assegura:

— a transmissão das informações vindas da frente ou dos flancos;

— a transmissão ao regimento das informações que emanam do Cmt. de Btl.;

— a transmissão das ordens às companhias do Btl. e ao T. C.

b) Pessoal de busca de informações — (nos escalões visados: Observação)

O Regulamento de Infantaria Francez (2.ª parte — artigo 126), prescreve: “Todo graduado e soldado, colocado frente ao inimigo, em qualquer situação, corre na observação”.

UNIDADES	Ligações a estabelecer (Informações e transmissões)	Pessoal de execução
Grupo	Ligação com a linha de fogo Ligação com o cmt. de Pel.	Cmt. de grupo. Um volteador se mantendo ao lado do Cmt. do grupo.
Pelotão	Ligação com a linha de fogo e com os grupos. Ligação com o cmt. da companhia	Cmt. do Pelotão auxiliado pelo seu observador. Agente de transmissão.
Companhia	Ligação: 1.º — Com a linha de fogo 2.º — Com os pelotões do 1.º escalão. Ligação com as cias. vizinhas. Ligação com o Cmt. de Btl.	Uma é quipe por pelotão de 1.º escalão. Duas équipes (1 para cada companhia). Um grupo de signaleiros.
Batalhão	Vigilância da zona de ação do Btl. Ligação com as cias. de 1.º escalão. Ligação com os Btis. vizinhos. Ligação com a Cia. de reserva. Ligação com o C. A.	Uma équipe de observadores. (1 sgt. 4 observadores). 1 Sgt. (contador) e uma équipe por cia de 1.º escalão. Duas équipes de 1 cabo e 2 homens. Cmt. de Cia. (contacto pessoal direto). Cmt. da C. A. (contacto pessoal direto).
Batalhão	Ligação com as frações de engenheiros. Ligação com o P. S. e o T. C. Ligação com a Artilharia. Ligação com a aviação.	Cmt. da fração posta á disposição do Btl. Ciclistas e mensageiros. Fração do "destacamento de ligação". Equipe de radios. Equipe de sinaleiros.
Batalhão	Ligação com os carros (eventualmente). Ligação com o Cmt. do R. I.	Cmt. da fração de carros. (Contacto pessoal direto) ou agente de ligação designado por ele. Assegurada pelo Cmt. do regimento.

Todos os graduados e todos os soldados devem então ser instruidos, tão completa quanto possível, como **observadores**.

Em principio:

1.º) Todo sargento de carreira deve ser capaz de desempenhar o papel de sgt. observador e, para isto, deve receber a instrução individual, objeto das prescrições da Instrução geral sobre Observação (anexo II, Capítulo III, 216 a 219);

2.º) Todo cabo e soldado, possuidor de qualidades intelectuais suficientes, deve poder ser empregado como observador;

3.) Todos os homens, sem excepção, devem possuir noções relativas à observação:

- avaliação das distâncias;
- busca e designação dos objectivos;
- estudo e designação do terreno.

c) Pessoal de execução das transmissões

O objetivo da instrução a dar aos sargentos está suficientemente definida pelo Regulamento da infantaria (1.ª parte, título II, capítulo I, artigo III, 54 — francês): todo sargento deve “saber empregar o primeiro grupo da secção de comando de sua companhia (transmissões e informações), conhecer o alfabeto Morse”.

Todo cabo deve saber dirigir uma esquadra encarregada de assegurar a ligação.

Todo o homem deve poder desempenhar a função de homem de ligação e de agente de transmissões.

Afim de permitir formar sobre as mesmas bases o pessoal de que dispõe o comando (em todos os escalões das unidades do regimento), é necessário precisar o mecanismo do funcionamento de uma esquadra de ligação:

a) A esquadra é composta, em principio, de tres volteadores;

b) Um volteador marcha na proximidade do chefe (ou do grupo de comando do chefe), que procura ligação;

c) Dois outros marcham, lado a lado, e separam teoricamente a distancia que separa o primeiro homem da unidade com a qual é procurada a ligação.

Com mais precisão, colocam-se na coberta, fechando a vista entre os dois elementos a ligar. Um dos volteadores observa o homem que marcha na proximidade do chefe ou de seu grupo de comando, o outro observa a unidade com a qual se procura a ligação.

Esses dois homens formam assim um orgão de ligação que vê para a frente e para trás, ou à direita e à esquerda.

Um sistema de ligação baseado sobre o funcionamento descrito acima, das esquadras, e sobre a aplicação do mesmo princípio aos diversos escalões — bem entendido, sem rigidez e tendo em conta as circunstâncias e notadamente do terreno (1) — deve permitir obter, no regimento, toda coesão necessária a uma manobra precisa, segura e conforme as ordens do chefe.

Mas é preciso ainda, da parte dos executantes, um acabamento ao mesmo tempo correto e maquinial de todos os atos necessários: escolha do ponto de observação, aumento e diminuição das distâncias de acordo com o terreno, etc., etc.

Só se conseguirá a custo de um treinamento minucioso e prolongado, que faz quasi sempre apelo ao julgamento e à iniciativa do executante.

Por simples que pareça a missão do homem de ligação, só é bem desempenhada por soldados **adextrados**.

Si, sobre alguns pontos, as prescrições que precedem parecem ultrapassar um pouco aquelas que estão contidas no Regulamento tomado ao pé da letra, são, no entanto, inteiramente conformes com o seu espírito.

Ao lado do Regulamento a experiência da guerra ensina que o valor de uma unidade reside tanto — não mais — em sua **disciplina no combate** que no adestramento de seus atiradores ou na qualidade de seus

(1) Um homem basta aqui; quatro são, noutra parte, indispensáveis.

chefes. Ora, esta disciplina só pôde existir graças à ligação.

Nesta ordem de ideias, nada poder-se-ia improvisar e só se pôde contar seguro com o que se preparou.

Um serviço só funciona bem se foi organizado.

Um pessoal só pôde "dar rendimento" si foi bem instruído.

Para a ligação como para todo o resto, é lá uma convicção que deve tornar-se tradicional no regimento



NOTA SOBRE A INSTRUÇÃO N. 4

A FIGURAÇÃO DOS FÓGOS E ARBITRAGEM NAS MANOBRAS OU EXERCÍCIOS DE COMBATE

I — Generalidades.

Em toda manobra ou exercício de combate, deve ser rigorosamente levado em conta os efeitos do fogo

Para se manter tanto quanto possível próximo do verdadeiro, para fazer agir os executantes num ambiente se aproximando o mais possível da realidade, as explicações verbais ou as hipóteses abstratas não bastam. A representação material dos fôgos amigos e inimigos e de seus efeitos, a figuração das tropas vizinhas, dos carros, da artilharia são necessários; além disso, um sistema de arbitragem, mais ou menos completo, é indispensável para decidir a neutralização ou a destruição supostas de certos órgãos de fogo e, para dar uma sanção as faltas da manobra por perdas fictícias.

Não sómente a tropa e os quadros devem poder saber que são submetidos a fogos de artilharia ou a fôgos de infantaria e tomar, em consequência, todas as disposições apropriadas, mas devem também, como na realidade, poder:

— determinar, por meio de seus órgãos de observação, o local dos engenhos de fogo inimigos.

— empregar seu armamento para neutralizar ou destruir os engenhos de fogo referidos;

— combinar seu movimento e seu fogo, utilizando as ações de apoio exercidas em seu proveito (infantaria, carros, artilharia).

Nas manobras ou exercícios de combate visando o estudo da defensiva, a presença dum assaltante e de seus fógos permite da mesma maneira a busca, a escolha e a designação dos objetivos e dá, além disso, o meio de se levar em conta as lacunas ou as imperfeições dum dispositivo, de suas organizações e de seu disfarce.

II — Figuração dos fógos.

A Instrução Ministerial de 15 de Março de 1929 sobre a "Figuração dos fógos" contém a descrição dum certo numero de processos para a representação, no decorso dos exercícios, de partida e de cegada dos fógos das armas amigas ou inimigas (faixas, bandeirolas, foguetes, etc....).

Prescreve, em outra parte, que um conjunto, ao menos, das convenções de manobra deve ser, tanto quanto possível, invariável no mesmo corpo de tropa, isto notadamente no que concerne à significação a atribuir às cores das faixas, dos foguetes, aos sinais de bandeirolas, aos petardos, etc....

O coronel executa uma escolha entre os processos recomendados e fixa, como segue, uma vez por todas, e para todas as unidades do regimento, a significação dos diversos sinais que deverão, no mínimo, ser empregados para a figuração dos fógos.

Esses sinais serão utilizados nas condições expostas na Instrução sobre a figuração dos fógos.

A) PROCESSOS A EMPREGAR

a) Figuração do fogo da defesa.

1.º Aos pontos de chegada dos projeteis:

— faixas brancas: limite anterior de uma zona de chegada de fógos de infantaria, pouco densos e permi-

tindo a progressão do assaltante em formações e com a rapidez apropriadas;

— faixas vermelhas: limite anterior de uma zona de fôgos de infantaria intransponível para as tropas adversas.

Em caso de necessidade, as faixas de côn poderão ser substituídas por **linhas de bandeirolas aproximadas**, com as mesmas côn e baixas, sua haste não estando a mais de 0m,30 acima do sólo;

— pôtes fumígenos ou engenhos de forma análogos: zôna de chegada de projeteis de artilharia ou de morteiros de infantaria da defesa;

— sinais óticos (heliógrafos): empregados concorrentemente com os tiros de festim de metralhadora e fixando seu feixe luminoso sobre as tropas submetidas ao fôgo.

2.º À origem do tiro:

— fôgos de infantaria: tiro de cartuchos de festim, eventualmente completado para as metralhadoras pelo feixe luminoso de heliógrafos; tiro de festim (canhão de 37 ou peça de 25).

b) **Figuração do fôgo do assaltante.**

Armas portateis: tiro de cartucho de festim.

Canhão de 37 ou peça de 25: tiro de festim ou fôgo de bengala vermelho ou bandeira vermelha.

Artilharia de apoio diréto, de acompanhamento imediato ou grupo de engenhos: granadas de festim (com fôgo de bengala vermelho ou bandeirola vermelha eventualmente).

Uma das dificuldades a mais frequente encontradas nos exercícios com plastron ou de dupla ação provém da ignorância na qual as unidades e as frações se acham do objetivo sobre o qual são dirigidos os tiros de festim que elas ouvem.

Pôde ser facilmente obviada esta dificuldade pela aplicação do processo descrito em anexo (Anexo n. 1).

“Em nenhum caso, a representação do fôgo deve ser um pretexto para procurar efeitos cênicos de figu-

ração, nem como consequencia desviar os executantes de sua missão normal no combate". (Instrução sobre a figuração dos fôgos).

b) Execução.

A execução dos procéssos de figuração será sempre confiada a um pessôal, que não tome parte no exercicio, à disposição do diretor do exercicio ou dos arbitos (1).

A falta de comunicações telefonicas ou concurrentemente com seu emprego, o procésso junto dá o melhor resultado, no que se relaciona com a figuração do tiro dos engenhos ou da artilharia amiga:

— O pedido de tiro formulado no escalão compa-
nhia é, ao mesmo tempo que á autoridade interessada, transmitido por um mensageiro da figuração ao arbitro mais proximo, que, **no espaço conveniente**, e, si houver necessidade, após entendimento com o diretor da manobra, faz desencadear a figuração do fôgo pedido (por uma ordem verbal, foguete convencionado, etc....).

(Um estafeta da figuração acompanha, em conseqüencia, os comandantes das cias. de primeiro escalaõ).

c) Material.

O material necessario será constituído com os recursos disponíveis (material H. S. para as faixas e bandeiolas; para os artifícios e granadas de exercicio, pela retirada moderada sobre as dotações anuais, e por compra, no titulo da massa das despesas diversas, engredientes necessarios (petroleo e alcatrão, tintura, tecido no caso de necessidade).

(1) Esse pessôal déve poder ser diferençado, a todas as distancias, da tropa de manobra. Seu fardamento, que será fixado em consequencia, não compreenderá nem arma, nem equipamento e comportará obrigatoriamente o cobre-nuca branco

d) Medidas de aplicação.

1.º Para facilitar a instrução e afim de acostumar os quadros e a tropa ao emprego dos processos de figuração dos fôgos por faixas (ou bandeirolas baixas), esses processos deverão ser utilizados, concurrentemente com o tiro de festim, para todos os exercícios de combate no interior das companhias ou dos batalhões.

2.º Os exercícios de batalhão e de regimento comportarão sempre, no futuro, o emprego, no limite das necessidades, dos diversos processos de figuração indicado acima, assim como o funcionamento dum serviço de arbitragem como está indicado acima.

III) — ARBITRAGEM

A Instrução ministerial sobre a arbitragem de 11 de Junho de 1930 estabelece a necessidade da arbitragem para os exercícios e manobras de dupla ação e fixa os princípios da organização e do funcionamento da arbitragem.

Esta instrução visa sobretudo a arbitragem nas manobras das grandes unidades. Deve ser conhecida de todos os oficiais superiores e capitães.

No que se refere a arbitragem nas pequenas unidades, todas as indicações necessárias estão contidas no Regulamento de infantaria (2.ª parte — "Combate", título VI, capítulo II, artigo III: execução dos exercícios de combate, adjuntos do diretor, arbitros).

O emprego dos arbitros ou adjuntos do diretor da manobra não é, em geral, avisar, senão para os exercícios organizados para efetivos superiores à companhia, notadamente nos exercícios de dupla ação.

Não obstante, na execução dos exercícios de detaílhe, no interior das unidades, **convirá muitas vezes, com o objetivo de instruir e de treinar os quadros, de fazer intervir um arbitro encarregado de sancionar imediatamente as faltas da manobra**, cometidas no estudo de um caso concreto, como também de ensinar os graduados **interessados sobre os efeitos do fôgo com relação a**

sua fração. Conseguir-se-à assim crear mais ou menos bem o ambiente de combate, sem o qual o trabalho ficaria incompleto.

Em todos os casos, a lugar de insistir sobre a necessidade de reduzir ao minimo o esforço de imaginação a desenvolver pelos graduados subalternos e pela tropa, no que se refere às **circunstancias do combate**.

O trabalho dos executantes deve se efetuar no quadro dessas circunstancias, **que deve lhe ser tanto quanto possível fornecido** (ordens, informações sobre inimigo, convenções, figuração, arbitragem); poderão assim consagrar a sua tarefa todos os seus meios. Isto é assim o bastante para eles terem de pensar no que têm a fazer e de fazê-lo bem.

ANEXO N. 1

A unidade ou fração (companhia, pelotão, grupo de combate, segundo os efetivos que tomam parte na manobra) conduz uma bandeirola que o caracteriza (1) trazido à altura do homem e visto por conseguinte, como atropo.

Quando uma arma automatica abre fogo, o pessonál faz aparecer nas vizinhanças da mesma, a bandeirola correspondente à unidade tomado sob o fogo, a qual não pode mais ignorar que os tiros lhe são dirigidos. A bandeirola não estando colocada exatamente no mesmo local da arma, a necessidade de procurar um local exato desta subsiste com muita precisão.

No caso o mais simples: unidade manobrando contra um plastron, é facil mesmo os serventes das armas automaticas de plastron das diversas bandeirolas correspondentes às unidades de ataque.

Combinações apropriadas podem permitir o emprego do processo nos exercícios de dupla ação — a

(1) Côres a empregar: branco, vermelho, amarelo, azul. Dispositivos variados, côres: cruz branca sobre vermelho, cruz vermelha sobre fundo branco, etc....

hipótese da manobra não excluindo, nos exercícios de detalhe, a possibilidade de fazer conhecer a um partido o número de frações que lhe são opostas.

Cabe a cada diretor do exercício indicar as convenções adotadas conforme o quadro geral a preparar para cada comandante de batalhão, sem que seja útil que essas convenções fiquem sempre as mesmas.

E' feito, se houver necessidade, reorganização de conjunto no escalão de regimento.

(Continúa)

A MOCIDADE E O DEVER DO BRASIL

"Uma bela vida é um sonho de moço realizado na idade madura". A mocidade sadia e forte, robusta e satisfeita é geralmente sonhadora e quasi sempre empreendedora. Sonha com o futuro, arquiteta planos e constrói castelos. A juventude doentia é triste, sombria e sem vida. Tudo nela é lúgubre no contraste terrível que a própria representa. Corpo sadio, mentalidade sã... Ora, 90% da juventude brasileiro é horrivelmente doentia: Atacada pela ignorância, opilada e corroída pela verminose, devastada pela sifilis congénita ou adquirida, pela tuberculose nas suas múltiplas e terríveis manifestações e pela fôme crônica ou sub-nutrição, não pode absolutamente engendrar os magníficos sonhos de uma mocidade radiante e entusiástica. O que lhe espera é a morte precoce; não chega a atingir a idade madura, a idade das realizações!

E' sabido que uma assistência médica eficiente, um regime alimentar adequado, educação física e moral apropriada, podem perfeitamente aumentar as dimensões do corpo humano e modificar — para o bem e para o belo — as tendências do espírito.

O dever do Brasil e de todos os brasileiros honrados é de adotar urgentemente uma política eugénica que tenha por finalidade amparar a criança e salvar a mocidade.

BIBLIOTECA DE « A DEFESA NACIONAL »

LIVROS Á VENDA

	Preço	Taxa e registro
Impressão de Estagio no exercito francês — Ten.-Cel. J. B. Mag.	2\$000	\$500
Instrução de Transmissões — Major Lima Figueirêdo	10\$000	1\$000
Legiões Aladas — Italo Balbo	15\$000	1\$000
Morteiros — Cap. Guttenberg Ayres de Miranda	9\$000	1\$000
Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger	4\$000	\$500
Manual de Hipologia	9\$000	\$500
Manual Colombofilo — Dr. Freitas Lima	8\$000	\$500
Notícias da Guerra Mundial — Gen. Corrêa do Lago	8\$000	1\$000
Noções de Topologia — Ten.-Cel. Artur Paulino	5\$000	\$500
Notas de Estudos s/ os novos Regulamentos — M. Mario Travassos	5\$000	\$500
O Funcionamento dos Serviços no Ambito do R. I. — Cap. Mattos	4\$500	\$500
O Oficial de Cavalaria - Cel. V. Benicio da Silva	10\$000	1\$000
Oeste Paranaense — Major Lima Figueirêdo	8\$000	\$500
O Surto do Japão — Maj. Nicanor G. de Souza	1\$500	\$500
O Tiro de Art. de Costa — Cap. Ary Silveira	4\$000	500
O Regulamento do sorteio militar — Cel. Gentil Falcão	5\$000	\$500
Os pombos correio e a Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima	3\$000	\$500
O Duque de Caxias — Cap. Orlando Rangel Sob.	2\$000	\$500
Provas de admissão á Escola de Estado Maior	1\$500	\$500
Pelos Heroes de Laguna e Dourados — Cap. Cad. Amilcar S. dos Santos	4\$000	\$500
Pasta para arquivo das folhas de alterações	4\$500	\$500
Regulamento de Ed. Física — 1. ^a parte	10\$000	1\$000
Regulamento de Ed. Física — 3. ^a parte	10\$000	1\$000
Regulamento de Administração (n. ^o 3) — Ten. Aristarco G. Siqueira	7\$000	\$500
Tiro e Emprego do Armamento da Infantaria — Cap. Panel	18\$000	1\$000

Para aquisição de livros da presente tabela, pelo correio, é necessário que além da importância relativa a cada exemplar seja também remetida a taxa correspondente a cada volume a ser enviado.

Para a aquisição de regulamentos publicados pelo Ministério da Guerra, á venda do Departamento Central no Quartel General além do custo do regulamento deverá ser remetida a taxa de \$500 por exemplar; e quanto aos livros estrangeiros e outros adquiridos na praça para remessa, além do custo de cada, deverá ser enviado 1\$000 para cada exemplar.

COMO NÃO DEVE SER

CAP. VALMIR DE ARARIPE RAMOS.

O soldado não deve temer nem ter pavôr do seu comandante: ele deve ser um seu amigo e respeitá-lo com prazer. Isso depende do oficial.



Mais vale um conselho que uma repreensão.
Mais vale repreender com arte que prender.
Muitas vezes o xadrez não é um corretivo.
Cuidado!



Porque jinge que não vê?
Deve corresponder sempre e com a devida atenção, si não, o soldado se furtará, também, do mesmo modo.
O exemplo vem de cima





SEÇÃO DE TÁTICA GERAL

Redator: ALUÍZIO DE M. MENDES

Os ensinamentos da guerra de Espanha

Por H. KLOTZ
Trad. pelo Cap. OLIVEIRA

AVIAÇÃO

a) — O avião de bombardeio teve a velocidade muito aumentada em relação ao de caça (em 1918: 152/100, caiu a 118/100). O avião de bombardeio por outro lado armou-se poderosamente, superou os angulos mortos ficando não mais em inferioridade ao de caça.

b) — Combate aéreo — os 180/200 km/h. de 18 transformaram-se em 485 km/hora atuais que deixam às mtrs. apenas 3/10 de segundo para o tiro. O canhão oferece a margem de 3" para ser conseguido um impacto.

c) — D. C. A. mais eficaz na Espanha, métodos racionais de tiro, valor das peças, mas, principalmente maior dificuldade do combate entre aviões.

d) — O avião participa do combate terrestre: é a arma onipotente, capaz de qualquer missão quando não contrariada pela aviação inimiga ou pela D. C. A.. Mas, o bombardeio sobre pequenos objetivos é aleatório — pontes, encruzilhadas, etc., devido à velocidade enorme dos aparelhos atuais.

Ao contrário, em zonas de 500 a 600 m. por 150 a 200 a aviação trabalha eficazmente.

Pelo menos é equivalente à Artilharia.

e) — Grande capacidade da população civil em resistir ao bombardeio aéreo sem se apavorar, como era prevista.

Ora a consequência do acima é a necessidade imperiosa para o infante em lutar com a aviação. A conclusão do autor é a seguinte:

A guerra civil espanhola demonstrou justamente que a decisão definitiva da guerra se encontrará na terra e não nos ares... A aviação, e até mesmo a aviação de Bombardeio, deve ser conju-

gada à infantaria como arma auxiliar e subordinada, arma importante, extremamente eficaz, indispensável. Mas, principalmente, arma auxiliar e nada mais.

DEFESA ANTI-AÉREA

O sistema alemão de D. C. A. à disposição do Gal. Franco comporta:

1 canhão de 88; 1 canhão de 37; 1 canhão de 20; 1 mtr. leve.
As conclusões são as seguintes:

a) — Na **frente**, as tropas em linha só são atacadas com eficácia por avião a menos de 1.000 m. de altura. Exige para a defesa uma arma leve, regulando rapidamente o tiro, capaz de acompanhar o objetivo que se desloque, e ter rapidez de tiro suficiente. E o canhão de 20 m/m deu satisfação a estas questões.

b) — Na retaguarda a arma potente, com grande alcance vertical e horizontal se torna precisa. O canhão de 88 preenche com vantagem estas condições, principalmente com algumas armas leves para os ataques a baixa altura.

c) — Condena o canhão 37 por não ser "leve" nem tão pouco "pesado".

Observações — A notar que toda missão principal exige um material especial — no caso o canhão de 88 ou de 20.

A notar que futuramente o ataque em piqué e em muito baixa altura (20 a 50 m.) pode vir a exigir uma nova arma especial.

O CARRO DE ASSALTO

Os carros alemães e italianos se encontram com os russos na guerra da Espanha. Todos não realizam as esperanças. Onde se chocam com uma defesa com elementos bastantes em numero e qualidade, são destroçados ou imobilizados, antes de poderem cumprir a tarefa que lhes competia. Mas, estes elementos da defesa fraquejando, ou se forem destruídos previamente pela preparação da Artilharia, não estando mais indenes, então os carros atingem habitualmente o objetivo com uma certeza quasi matemática.

As conclusões sobre os carros são as seguintes:

a) — Peso minimo — o carro de menor peso que 8 toneladas uma **arma de ataque**, pouco eficaz, até mesmo perigosas pois contém congenitamente as seguintes insuficiências:

- fraca ou nula eficácia de tiro;
- blindagem muito fraca;
- capacidade de circulação em qualquer terreno inexistente ou pouca.

Para a eficácia do fogo se exige um reparo estavel, que se adapte suficientemente ao terreno e a posse de um canhão montado na cupola.

Para a blindagem o minimo de 15 mm. é indispensável.

Para circular facilmente por toda parte o trem de rolamento deve ser longo, afim de possuir grande faculdade de transposição.

Essas condições exigem o minimo já referido de 8 toneladas.

b) — Emprêgo tático — Em geral empenhados em pequeno numero e sem ligações com as demais armas. A experiência demonstrou que deviam ser empregados em massa, em largura e profundidade e em ligação intima com a infantaria. Quando se dá o vorcio entre os carros e infantes (por concepção ou pelas vissitudes do combate) o insucesso é fatal. Os carros mesmo vitoriosos são destruidos se permanecem isolados. Aliás o apoio da Artilharia aos carros deve ser preparado afim de os proteger convenientemente. Deste modo o carro é apenas uma arma no conjunto dos demais.

A velocidade possivel em combate é compativel com as possibilidades reais oferecidas pelo terreno e pela eficacia de emprego a 50 km/h. impossivel qualquer rendimento util.

A velocidade não pôde assim oferecer a proteção esperada porça é se voltar à maior espessura, maior peso ao aparelho... a velocidade real mais modesta.

A potencia de fogo do carro exige um canhão capaz de desfer o abrigo da mtr. ou da arma contra carros, e para ser dirigido contra qualquer ponto necessario que seja posto em torre.

DEFESA CONTRA CARROS

Dois postulados são enunciados:

1.º — O carro só pode servir de objetivo de tiro a uma distância minima de 500 ms. da primeira linha.

2.º — Atualmente a couraça maxima dos carros medios atinge 25/26 mm. (Só carros pesados possuem 50 mm., mas nestes as lagartas são sensiveis).

Daí decorre que a arma contra carros deve:

— Perfurar 25/26 mm. de blindagem com uma incidencia de 30º a uma distancia de 500 m..

— Ter uma carga explosiva capaz de, pela explosão, avariar seriamente o carro.

— Grande rapidez de tiro (logo, calibre pequeno).

— Fácil disfarce, pequena altura sobre o solo, maneavel e de fácil transporte.

— Uma arma por 250 m. de frente.

Do armamento usado em Espanha faz a seguinte critica:

Hotchkiss 13 mm. fraca potencia — projétil ineficaz.

Canhão alemão 37 mm. e Boford 40 — pequena rapidez de tiro.

Canhão Hotchkiss de 25 mm. mesma eficácia util que o Oerlikon de 20 mm. com o terço do peso e uma velocidade de tiro dupla. Acha que esta peça (Oerlikon 20 mm.) à razão de uma por 250 mm. de frente basta para a defesa.

Observação — Ora, o carro pode ter mais dos 26 mm de blindagem e exigir uma arma mais forte.

Então pode ser concebida a defesa contra carros em dois escalões — um de fuzis contra carros (calibre de 20 m/m) nas Cias. de F. V. — e outro de canhões na linha de apoio dos batalhões — os primeiros (fuzis) tomavam a si a defesa contra os carros leves e os segundos contra os medios e pesados que transpuzeram a linha das Cias.; e, no escalão de deter dos Btls. a presença de um canhão mais possante, capaz de destruir de longe um carro pesado, não é a despresar.

Assim se terá um sistema de tres armas contra carros cada uma com missão predeterminada.

1.º — armas leves, maneiras, invisiveis (fuzis).

2.º — armadas poderosas, mas ainda maneiras (canhões de 20 a 25 mm.).

3.º — armas pesadas, potentes de grande alcance (canhões de 26 mm. para cima).

As conclusões gerais do sr. Klotz são:

a) — Aviação e Carros são auxiliares da Infantaria, que como dantes ocupa e avança no campo de batalha.

b) — A defesa contra aviões e carros acusam ainda mais a preeminencia da defensiva. O carro se deparou com o antidoto poderoso — a arma contra carro.

c) — A moral da população pode resistir vitoriosamente aos bombardeios aereos por mais violentos que sejam.

d) — Capacidade defensiva de milicianos sem grande valor militar, ante unidades mais solidas, aguerridas e maior valor profissional.

Para nós, no momento, são as seguintes conclusões a que se chega:

1.º — Dotar a Cia. dos fuzis contra carros (uma esquadra de 2 armas). Arma leve, de potencia quasi equivalente ao atual canhão Oerlikon de 20 mm.

2.º — Dotar o Btl. de uma secção de Canhões anti-aereos de 20 mm. bem como o estudo de uma arma contra o vôo em "rase motte".

3.º — Dotar os Btls. de uma secção de 4 canhões contra carro de 20 a 25 m/m.

4.º — Armar os R. I. de uma bia. de canhões de maior potencia, afim de impedir a ação dos carros pesados, para o caso possivel de um inimigo armado à europea, de uma gama completa de carros.

Identicas são as necessidades de todas as formações equivalentes de Art., Cav.. e Eng. bem como de certos orgãos de serviços e comando, aos quais necessario se torna prever o meio de defesa contra aviões e carros rapidos ou não, mas possiveis de serem empregados.

Para a Cav.:

Esq. — Fuzis contra carros.

R. C. — Canhões Anti-Aereos, canhões contra carros e autos blindados.

Para a Art. (Protegido sempre que possivel pela Art. A. Aerea da G. U.):

Bias. (campanha e A. Aereas) — Canhões Anti-aereos (eventualmente contra carro), canhões contra blindados.

Grupo — Trens: Canhões contra aviões — fuzis contra carros.

Colunas e parques — idem.

Para P. C. — defesa local sumaria contra engenhos — Canhões blindados.

D. C. A. — 1: Canhões anti-aereos (armamento principal).
2: Canhões e fuzis contra carros (armamento secundário).

Para as grandes unidades:

P. C. — Q. G. — 1 grupo de canhões A. A., 2 unidades de fuzis C. C., 1 unidade de canhões C. C..

Serviços:

S. I. e S. E. — Fuzis C. C..

Parques e comboios:

Grupo canhões A. A., Fuzis C. C..

E para o conjunto da Grande Unidade uma unidade especial, comportando:

1.º R. Re. — 3 bias. 88 (ou 75); 3 secções 4 peças 20 mm..

2.º C. C. — 2 secções 6 peças 20 mm.; 1 secção de 4 esquadras de F. C. C..

Para um D. I. serão necessários:

Infantaria	Canhão 20 AA		Canhão 25/37	
	Unid.	Soma	Unid.	Soma
Cia. F. V. — a 2 por Cia. — 54				
Btl. — a 2 por C. E. M. — 36		2/18		2/18
R. I. — a 2 por C. E. CM. CE — 12		4/12		4/12
Cavalaria				
Esq. a 2 por Esq. (Mtr. Ex., etc.) — 12		4/4		4/4
a 2 por Bia. — 36		4/24		2/12
6 G		5		
Artilharia				
C. L. M. — a 2 por cada — 12		6		
T. E. — 2 por R. A. — 4				4
Pq. A. D. — 10		6		
A. A. Ae — 1 G — 10		16		
S. I. — 10				
S. E.		2		
P. C./D. I. — 4	6	2		
Q. G./D. I. — 6	4	2		
	—	—		
	206	92		58
Unidades contra Carros				
Unidade anti-aerea	16	12		
	—	—		
	222	104		58
	—	—		
	230	104		58

Para uma D. C. —

	Fusis cont. carro	Canhão 20 A.A.	Canhão 37 cont. carro
R. C.	12	4	4
5 R. C.	60	20	20
Art.			
3 G.	18	12	6
A. D.	8	6	6
P. C.	6	2	2
Q. G.	6	2	2
Unid. A. A.		12	
	—	—	—
	110	58	40

Só desta forma poderemos ter a certeza que ha probabilidade em se escapar aos engenhos mecanicos e aviões inimigos, maximé agora, que os Exércitos sul-americanos desvelam tanto carinho tanques e aviões, como por exemplo a Argentina, que já os fabrica.

E' preciso um esforço? que seja feito!

A DEFESA NACIONAL
é do Exercito

Trabalhar para ela é trabalhar
para o Exercito

MANDEM SUAS
COLABORAÇÕES

O Problema da Moto-mecanização

1.º Ten. UMBERTO PEREGRINO

A motorização toma conta despoticamente de todos os exércitos modernos do mundo. É uma preocupação viva dos Estados Maiores, que se desdobram em mil esforços buscando soluções.

A opinião dos técnicos se divide, havendo os que são desenganadamente contra, os que são resolutamente a favor e ainda uma corrente moderada que está com as duas partes e talvez com a razão...

Seja como fôr, o que é indiscutível é que a técnica sempre influiu poderosamente nos processos da guerra, subvertendo-os muitas vezes, e acudindo, ela mesma, com as novas soluções.

Está aí o motor a explosão aperfeiçoadoíssimo, roncando por toda a parte, poderoso e seguro, provando capacidade para as mais variadas aplicações.

Militarmente se impôz desde a Grande Guerra, muito embora nesta primeira experiência, em razão das dificuldades de ordem técnica e de certa improvisação imposta pelas circunstâncias, os resultados não tivessem sido de molde a convencer, principalmente no tocante aos engenhos mecanizados. Mas a lição tinha ficado, inúmeras observações estavam feitas, havia material abundante para o trabalho da paz. E uma coisa ficaria desde logo assente — o valor militar do transporte automóvel. Na opinião do coronel Langlet, "o automóvel revolucionou a estratégia". Com efeito, segundo a sua informação autorizada, no outono de 1918, os aliados dispunham de 200.000 automóveis sómente na frente de França. E depõe ainda mostrando que esse desenvol-

vimento esteve longe de ser um grande peso para os exércitos: "bem ao contrário, e pôde-se dizer que em 1918, si não tivessemos auto-caminhões muito resistentes, com condutores muito preparados, não teríamos podido perseguir os exércitos alemães em retirada no Norte da França, tendo em vista a destruição total das vias-ferreas e das estradas". Acentua mais o brilhante oficial francês, numa das claras e lucidas lições que nos deu como membro da Missão Militar Francêsa, que, "quanto ao deslocamento de tropas, a mobilidade das reservas de Infantaria e Artilharia transportadas é tipica no momento das crises de março, maio, junho e julho".

De após guerra para cá não cessaram as discussões dos entendidos em torno da motorização e mecanização dos exércitos. E enquanto isso, cada país mais proximamente interessado no assunto, ia tratando de se aparelhar de tal sorte que em todas as guerras desencadeadas ultimamente, a moto-mecanização tem figurado dominadora e decisivamente.

Foi primeiro a Italia esmagando rapidamente as resistências da Abissinia com um possante e moderno exército motorizado. Aí, todavia a prova não terá sido completa, porque os recursos modernos eram lançados contra um inimigo fraco, armado antiquadamente, sem poder contrapor material a material. Aproveitar-se-á apenas como exemplo e como advertencia, o esforço prodigioso da Italia mantendo em plena vitalidade, num teatro longínquo, aspero, absolutamente sem recursos, toda aquela complicada máquina de guerra.

Posteriormente a Espanha se tornaria um verdadeiro campo de experimentação. Aí se vem chocando material moderníssimo de todas as origens, de todos os tipos, e técnicos militares de toda a parte observam fria-

mente esse embate, tirando dele e transmitindo aos seus Estados Maiores os ensinamentos que possam interessar. Muitas dessas observações já são conhecida e por elas ficamos sabendo uma coisas essenciais no tocante ao material moto-mecanizado. Parece, por exemplo, que os carros de combate pesados não correspondem ao que se esperava deles. Mostram-se um pouco lerdos, relativamente vulneraveis pelo alvo grande que oferecem, alem de imobilizaveis com facilidade nos terrenos encharcados. Já os carros leves, si são flexiveis e rapidos, não suportam o castigo das armas anti-tank. Aliás, este capitulo de antidoto dos carros de combate está impressionando seriamente os observadores especializados. A artilharia anti-tank, bem como as minas, têm provado extraordinaria eficiência.

O carro atravessa, pois, um momento de expectativa geral. Mas a técnica se encarregará de remover os inconvenientes surgidos. As couraças serão reforçadas com ligas especiais, que evitem a majoração do peso. A velocidade será aumentada, já possuindo os alemães, para esse fim, um artificio interessante: carros com a lagarta desmontavel, de modo que ao se deslocarem na estrada vão sobre rodas, com rendimento de automovel, e para a utilização em terreno variado é só readaptar a lagarta.

Não se pode prevêr até onde irão tais aperfeiçoamentos, porque os recursos da técnica parecem inexgotáveis.

A verdade é que os carros estão tendo larga aplicação, tanto na guerra espanhola como na da China, e que todos os grandes exércitos do mundo se preparam para empregá-los construindo e aperfeiçoando seus tipos proprios, segundo as ultimas informações dos campos de

batalha. Daí surgem dificuldades enormes para as nações que não possuem industria militar pesada, e é o nosso caso. Ficam na contingência de adquirir um material caro, que muitas vezes caduca rapidamente, exigindo de qualquer maneira constante renovação. Mas não ha como fugir a essa situação, porque é indispensável adextrar reservas e manter em forma os quadros, além de algum pessoal ativo. Estas necessidades minímas e urgentes não podem deixar de ser atendidas. E' o de se compenetrarem os governos das nações nessa situação. A Argéntina acaba de receber tanks ingleses providos de artilharia anti-aérea e capazes de desenvolver 50 quilometros à hora.

O nosso exército também inaugurou as suas realizações neste terreno da moto-mecanização. Ha muita coisa feita e mais ainda em via de execução. Já não cabe, porém, uma noticia aqui. O assunto é do tamanho das dificuldades e do interesse que encerra.

SECÇÃO DE INFANTARIA

Redator: NILO GUERREIRO

Mecanismos da secção de mtrs. pesados no combate

Pelo 1.º Ten. Paulo Bolivar de H. Cavalcante

"A progressão da secção realiza-se durante o maior tempo possível, com o material carregado nos cargueiros.

Antes de entrar em ação o material será descarregado em uma posição de descarga e só depois levado à posição de abrigo, nas proximidades daquela. — R. E. E. U. Mtrs. P. — n.º 107".

POSIÇÃO DE DESCARREGAMENTO

Compete ao tenente comandante da secção escolher a posição de descarregamento. Nem sempre, porém, poderá satisfazer integralmente o que preceitúa o regulamento porque:

1.º — os muares gastam-se mais rapidamente que os homens;

2.º — é preciso que os muares fiquem em um local onde haja agua, forragem e ofereça segurança contra as vistões aereas e terrestres;

3.º — os muares não devem ser inquietados pelos tiros de artilharia.

Se o local proximo à posição de abrigo não oferecer essas vantagens, devemos, embora em desacordo com os dispositivos regulamentares, descarregar o material mais atraç afim de pouparmos os cargueiros para que depois em caminhadas longas e penosas, os homens sejam também poupadados.

Tendo escolhido a posição de descarregamento, o tenente comanda: "descarregar para transportar!"

Os homens procedem do modo abaixo:

1.º — os cabos chefes de peças retiram os cofres sobresalente e acessorios e colocam-se a 15 ms. na dição indicada pelo tenente;

2.º — os atiradores retiram as peças dos cueiros;

3.º — os primeiros municiadores retiram os reparos;

4.º — os demais municiadores e os remuniciadores retiram os cofres de munição;

5.º — o armeiro entrega ao cabo chefe de peça corretor de pontaria para o tiro contra avião; retira cano sobresalente;

6.º — o telemetrista retira o telemetro.

Os homens postam-se atraç dos cabos conservando as distancias determinadas pelo comandante da secção

O tenente conduzirá a sua secção em coluna por unidade até à ultima posição de abrigo ou em coluna por dobras com as distancias ou intervalos aumentados.

O ordenanç a e os condutores ficam na posição de descarregamento.

POSIÇÕES SUCESSIVAS DE ABRIGO

Na escolha das posições sucessivas de abrigo, o tenente fará a si as seguintes perguntas: "Para onde ir?" — "Por onde ir?" — "Como ir?" — "Quando ir?".

Em consequencia, comanda: "base primeira peça — por peças sucessivas — grupo de remuniciamento retaguarda" ou "base primeira peça — segunda peça esquerda (direita) 20 passos — grupo de remuniciamento à retaguarda 30 passos — lanço de 15 metros — até à saliência em frente — marche".

Os comandos poderão ser dados por gestos.

A progressão da secção será feita de posição de abrigo em posição de abrigo.

Enquanto a secção tiver que progredir, terá sempre à testa o seu comandante.

Sómente na posição de tiro o tenente a seu criterio poderá ficar no centro do dispositivo, em lugar de onde melhor possa exercer o comando por gestos, vê os cabos

chefes de peças e por eles ser visto. Durante todos os deslocamentos o tenente terá proximo a si, o agente de transmissões.

POSIÇÃO DE TIRO

A escolha da posição de tiro compete ao comandante da secção.

Na ultima posição de abrigo o tenente passa o comando da secção ao sargento auxiliar e avança em companhia dos cabos chefes de peças e o agente de transmissões. Os primeiros servirão de guias às suas peças. A posição de tiro deve satisfazer as seguintes condições:

- 1.^º — permitir às peças o maximo rendimento;
- 2.^º — as peças devem ficar completamente desenfiadas;

3.^a — o intervalo entre as peças deve ser de quinze metros no minimo afim de diminuir as baixas e facilitar os comandos.

À voz de "preparar para o tiro" — "posição alta!" (intermediaria ou baixa) os homens se comportam do modo seguinte:

1.^º — os municiadores verificam a posição dos parafusos de elevação, desdobram os reparos na posição indicada, abrem as sobremunhoneiras e fazem a limpeza destas;

2.^º — os atiradores lubrificam o interior da caixa da culatra, o alimentador, verificam se as chavetas dos canos se acham para baixo, acionam as alavancas de manejo duas ou tres vezes e examinam os canos; (para fazerem essas operações os atiradores colocaram as peças nos seus reparos);

3.^º — os cabos verificam o conjunto das operações e com especial atenção a posição dos reguladores que nas temperaturas médias deverão ficar entre as graduações 3 e 4.

ENTRADA FM POSIÇÃO DE TIRO

Na hipótese dos cabos terem ido com o tenente quando este procedeu ao reconhecimento da posição, não

haverá necessidade de comando. Eles conduzirão as suas peças de acôrdo com o que determina o R. E. C. I. 1.^a parte, n. 171, até o local determinado pelo tenente onde mostrarão aos seus homens os logares de suas peças.

Os primeiros municiadores conduzem os seus reparos colocando-os à esquerda dos cabos que já se acham nos logares, enterram as garras das pernas e flechas até as sapatas se apoiarem inteiramente no solo e postam-se à esquerda dos reparos, deitados ou ajoelhados, conforme a posição destes. Os atiradores colocam as peças nos reparos de acôrdo com o R. E. E. U. Mtr. P. — n.^o 48 e postam-se sentados ou deitados.

Os segundos municiadores preparam os carregadores de conformidade com o n.^o 68 do referido regulamento e colocam-se de joelhos ou deitados um pouco atraç dos primeiros municiadores.

PREPARAÇÃO DO TIRO

O tenente verificando que as peças já estão em posição, comanda: "alça tanto" — "objetivo tal" — tiro livre sem (ou com) ceifa" ou "tiro concentrado" — "rajadas de sete a oito tiros".

Os serventes procedem da seguinte maneira:

1.^º — os cabos procuram o objetivo e dizem "visto";

2.^º — os atiradores armam as peças, graduam as alças, apontam as metralhadoras para o ponto mais importante da esquerda do objetivo no tiro ceifante e dizem "pronto";

3.^º — os primeiros municiadores introduzem, cada um, um carregador;

4.^º — os cabos informam "tal peça — pronta".

EXECUÇÃO DO TIRO

O tenente comandante da secção tendo feito o preparo do tiro minuciosamente, cumpõe-se se a distância avaliada pelo telemetrista coincide com a que avaliou no

seu binocolo e que os cabos não têm duvida sobre o objetivo, comanda: "fogo!".

Em consequencia:

1.º — os atiradores puxam as teclas (convem que as peças atirem cada uma de uma vez);

2.º — os cabos vigiam as janelas de ejeção, manejam os reguladores caso haja diminuição ou excesso na tomada de gazes e verificam se as chavetas dos canos estão para baixo.

INCIDENTE DE TIRO

Havendo incidente de tiro em uma peça o cabo anuncia: "tal peça, incidente de tiro". O atirador e o primeiro municiador sanam o incidente e o cabo informa: "tal peça — pronta".

INTERRUPÇÃO MOMENTANEA DO TIRO

Havendo necessidade de interromper momentaneamente o tiro para corrigir alça, mudar objetivo, etc., o tenente comanda: "suspender fogo". Os atiradores abandonam as teclas e continuam observando o objetivo, os municiadores alimentam as peças e os cabos informam o numero de caregadores consumidos.

Para recomeçar o tiro, o tenente usará das mesmas regras.

DESLOCAMENTOS

Em pleno combate havendo necessidade da secção progredir, o tenente comanda: "cessar fogo" — "fechar cofres".

Conduta dos homens:

1.º — os atiradores soltam as teclas, prendem as peças em direção, colocam as alças em branco e logo que os municiadores tenham retirado os carregadores, dão golpes de segurança;

2.º — os remuniciadores expõem os carregadores nos cofres, fechando-os em seguida.

O tenente comanda: primeira peça nas proximidades da palmeira em frente a vinte metros, em posição" — "segunda peça, à esquerda (direita) a vinte passos de intervalo, em posição" — "de rastro, marche" ou "em posição homem a homem".

Nos grandes deslocamentos, o comando será: "desmontar para transportar — por peças sucessivas" ou outra formação que se adapte à situação.

A secção pôde progredir em conjunto, peça a peça ou homem a homem, em marcha rastejante ou por lanços, ao simples gesto do tenente.

Se a progressão foi feita peça a peça, o tenente partirá com a que julgar mais conveniente.

O sargento auxiliar será o ultimo a partir e tomará à sua conta a regularidade do movimento.

Nas transposições de cristas o comandante da secção deverá tomar precauções especiais. Pode traspô-las de surpresa, toda a secção ao mesmo tempo, por peça e até por homens, mas em pontos diferentes. Igualmente é necessário tomar disposições particulares em cada caso, para sair do mato, cuja orla constitue uma linha nitida do terreno.

Os pontos obligatórios de passagem (ponte,, garanta, estrada que seja preciso cruzar, etc.) visíveis de longe, serão abordados com cautela e transpostos de conformidade com as circunstâncias imaginadas.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

Cabe ao comandante da secção a iniciativa de tomar todas as medidas de segurança previstas ou não na ordem do capitão, contra a artilharia e aviação inimigas.

As peças devem ficar afastadas das linhas visíveis, orlas, etc. onde, fatalmente, serão feitos tiros de artilharia, sistemáticos de destruição ou neutralização.

No caso de uma defensiva a posição de tiro da secção comporta:

- 1.º — um espaldão circular ou retangular;
- 2.º — um posto de observação e escuta;

3.º — abrigo para o pessoal, eventualmente.

Nesse caso a posição de tiro não deverá ficar a menos de 60 ms. das paralelas e 20 ms. das normais.

Quer na defensiva, quer na ofensiva a dissimulação torna-se imprescindível para as metralhadoras. Dissimular as peças das vistas aéreas e terrestres constitue preocupação constante do tenente.

Em todas as ocasiões procura melhorar a posição de tiro. Mantem um serviço de observação continuo.

LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

A fim de trazer o seu capitão sempre ao par da situação da secção, o tenente organiza um serviço de ligações e transmissões embora elementar mas que produza surpreendentes efeitos, quer materiais, quer morais. Liga-se constantemente com o comandante da Cia. de F. V. que apoia (se fôr o caso), com os comandantes dos pelotões vizinhos e com os condutores.

A ligação entre as peças é feita pela vista.

REMUNICIAMENTO

O comandante da secção organiza e dirige o remuniciamento de um modo continuo e permanente.

Junto à peças deverão ficar 4 remuniadores, 2 de cada peça, com oito cofres num total de 2400 tiros e um saco d'agua para o resfriamento das peças.

No posto de remuniciamento que deve ficar um pouco gatraz, entre a posição de descarregamento e a primeira posição de abrigo, ficam o cabo condutor e o armeiro com material sobresalente, de limpeza e conservação.

BIBLIOTECA DA « A DEFESA NACIONAL »

LIVRO Á VENDA

R. E. C. I. — 1.ª parte	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 1.ª parte	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 2.ª parte	2\$000	\$500
R. S. C. n.º 19	6\$000	\$500
Signalização a braços e ótica — Major Lima Figueirêdo	2\$000	\$500
Telemetria — Cap. Joaquim Gomes da Silva	20\$000	1\$000
Vencimentos Militares	10\$000	1\$000
Problema Tático — Ten.-Cel. Araripe	8\$000	1\$000
Manual do Sapador Mineiro — Maj. B. Galhardo	15\$000	1\$000
Anuário Militar do Brasil 1937	15\$000	2\$500
Limites do Brasil — Major Lima Figueirêdo	10\$000	1\$000
Tres questões de gramática — Paulo M. Barreto	6\$000	\$500
Almanaque do M. Guerra 1938	3\$000	\$500
Coletanea de leis e decretos de 1544 a 1938 — Major Bello Lisbôa, Igrejas Lopes	12\$000	1\$000
Lei do Ensino Militar e Lei de Organização do Exército		\$500

LIVROS FRANCESSES:

Un Regimen de seconde ligne dans une bataille défensive en 1918 — P. Janet		1\$000
Essai sur le renseignement à la guerre — Coronel Bernis	15\$000	1\$000
Etude sur la Cavalerie — H. Salmon	18\$000	1\$000
Procédés de combat — Lieut Colonel Stirn	8\$000	1\$000
Verdun dans la Tourmente — Gal. Passaga	36\$000	1\$000
Stratégie des Transports — Gal. Ragueneau	13\$000	1\$000
Manuel de l'Officier de Réserve de Caval.	20\$000	1\$000
Les Moyens de l'Aéronautique de corps d'armée	10\$000	1\$000
Essai sur l'instruction Militaire — Brallios	20\$000	1\$000
L'Etude par l'Infanterie de la Progression sous le Feu de l'Artillerie — A. Laffargue	8\$000	\$500
Vauban	15\$000	1\$000
Pour être un chef savoir: Instruire, Commander, Entrainer — A. Mermet	6\$000	1\$000
L'Officier de Renseig. Reg. Camp. - A. Mermet	7\$000	\$500
Inst. Prov. sur l'org. du terrain — 1.ª partie	6\$000	\$500
Aide memoire du mitrailleur	9\$000	1\$000
Méthode pratique de Tir indirect des mit.	13\$000	1\$000
Tirs spéciaux des Mitrailleuses Paillé	6\$000	
La culture pratique des forces morales — — A. Mermet	7\$000	\$500
Precis de Tir et Armement de l'Infanterie	13\$000	1\$000
Les leçons de l'Instructeur — Laffargue	22\$000	1\$000
Les leçons du Fantassin — Laffargue	8\$000	1\$000
Tactique Générale — Altmayer	26\$000	1\$000

SECÇÃO DE AVIAÇÃO

Redator: A. S. M. ARARIGBOIA

A cooperação da aviação nas operações terrestres (*)

Pelo Ten.-Cel. A. S. M. ARARIGBOIA

Cabe desta vés à aviação trazer sua cooperação a esta série de conferencias sôbre o emprêgo das armas no quadro geral da batalha terrestre, em boa hora instituída e animada pelo espirito clarividente do senhor Comandante da 1.^a Região Militar, tendo em vista um posterior exercício na carta.

Ainda que pesem em contrário as doutrinas de Douhet, o esforço das Unidades Aéreas têm sido e ainda será por muito tempo dirigido no sentido da intima colaboração com as operações terrestres ou marítimas.

Foi em 1931 que o general italiano Giulio Douhet publicou a sua primeira obra sôbre a nova doutrina de emprêgo da Aviação a que se seguiram outras destinadas a alicerçar as bases de uma nova tática aérea, tática revolucionária, destruidora de todos os princípios anteriormente empregados e que visavam a cooperação direta da aviação, seja nas operações terrestres, seja nas marítimas.

No seu livro inicial "Il dominio de l'aria", ele sustenta a necessidade da criação de um exército do ar independente, em oposição às aviações militares, forças aféitas em princípio ao Exército e à Marinha.

O general italiano aborda a doutrina da guerra total e das imensas possibilidades da aviação para conduzir esta guerra, que se extenderá ao conjunto dos territórios das nações beligerantes, a proporção que o raio de ação dos aviões possa ser desenvolvido.

Para conduzir esta guerra total, é preciso, desde o início das operações, conquistar o Dominio do Ar: "Possuir dominio do ar, diz Douhet, é ficar em condições de impedir o inimigo de voar,

(*) Conferencia realizada no C. P. O. R., no dia 2 de Junho de 1938, para os oficiais da 1.^a R. M..

mantendo-se o dominador capaz de balisar o céu em todas as direções".

Para obte-lo, é necessário destruir os aparelhos do adversário "nos locais onde êles vivem, nos locais onde êles se fabricam, bases, entrepostos, usinas".

Antes da guerra de 1914, o problema da segurança nacional comportava dois termos: segurança em terra, segurança no mar. Ele comporta hoje um terceiro :segurança aérea. Elemento novo, cuja importância relativa está sendo apaixonadamente discutida e que impõe aos estados maiores e aos governos a pesada responsabilidade de escolher entre duas doutrinas:

- Aviação, arma acessória, esclarecendo, apoiando, prolongando a ação terrestre ou marítima;
- Aviação, arma decisiva, martelando a nação inimiga e seus pontos vitais, destruindo sua potência industrial, abatendo seu moral.

Esta doutrina é a do general Douhet.

Ele parte de um fato técnicamente indiscutível: a possibilidade da construção de uma frota de aviões de bombardeio e de combate, com grande ráio de ação e de grande tonelagem.

Disto ele tira conclusões cuja ousadia surpreende, mas cuja lógica se impõe.

Defensiva em terra e no mar, ofensiva no ar. Eis o grande princípio estratégico que resume as concepções do General Douhet.

Não é possível aceitar que sómente os ensinamentos do passado devam determinar a codificação dos princípios de emprêgo da aviação.

E' indiscutível que a técnica comanda a tática e na aviação, mais do que em qualquer arma, este postulado é aceito sem discussão diante da prova convincente dos fatos e das realidades tangíveis.

Mas a técnica aérea evolue tão rapidamente que não é possível obrigar os utilizadores a um contínuo esforço de adaptação, sem precedentes na história das doutrinas militares.

Será um esforço em vão, se ele não se apoiar na experiência. Nada, portanto, de formulas cristalizadas. O que se deve ter em vista é o estudo metódico, permanente e raciocinado dos fatos, alargando as condições de emprêgo de comum com as possibilidades técnicas. Isto trará provas aos que duvidam e certezas materiais aos que acreditam.

Esta digressão inicial em torno da doutrina de Douhet, doutrina considerada utópica por uns e profética por outros, tem em vista mostrar que a missão da aviação na hora atual não atingiu o papel decisivo que lhe empresta o general italiano, considerando a cooperação das forças aéreas nas operações terrestres como prejudicial e desnecessária.

Ainda não chegamos ao ponto de aceitar que a decisão da guerra seja conseguida pela ação massiva de um poderoso exército do ar, nem tão pouco que as operações terrestres sejam incapazes de levar a termo esta decisão.

Da mesma forma, não é possível aceitar que um exército de terra reduzido ao extremo, privado de uma aviação auxiliar, deva encontrar na virtude da defensiva a garantia de fazer fracassar os mais poderosos e bem organizados ataques.

O estudo das possibilidades atuais das forças terrestres e aéreas e as conclusões a tirar das campanhas que "se desenrolam na Espanha e na China, bem como das grandes manobras que anualmente se efetuam nos principais países europeus, levam-nos a uma série de conclusões em favor da cooperação da aviação nas operações terrestres.

Com efeito, podemos estabelecer, como verdades axiomáticas:

- que as expedições ofensivas de um exército do ar poderoso, efetuados sobre o território inimigo desde a abertura das hostilidades, dirigidas contra os centros vitais, depósitos, fábricas e tempos de elevação, órgãos principais da mobilização, as comunicações de que depende a concentração das forças de terra, são de molde a produzir resultados materiais consideráveis, a atingir mais ou menos profundamente o moral da nação adversa, a diminuir em intensidade o desenvolvimento ulterior das operações de suas forças terrestres;
- que as operações em terra não podem levar a guerra a um fim favorável, desde que as forças que aí operam não disponham de uma aviação auxiliar que lhe dê as informações, as ligações e as verificações de tiro e de uma aviação de caça que, nas partes decisivas do teatro de operações e nas horas oportunas, assegure em toda a extensão este elemento essencial da surpresa, que é o segredo, indispensável ao sucesso de qualquer ação de maior vulto;

— que sendo natural que a guerra se prolongue além das primeiras operações, o exército do ar deverá desempenhar, nos períodos de calma da luta entre as forças terrestres, um papel de extrema importância, analoga ao que realizou na abertura das hostilidades.

Surge, assim, a idéia básica desta palestra, aquela sobre a qual está assentada a nossa doutrina e dentro de cujo espírito desenvolvemos toda a atividade de nossa Aeronáutica Militar: a cooperação.

Mas, como conclusão do que ficou dito acima, vemos que a combinação da ação da aviação com a das forças terrestres toma duas formas distintas, seja a aviação chamada auxiliar ou de cooperação, — aviação de observação e de artilharia, aviação de reconhecimento, aviação de ligação — ou do exército do ar autônomo — formações de ataque e formação de caça.

A organização da Aeronáutica nos países mais adiantados já atingiu a esta etapa e os seus princípios de emprêgo giram em torno das duas formas de ação: aviação auxiliar e aviação autônoma.

Aceitar a doutrina de Douhet que, em nome do princípio da economia de forças preconiza a morte da aviação auxiliar, que ele reprova por absorver sem necessidade, em benefício das operações terrestres votadas à impotência, recursos que farão falta nas operações puramente aéreas, seria repudiar totalmente o fruto de longos anos de trabalho e que a experiência dos nossos dias ainda aconselha a manter.

Dentro desta ordem de idéias e considerando a necessidade de uma aviação de cooperação como fóra de discussão, vejamos de que elementos ela se deve compor.

Dentro do quadro tático, restrito às grandes unidades elementares, impõe-se uma aviação de observação. Com efeito, basta imaginarmos o resultado da luta entre dois partidos, tendo um a seu serviço os olhos de seus observadores aéreos e os mais seguros e agudos ainda de seus aparêlhos fotográficos, contra outro desprovido dêstes órgãos.

Seria a luta de um cégo contra um adversário dotado de uma visão clara e perfeita.

A artilharia, por sua vez, tem necessidade da observação aérea. E' provável que novos métodos de tiro aliados a uma maior pre-

cisão, permitirão futuramente reduzir suas necessidades em observação aérea, mas esta lhe será sempre indispensável.

E' possível que a artilharia do futuro — artilharia trabalhando diretamente para a infantaria e para os carros — que esta artilharia, acionada como os carros, graças a blindagem e a mecanização, até onde possa realizar um trabalho oportuno, seguro e eficaz, nas proximidades da linha de combate, é possível que aí não tenha sinão uma necessidade muito restrita em observação aérea. Mas ainda não chegamos a este ponto e é quase certo que ele não seja atingido num futuro muito próximo.

Assim, no ponto de vista comando e artilharia, a observação aérea é uma necessidade de ordem tática.

As missões de ligação entram, igualmente, nas atribuições da aviação de observação e entre estas a de acompanhamento do combate, em que reside, realmente, a mais íntima e estreita cooperação com as forças da primeira linha.

Se, do quadro tático nos elevarmos ao quadro estratégico, duas espécies de aviações auxiliares aparecem imediatamente indispensável — a aviação de reconhecimento e a aviação de caça — enquanto que se impõe, com igual força, a necessidade da cooperação íntima da aviação de ataque.

Dizer que o exercício do alto comando não se concebe mais sem aviação de reconhecimento e que, de todas as especialidades de aviações auxiliares, esta é que apresenta o maior interesse seria enunciar um truismo, pois esta verdade deve estar bem patente no espírito de todos vós. E este valor tão grande na última guerra, crescerá ainda mais no caso da nossa guerra, porquanto esta será, não o podemos duvidar e a nossa situação assim o indica, uma guerra de movimento, uma guerra de manobra, e, nas condições atuais, uma manobra estratégica sofrerá o perigo de cair no vazio, de fracassar irremediavelmente, se o alto comando não dispuser para orientá-lo e adaptá-lo aos acontecimentos das informações que sómente uma aviação de reconhecimento, de alta classe e muito bem treinada, poderá fornecer em tempo útil. Com efeito, com os meios de transporte mecânicos, o dispositivo das forças inimigas poderá ser inteiramente modificado em menos de vinte e quatro horas pelo deslocamento de reservas cuidadosamente mantidas em pontos situados a uma centena de quilômetros de seu ponto de aplicação e escolhidos de tal maneira que, por si mesmos, deixem na total incerteza do qual será finalmente

este ponto de aplicação. E este processo será de uso constante graças aos progressos da motorização, e, mais ainda, devido ao emprêgo de grandes divisões leves e de divisões inteiramente mechanisadas.

Vejamos agora a aviação de caça.

No ponto de vista das operações terrestres, a aviação de caça é necessária para garantir o segredo, em outros termos, para se opôr às investigações aéreas do adversário, que se esforça para desvendar a manobra inimiga.

E' bem evidente que será em vão acreditar na possibilidade de se obter um tal resultado em toda a frente de um determinado teatro de operações.

Este resultado poderá mesmo ser conseguido localmente durante um dado período, onde se prepara uma manobra ofensiva de larga envergadura ?

A dúvida ainda persiste.

A experiência de duas grandes batalhas na última guerra parece resolver a questão pela afirmativa: — sabe-se, com efeito, que os alemães em seu ataque a Verdum, como os franceses na batalha do Somme conseguiram, pela concentração de uma aviação de caça altamente agressiva, um domínio do ar, que se não foi absoluto, o foi suficientemente efetivo para que o segredo das operações pudesse ter sido mantido.

E' bem verdade que os progressos realizados desde então na técnica de aviação nos pontos de vista de velocidade, navegação, utilização das circunstâncias atmosféricas, vôo noturno, armamento, etc., podem nos levar a dúvida de que resultados tão eficazes possam ser facilmente atingidos numa guerra futura.

Não resta a dúvida de que uma aviação de caça, com as características atuais, reunida numa zona a proteger contra as vistas aéreas do inimigo conseguirá, certamente, si não interditá-la contra todas as investigações ou cobrir toda a manobra em preparação ou em via de execução com um vôo rigorosamente impenetrável, pelo menos constituirá obstáculo a certos reconhecimentos, tornará mais precária a observação, fará com que a aviação de reconhecimento inimiga sofra grandes perdas e poderá subtraí-las vistas adversas uma parte da zona que lhe incumbe defender, justamente aquela cuja manutenção do segredo trará grande influência à manobra do conjunto.

A possibilidade dêste resultado, mesmo incompleto, compensa e exige que todos os cuidados sejam desenvolvidos na constituição de uma aviação de caça de grande classe capaz de obte-lo.

O papel da caça em cooperação com as operações terrestres, entretanto, não se limitará à manutenção do segredo das grandes operações. Ela terá ainda que proteger a reunião, o movimento dos exércitos de manobra, suas retaguardas, suas comunicações contra os golpes da aviação de ataque inimiga, cujo papel será precisamente, nesse período, o de deslocar, dispersar, retardar ao máximo a ação das tropas de choque, atacando-as diretamente, tomando a seu cuidado as correntes de transporte, de paralisá-las, destruindo ou tornando impraticáveis suas comunicações e suas retaguardas.

Papel primordial da aviação de caça, que bastaria ele só para demonstrar a necessidade inevitável desta especialidade.

Finalmente, parece que uma aviação de ataque deverá desempenhar, em cooperação com as grandes unidades mecanizadas, um papel bem importante e frutuoso. Estes aviões de batalha exercerão um efeito muito eficaz, primeiramente nas marchas de aproximação e nas tomadas de contacto, onde deverão agir em cooperação com os engenhos terrestres blindados, e, depois, na própria batalha, onde atacarão com êxito, seja os carros, seja a infantaria ou a própria artilharia e também serão suscetíveis de um rendimento particularmente interessante imobilizando e deslocando as reservas do adversário.

Está assim rapidamente delineado o papel da aviação na cooperação com as forças terrestres.

Vamos agora detalhar o seu emprego, analisar o mecanismo das diferentes missões, procurar entrar no âmago mesmo dos processos utilizados, tudo visando traçar rapidamente a importância da cooperação das Unidades Aéreas nas operações terrestres.

O Regulamento para o emprego das grandes unidades diz, com feito, que a Aviação esclarece, liga, cobre e combate, e podemos acrescentar, transporta.

Como as outras armas, ela fornece seu esforço capital na batalha, que se trate de informar o comando e as tropas, de cegar a aviação adversa ou de completar pelo fogo, até às retaguardas mais afastadas do campo de batalha, a ação da artilharia. Excepcionalmente, ela pode ser chamada a desembarcar destacamentos encarregados de efetuar certas missões particulares.

Dentro da atual doutrina de emprego a aviação está organizada em sub-divisões de arma, a saber:

— **A aviação de informação** — esclarece e liga, seja em proveito do comando, seja em proveito das outras armas. As missões de ligação no interior das linhas são confiadas a aviões estafetas.

— **A aviação leve de defesa** — a de caça, cobre e participa do combate aéreo em combinação com a defesa contra aviões. Nos momentos críticos ela pode intervir na luta terrestre por meio de suas metralhadoras. Esta missão, porém, a expõe a uma usura muito rápida e não deve ser ordenada sinão excepcionalmente.

— **A aviação pesada de defesa** — a de bombardeio, ataca os objetivos de campo de batalha bem como as comunicações e os órgãos vitais do inimigo até o limite de seu alcance. Opera de dia e de noite em ações massivas, únicas capazes de produzir resultados apreciáveis.

Esta especialização das diferentes categorias de aviação não é nem absoluta, nem exclusiva.

A ação das três sub-divisões da arma pode, ao contrário, ser concentrada no ponto capital, num momento dado, para o bom êxito das operações, e em particular para a luta contra as forças aéreas inimigas.

FUNCIONAMENTO TÉCNICO DAS UNIDADES AÉREAS DIVISIONÁRIAS

Sabemos que as forças aéreas de que dispõe o comando não estão divididas entre as Grandes Unidades terrestres, desde o tempo de paz. Ao contrário, elas pertencem à Reserva Geral e são manobradas pelo comandante em chefe, de acordo com as necessidades da campanha.

Por ocasião da mobilização será aféitas à Divisão de Infantaria e Divisão de Cavalaria:

- um oficial de aviação — computado em seu Estado-Maior.
- Dois oficiais de artilharia, observadores em avião, incluídos no Estado-Maior da A. D..
- Um posto de sondagem Meteorológico.

Toda a vez, porém, que uma Divisão de Infantaria ou Divisão de Cavalaria deva ser empregada na frente, em 1.º escalão,

admite-se que a Grande Unidade em questão precisa ser dotada de Unidades Aéreas. O comando e seus elementos constitutivos não podem dispensar o auxílio das Unidades Aéreas.

As regras adotadas para o funcionamento técnico das Unidades Aéreas Divisionárias lhes devem permitir:

a) trabalhar com um rendimento máximo.

Para que sua ação seja proveitosa é necessário, com efeito, que as Unidades Aéreas estejam em condições de receber, do Comando que as aciona, as ordens e as orientações sucessivas impostas pela evolução da situação.

E' preciso ainda que elas possam fazer chegar, em tempo útil, as informações colhidas, bem como receber, sem demora, os pedidos daquelas que lhes são destinadas para uma exploração imediata.

E' preciso, finalmente, que possam realizar com os elementos terrestres, em proveito dos quais elas se empregam, os entendimentos prévios tão preciosos para a boa execução das missões.

Esta ligação estreita, que importa assegurar com o comando e as tropas, implica em que as Unidades Aéreas possam ter com elas frequentes contactos e que disponham de transmissões seguras e numerosas. Óra, o estabelecimento destes contactos, a organização e a manutenção dessas transmissões, tornam-se tanto mais difíceis quanto aumenta a distância.

Deve ser, portanto, em uma zona relativamente aproximada da batalha, o mais perto possível dos P. C. das autoridades terrestres que a empregam e dos executantes, para que as ligações com êles sejam fáceis, que a Aviação Divisionária necessita procurar organizar sua vida tática.

As regras adotadas devem ainda permitir à Aviação:

b) assegurar, nas melhores condições, a vida material, técnica e administrativa das unidades.

Mas ainda do que um carro ou uma viatura automóvel, o material de aviação está sujeito a necessidades imperiosas de manutenção e de revisão: não é sómente a boa execução das missões que pode estar em causa se o material está mal regulado ou mal conservado, mas a própria existência desta mesma aviação.

Estas regulações, estas reparações, necessitam de tempo, e exigem, para serem efetuadas em boas condições, uma certa atmosfera de calma e de tranquilidade.

Se os progressos atualmente realizados nos domínios da construção permitem, de certa forma, abolir os abrigos para aviões, não é menos necessário dispôr de um pelo menos destes abrigos por esquadrilha, em rigor por grupo, para se poder, debaixo de qualquer tempo, efetuar as reparações correntes. Por outro lado, se não se quer arriscar diminuir, por muito tempo, a atividade técnica do pessoal (o que traria em resultado uma diminuição do número de aviões disponíveis) não parece inutil procurar tornar menos penosas suas condições materiais de existência. Somos assim conduzidos, tanto para o material como para o pessoal, a procurar instalações relativamente confortaveis, que ofereçam, em consequência, um certo carácter de estabilidade. Esta estabilidade relativa, que a aviação exige para o bom funcionamento material de suas unidades, não poderá ser obtida sinão fóra da zona submetida às flutuações da luta terrestre; ela impõe um certo afastamento do campo de batalha.

O ESCALONAMENTO DOS CAMPOS

A solução que se impõe é dada pelo escalonamento dos campos.

Como conciliar as condições contraditórias que levanta a instalação em terra da aviação divisionária?

Em um período de estabilização, o relativo carácter de fixidez da situação, permitirá, quase sempre, achar uma zona pouco afastada do P. C. da D. I. — oferecendo portanto todas as facilidades de ligações desejaveis — com a calma e o mínimo de conforto que reclama a aviação para organizar a sua vida material. Si, em certos casos, formos obrigados a estabelecer o campo a maior distância do P. C., a facilidade e a segurança das transmissões de que se dispõe geralmente em tal situação compensam os inconvenientes resultantes do afastamento. Estas transmissões permitirão à Aviação estabelecer, com o comando terrestre e os executantes, as ligações necessárias.

Em tal situação será num mesmo campo que a Aviação poderá, na maior parte do tempo, organizar sua vida material e seu trabalho técnico.

Em período de movimento ao contrário, haverá sempre incompatibilidade entre os dados do problema: no caso de um avanço ou de um recuo rápidos, por exemplo, as transmissões serão

muitas vezes precárias — e seria arriscado deixar a aviação muito longe do comando e dos executantes, colocando-a em condições de não receber em tempo as ordens e as informações. Ela ficaria, então, incapaz de poder realizar obra útil.

Somos assim conduzidos a separar os meios necessários à vida material dos que são indispensáveis à vida tática e realizar uma articulação de instalação em profundidade.

a) do Campo Básé.

A estabilidade relativa exigida para o bom funcionamento material das unidades não poderá mais ser obtida nas proximidades do Posto de Comando da grande Unidade, cuja colocação fica, de certa forma, sujeita às flutuações da luta terrestre. Será mais para a retaguarda que a Aviação encontrará um maior campo, bem montado, bem reabastecido de todo material e onde ela poderá organizar, na calma e com certo conforto, sua vida material e técnica.

Este será seu **campo báse**: lá é que os aviões serão revistos, reparados, preparados para a execução das missões; lá é que funcionará a administração das unidades; lá é que o pessoal repousará.

Graças a seu afastamento relativo, o campo báse conservará uma certa estabilidade e seu deslocamento, em caso de avanço ou de retirada, não será encarado sinão em lances largos (50 a 70 km.).

Cabe ao Comandante das Unidades Aéreas de Exército, encarregado da preparação e da organização dos campos báse, regular a repartição destes terrenos entre as diversas unidades e as condições de sua ocupação, segundo as circunstâncias e tendo em vista a situação e as intenções do comando.

b) O campo de trabalho.

A necessidade de dispor de **ligações faceis**, conduz a Aviação a se aproximar do comando terrestre que a emprega, bem como dos executantes, para organizar sua vida tática. E' preciso que ela se instale, para bem trabalhar, o mais perto possível do P. C. da grande Unidade. E' indispensável dispor aí de um novo terreno, o **campo de trabalho**.

O que caracteriza o campo de trabalho é sobretudo a presença dos órgãos que fazem viver do ponto de vista tático as

Unidades Aéreas, isto é, o comando e o serviço de informações. Ali é que os observadores receberão e prepararão suas missões, onde aterraráo para redigir seus relatórios, para ali é que concorrerão todas as transmissões, sem as quais não haverá nem ligações, nem comando possíveis. Pela sua proximidade relativa da linha de combate, o campo de trabalho será, para os tripulantes e para o material, unicamente um ponto de passagem e não um local de permanência habitual.

As repercuções que possam ter sobre sua ocupação as flutuações importantes da frente de batalha e a necessidade de conservar as ligações perfeitas, imprimem à instalação do campo de trabalho um carácter de estabilidade precária. E' preciso que êle siga os deslocamentos da G. U., dentro das possibilidades oferecidas pela topografia local.

c) O campo auxiliar.

O campo de trabalho não resolve completamente o problema das ligações.

Si o pôsto de comando da G. U. se desloca frequentemente, haverá ocasiões em que durante muitas horas êle não se achará mais nas proximidades do campo de trabalho e isto justamente no momento em que, em consequência de seu deslocamento, o funcionamento das transmissões será mais precário.

Este inconveniente é removido com o emprego de aviões-estafetas e dos campos auxiliares.

O avião-estafeta é um avião de turismo requisitado e sem armamento algum. Sua fraca velocidade de aterragem e seu pouco peso lhe permitem descer em campos de pequenas dimensões (em geral, uma faixa de 50 x 300 m., orientada no sentido do vento).

Estes campos chamados auxiliares podem ser encontrados facilmente, em quâsi todas as regiões, nas proximidades dos pôstos de Comando.

Graças ao emprêgo combinado do avião-estafeta e do campo auxiliar, o comando das Unidades Aéreas e os observadores podem vir frequentemente tomar contacto com as autoridades em proveito das quais trabalham, regular com as mesmas os detalhes relativos à execução das missões, seguir a evolução da situação e se manterem ao corrente das intenções do Chefe.

EMPREGO DOS MEIOS DE AVIAÇÃO

Princípios Gerais

De acordo com a nossa doutrina de emprêgo, grupamos sob a rubrica de Unidades Aéreas os meios de Aviação, Aerostação e Artilharia Anti-Aérea.

Na presente palestra, porém, sómente trataremos da Aviação.

Assim, vamos resumir os princípios de emprêgo dos meios de aviação postos à disposição dos grandes comandos e pertencentes às suas Unidades Aéreas.

Dizer aviação divisionária é falar em aviação de observação.

As outras sub-divisões da arma não são aféitas diréctamente às Divisões, embora possam trabalhar diréctamente em proveito delas, quando a situação tática assim o exigir.

Os princípios de emprêgo que se seguem dizem respeito, por isto, à aviação de observação.

1.º Princípio — Separação das Atribuições dos Comandos Terrestres e Aéreos

O emprêgo tático dos meios de observação aérea postos à disposição das G./U. é atribuição exclusiva do comandante destas Unidades.

O acionamento destes meios, dentro das instruções e dos pedidos recebidos é atribuição exclusiva do Comandante das Unidades Aéreas desta grande Unidade.

Este princípio é bem fixado num artigo do regulamento para os exercícios e combate da Aviação, que diz:

— Mas ainda que nas outras armas, considerando os elementos complexos e imprevistos que intervêm na execução prática das missões, convém que o Comando se limite a fixar às Unidades Aéreas de uma maneira precisa, o fim a atingir, a informação a obter, sem se imiscuir nos processos de execução. Neste ponto, a maior iniciativa deve ser deixadas aos executantes.

2.º Princípio — Princípio da centralização dos meios

O comando deve evitar dividir os meios em aviação de que dispõe; ao contrário, em seu escalão élê centraliza o emprêgo para poder concentrar sua ação nas missões mais importantes.

A descentralização do emprêgo dos meios é incompatível com as condições da luta aérea na frente dos exércitos.

Durante os períodos da calma da luta aérea ou quando se dispõe de uma indiscutível superioridade no Ar, a aviação de observação retoma toda sua liberdade de ação.

A descentralização é então possível, porque ela pode ser exercida não unicamente no domínio do emprêgo, porém ainda no da execução.

Mas estas calmas da luta aérea são imprevisíveis e a superioridade aérea muito efemera, porquanto pode variar muitas vezes de lado numa mesma jornada.

O comando aéreo é assim levado, para evitar perdas excessivas, a concentrar a ação da aviação de observação durante os períodos em que a aviação de caça lhe pode assegurar uma proteção eficaz.

3.º Princípio — Princípio de Economia no Emprêgo

“Em virtude da limitação de meios em aviação de informação, compete ao Comando, em todos os escalões, empregar as Unidades postas a sua disposição, dentro de um estrito senso de economia, quer se trate de busca de informações ou de participação no combate”.

Esta prescrição do regulamento de Aviação aplica-se tanto ao comando terrestre como ao Aéreo.

Para o comando terrestre, sua aplicação tem como consequências:

- 1.º — Que não se deve pedir à observação aérea senão aquilo que os outros meios em observação não podem realizar.
- 2.º — Que ele deve sacrificar, em seu plano de emprêgo das Unidades Aéreas, o acessório em benefício do essencial.

Para o comando das Unidades Aéreas, a aplicação deste princípio tem como consequência:

- 1.º — Não confiar à Aviação senão as missões que a Aeronautação não pode cumprir.
- 2.º — Esforçar-se para tirar de cada saída de avião o máximo, por exemplo, confiando a uma mesma equipagem a busca, em determinada região, de informações

que correspondam às necessidades de várias autoridades, ou ainda explorando em todos os sentidos os resultados obtidos em cada missão.

3.^o — Dentro do mesmo espirito de economia, o comando das Unidades Aéreas, em cada escalão, mantem-se ao corrente do trabalho efetuado pelas Unidades Aéreas dos escalões superiores ou vizinhos, a-fim-de aproveitar todas as informações colhidas por estas e evitar assim os emprêgos duplos.

4.^o Princípio — Princípio do Rendimento Máximo

De nada serviria dispor tudo convenientemente para realizar um emprêgo econômico da Aviação, se por outro lado não se pudesse tirar o maior rendimento da execução de cada uma das missões.

Este rendimento só poderá ser obtido si o comando terrestre se impuser um triplice esforço: de **objetividade**, de **precisão** e de **previsão**.

1 — Um **esforço de objetividade** tendo em vista adaptar os meios de observação à **manobra projetada**.

2 — **Esfôrço de precisão** a-fim-de indicar aos observadores os pontos do terreno em que aparecerão os índices essenciais da atividade do inimigo sobre os quais a sua atenção deve particularmente se concentrar.

3 — **Esfôrço de previsão**.

A busca de informações aéreas é muito progressiva.

O observador em avião não pode, com um único golpe de vista, abraçar o conjunto de uma situação e traçar em seguida um quadro completo. Os índices fragmentários que ele colhe, nas proximidades de um itinerário estabelecido, pertencem muitas vezes a objétos muito diversos; são como que pedaços de um "puzzle" gigantesco colocados de um lado e doutro do itinerário.

E' preciso assim reunir e colocar nos respectivos lugares estes pedaços para poder pela imaginação encher os vasos e adivinhar o que realmente éste "puzzle" representa.

A busca de informações pela aviação exige tempo; o erro que a este respeito se comete mais frequentemente é o de pensar que se pode esperar que a situação esteja incerta para enviar um observador para esclarece-la.

Partindo bruscamente, sem uma preparação intelectual sufi-

ciente, o observador vai encontrar-se em presença de um novelo emaranhado que não consegue desfiar.

Daí o esforço de previsão necessário à preparação das missões.

5.º Princípio

O 5.º e último princípio pode ser enunciado da seguinte forma:

Prever longe, mas comandar curto

A necessidade de prever, isto é, de estar sempre avançado em relação aos acontecimentos, comporta um risco que é: si os acontecimentos não se desenrolam da forma prevista, as ordens dadas não correspondem mais à situação.

Este inconveniente é remediado de duas maneiras:

- dando as ordens para um período de tempo tanto mais curto quanto a situação fôr passível de modificações rápidas.
- ou então, redigindo as ordens, não em função do horário previsto para o desenrolar da manobra, mas em função das fases ou dos tempos dessa manobra.

MISSÕES DA AVIAÇÃO

Expostos suscintamente os princípios gerais de emprêgo, que devem estar sempre presentes aos Chefes, para que suas decisões sejam frutuosas e exequíveis, passemos a vista sobre as missões que a Aviação pode desempenhar.

Estas são divididas em duas grandes categorias: missões normais e missões eventuais.

As missões normais compreendem:

- Missões de Reconhecimento.
- Missões de Artilharia.
- Missões de Acompanhamento do combate.
- Missões de Vigilância do campo de batalha.

As missões eventuais são constituídas por:

- Ataque aos objetivos no solo.
- Participação na luta contra a Aviação inimiga.
- Execução de ligações rápidas.

As primeiras, isto é, as missões de reconhecimento, de artilharia, de acompanhamento do combate e de vigilância do campo de batalha são executadas em proveito direto das Grandes Unidades terrestres e serão tratadas a seguir com maiores detalhes.

As missões encaradas como eventuais para uma aviação de peração são, entretanto, as normais para um exército do Arpendente. Realmente, o ataque aos objetivos terrestres e a ticipação na luta contra a aviação inimiga constituem hoje em a razão de ser de uma força sérea endoutrinada nos modernos ncípios de emprêgo.

A EXPLORAÇÃO AÉREA

* Comecemos pela exploração aérea.

“A exploração tem por fim fornecer ao Comando as informações que lhe são necessárias para desenvolver seu plano de manobra”.

Esta é a definição dada pelo regulamento de Cavalaria e que tornou classica.

As grandes unidades de cavalaria fazem parte do dispositivo de manobra e sua missão de exploração é geralmente fixa — segundo o estabelecimento do plano de manobra — tendo vista buscar as informações que permitirão ao Chefe escolher, entre as diversas modalidades desse plano, aquele que corresponde situação real do inimigo.

A exploração aérea é exercida não sómente no quadro das manobras sucessivas concebidas pelo Chefe, mas de uma forma contínua, do começo ao fim das operações, durante o desenvolvimento destas manobras e nos intervalos que as separam.

As informações que ela busca para o Chefe, ao lado das produzidas de outras fontes, vão lhe permitir, de um lado escolher a modalidade de execução que se adapte melhor à situação do inimigo, e de outro, ter uma noção suficientemente exata dessa situação e das possibilidades de ação que ela comporta para confeccionar um plano de manobra.

A exploração nos parece pois que deve fornecer ao Comando informações que lhe são necessárias não sómente para executar, mas para conceber seu plano de manobra.

O conhecimento da situação do inimigo, surgido das informações anteriormente colhidas e do estudo das possibilidades de ação que ela comporta, constitue um dos mais importantes fatos das concepções do Chefe.

Si deste estudo resulta que a situação do inimigo não se pode modificar sensivelmente durante um determinado espaço de tempo, o Chefe poderá, com conhecimento de causa, fixar as condições de execução de uma parte inicial da manobra, correspondente ao período durante o qual o factor inimigo sofrerá alteração.

Desde porém que esse período esteja escondido e que a situação do inimigo tenha evoluído, será preciso escolher, entre as diversas modalidades previstas pelo plano de manobra, aquela que corresponde à nova situação do inimigo e prescrever sua execução.

A manobra se acha assim decomposta em fases ou tempos, que permitam ao Chefe adaptar progressivamente, por meio de retoques sucessivos, as modalidades de execução aos acontecimentos e assegurar a evolução de sua manobra, a despeito das reações do adversário, segundo o fim fixado; em uma palavra a **conduzi-la**.

Para que esta escolha possa ser feita, para que estes retoques sejam prescritos, é preciso que o Chefe esteja informado da evolução da situação do inimigo; isto é, que as hipóteses feitas sobre sua atividade tenham sido totalmente verificadas, a fim de determinar, pela eliminação sucessiva, aquela que realmente se realiza.

As condições desta verificação não são de forma alguma arbitrárias ou indiferentes.

Para que as informações sejam frutuosas, é preciso que elas cheguem ao conhecimento do Chefe em tempo, isto é, que as decisões que provocam possam ser executadas.

A busca de informações, visando a verificação das hipóteses sobre as possibilidades do inimigo, está estritamente ligada à manobra e às decisões sucessivas que esta pode comportar.

Enfim a manobra concebida, deve poder ser conduzida com segurança; o Chefe deve estar certo, a qualquer momento de que dispõe do tempo e do espaço necessários para reunir seus meios e povos em ação, tendo em vista o combate".

Esta certeza elle a pede ao dispositivo e à informação.

Possibilidades do inimigo, necessidades da manobra, necessidades da segurança, tais são os três aspectos que convém, em todos os escalões, examinar, para definir os fins assinalados à exploração aérea.

Fazendo um resumo de toda uma série de considerações em torno da exploração aérea podemos dizer que a busca de infor-

mações pela aviação, partindo das três bases classicas de raciocínio ditos acima, isto é, — possibilidades do inimigo, necessidades da manobra e segurança — deve ser orientada, não sobre a manobra, a faze ou o tempo em vias de execução, mas sobre a manobra, — tempo ou fases que se devem seguir.

Esta forma um conjunto sem solução de continuidade e deve ser exercida em profundidade. Sómente as Divisões e o Exército dispõe de formações aéreas equipadas especialmente, tendo em vista a exploração; entretanto toda a formação aérea levada a penetrar, por qualquer motivo, no dispositivo adversário, concorre, em certos limites, para a busca de informações.

A exploração aérea deve ser coordenada:

- 1.º — Pelo comando terrestre que fixa com precisão em suas instruções o fim das buscas, as informações a colher, a urgência, os prazos, o papel a ser desempenhado pelos escalões subordinados.
- 2.º — Pelo comando das Unidades Aéreas que combina a ação dos diversos meios de que dispõe, verifica a execução e centraliza os resultados.

EXECUÇÃO DAS MISSÕES

Os processos empregados pelas Unidades Aéreas para a busca de informações são extremamente variaveis.

No Escalão Exército, esta busca normalmente as equipagens a grandes distâncias no interior do dispositivo adversário; em compensação os prazos de que dispõe para traze-las são bem grandes.

Ela dá lugar unicamente à execução de missões de reconhecimento e os processos empregados são dominados pela preocupação de desfazer o jogo da defesa aérea adversa, a-fim-de evitar, nas linhas inimigas, um combate sempre muito delicado.

No escalão divisionário, a busca de informações não se traduz obrigatoriamente pela execução de missões de reconhecimento.

Desde que o contacto é mantido, as missões de observação em proveito da Infantaria ou da Artilharia, pelas informações que elas colhem sobre o movimento do inimigo e a atividade de sua artilharia, concorrem muito eficazmente para esta busca.

Antes de tratarmos destas missões de observação, passemos a vista rapidamente sobre os reconhecimentos, que se efetuam, seja de dia ou de noite.

RECONHECIMENTO DE DIA

A busca de informações, no escalão Divisão, é orientada essencialmente para a atividade das Grandes Unidades inimigas de 1.º escalão; a vigilância das unidades de 2.º escalão; das reservas importantes dos grandes movimentos de rota aatrás da frente, ficando evidentemente a cargo do exército ou dos escalões superiores.

As aviações divisionárias não devendo penetrar a mais de 20 a 30 km. no interior do dispositivo inimigo, esta distância de investigação nos permite descobrir os índices característicos da atividades das Grandes Unidades de 1.º escalão.

Quando o contacto ainda não foi tomado e os grossos amigos e inimigos estão separados por uma grande distância, deve-se considerar que o intervalo que os separa constitue uma espécie de "terra de ninguém" que as equipagens devem unicamente atravessar antes de abordar a parte útil e difícil de sua missão, o vôo sobre o dispositivo inimigo.

A duração dos reconhecimentos sendo relativamente curta, as equipagens não ficam expostas aos ataques das patrulhas da aviação de caça inimiga que porventura já se achem em vigilância acima das zonas sobrevoadas.

Esta vigilância não podendo ser permanente, há numerosos momentos durante o dia em que os reconhecimentos não correm sinão um pequeno risco de serem atacados.

De resto, em virtude de sua fraca penetração eles podem contar, se isto for necessário, com a ajuda que lhes dá a aviação de caça amiga repelindo a aviação inimiga para o interior de suas linhas.

A altitude do vôo depende essencialmente da visibilidade dos indícios a procurar.

Si as colunas importantes são visíveis a grande altura, a determinação da natureza dos elementos que as compõe, obriga as equipagens a operar a uma altura média (a mais ou menos 3.000 metros). Com muita maior razão a busca de indícios que dizem respeito aos elementos já desdobrados ou semi-desdobrados, artilharia, reservas, etc. — os obriga a voar mais baixo ainda (1.500 a 2.000 m.).

De qualquer forma as equipagens não podem pesquisar sinão perto do terreno imediatamente vizinho do itinerário sobrevoado.

O reconhecimento de uma zona de terreno de certa extensão, desde que deva ser efetuado em um prazo curto, implicará no acionamento de um conjunto de reconhecimentos recobrindo seus itinerários e rapidamente executados.

De fato, não se poderia confiar esta vigilância, a uma única equipagem que será então obrigada a adotar um itinerário extremamente sinuoso para poder pesquisá-lo convenientemente.

A duração de sua permanência no interior do dispositivo da defesa aérea seria então muito aumentada e o comando ficaria sujeito, seja a não ser informado a tempo, seja a expôr esta equipagem a reações extremamente perigosas da aviação de caça adversa.

O reconhecimento diurno pode ser à vista ou fotográfico, muito embora os primeiros devam ser sempre completados pela tomada de vistas de pontos particulares e de partes do itinerário que permitam precisar ou completar as informações obtidas à vista.

Além deste emprêgo complementar da fotografia, as Unidades Aéreas Divisionárias podem ser chamadas a executar verdadeiros programas fotográficos. Os reconhecimentos chamados fotográficos e executados com este fim ficam então inteiramente condicionados às exigências desse programa.

Eles se executam como os reconhecimentos à vista, geralmente por avião isolado. A altura do vôo fica subordinada à escala pedida para os "Clichés" e à distância focal do aparêlho utilizado.

A aviação pode ser assim chamada a executar fotografias verticais, obliquas ou panorâmicas.

No caso das fotos verticais, os programas constam geralmente de superfícies a cobrir em um determinada escala, o que exige a fotografia de faixas paralelas, os "Clichés" de cada faixa e as próprias faixas se recobrindo.

A fotografia aérea oferece em relação ao reconhecimento à vista, vantagens consideráveis, fornecendo um documento de estudo extremamente preciso e comodo.

As informações colhidas por este meio, são as mais comple-

tas, porquanto nada escapa à objetiva, devendo ser consideradas certas e indiscutíveis.

Por estes motivos a foto aérea satisfaz plenamente a prudência profissional bem legítima das 2.ªs secções, habituadas a tirar as informações seguras no meio de milhares de informações inexatas, falsas ou truncadas.

Mas a foto aérea apresenta também seus inconvenientes. Ela está presa, mais estritamente que o reconhecimento à vista dos itinerários percorridos. Além disto, fica muito sujeita às condições atmosféricas e sobretudo, não apresenta resultados, pela falta de luz, nas primeiras e últimas horas do dia.

Ainda mais, a exploração dos resultados colhidos não pode ser imediata; as operações de revelação e identificação dos clichés, da copia e estudos das provas exigem prazos de 3 a 4 horas. Realmente, admitindo-se um reconhecimento feito às 9 horas, aproveitando uma bela manhã de sol, as informações chegarão ao comando o mais cedo possível ao meio dia.

O RECONHECIMENTO NOTURNO

À noite, na zona de ação das Unidades Aéreas Divisionárias, as únicas reações da defesa aérea inimiga que se devem temer são as das metralhadoras e das baterias de D. C. A.

O seu tiro à noite sobre aviões não iluminados é mais desagradável que nocivo, com exceção dos tiros de metralhadoras contra os que evoluem a baixa altura.

Os reconhecimentos noturnos efetuam-se sempre por meio de avião isolado e numa atmosfera de calma relativa.

Por outro lado, os resultados obtidos são extremamente desiguais.

Si, em uma zona já bastante conhecida das equipagens, os reconhecimentos de Exército podem mostrar, pela comparação com a observação das noites precedentes, as variações importantes de certas atividades inimigas (tráfego nas vias ferreas, grandes colunas-automóveis iluminados, modificações na carta das luzes, etc.), por outro lado os observadores em geral e os das Divisões em particular sentem grande dificuldade em descobrir as manifestações de atividade do inimigo, sobretudo si este observa rigorosamente a disciplina das luzes.

O emprêgo de paraquedas iluminativos só dará resultados apreciáveis se fôr feito em grande escala, para que possam abranger grandes extensões da zona sobrevoada.

Os resultados do reconhecimento noturno, no escalão divisionário particularmente são muito limitados no espaço e no tempo. Sua interpretação conduz muitas vezes a extrapolações ousadas e às vezes grosseiras.

Daí não ser conveniente esperar do reconhecimento à noite, na Divisão sobretudo, sinão uma simples indicação que deve ser controlada de dia, e nem tão pouco pedir — o que acontece frequentemente nos exercícios na carta — a busca de indícios que ele não pode descobrir (trabalhos defensivos, posições de bateria, movimentos de pequenas unidades, etc.).

Os progressos realizados pela fotografia noturna permitem esperar os melhores resultados num futuro próximo.

Tais experiências feitas durante muitos anos pelos americanos chegaram a um resultado positivo com a sincronização entre o arrebentamento da bomba iluminativa e a abertura do obturador.

A aplicação deste sistema fotográfico nos reconhecimentos noturnos fará com que nem mesmo os movimento executados com todas as precauções e nas noites mais escuras possam escapar às investigações aéreas.

Outro aspecto que deve ser considerado nos reconhecimentos é dado pelo acréscimo de velocidade de deslocamento devido à motorização.

Isto trará como resultado, não um acréscimo de profundidade nas missões, porém uma maior frequencia nas buscas.

Se uma D. I. em movimento foi assinaladas duas vezes em 24 horas, pode-se considerá-la como bem situada; o maior erro que se possa cometer não excederá de alguns quilometros.

Si uma coluna-automovel não foi vista mais de duas vezes no mesmo espaço de tempo, ela pode se achar algumas horas depois de 50 ou 60 km. do ponto em que foi assinalado.

AS MISSÕES DE ARTILHARIA

Passadas em revista as missões de reconhecimento, volvamos nossas vistas para as outras classificadas como missões normais e

que dizem respeito à cooperação direta com as tropas de terra.

Vejamos em primeiro lugar as missões que a Aviação executa em proveito da Artilharia a que são:

- a observação dos tiros, compreendendo:
- verificações
- regulações
- observação de um conjunto de tiros
- a vigilância da zona de ação de um conjunto de artilharia (um ou mais agrupamento).
- a busca de objetivos que é mais um fim de que propriamente missão.

As primeiras experiências para o trabalho de Aviação em proveito da artilharia foram realizadas antes da Grande Guerra, no campo de Mailly, mas ao estalar a conflagração não se havia ainda alcançado um resultado satisfatório.

Sómente depois que foi conseguida a ligação rádio-telegráfica entre o avião e o comando da artilharia em terra, é que as missões de artilharia passaram a ser exercidas com frequência.

Ajustados durante as batalhas de 1915, no Artois e na Champagne os métodos empregados atingiram seu rendimento máximo em 1916 e foram mantidos sem modificações apreciáveis nas operações de 1917, especialmente na ofensiva chamada de "objetivos limitados".

Estes métodos imaginados em pleno decurso das operações, participavam naturalmente de seus caracteres.

Sendo o material de tiro rápido ainda em número reduzido para permitir neutralizar em pouco tempo organizações defensivas cada vez mais numerosas e solidas, os franceses foram impedidos a conseguir sua destruição, o que exige um tiro mais preciso e mais justo.

Os métodos de tiro não se tinham beneficiado ainda dos aperfeiçoamentos adquiridos no decurso das hostilidades.

Também os métodos de observação por avião eram lentos; a observação de um tiro de destruição comportará a observação de tiro de regulação, do tiro chamado de melhoramento e do tiro de eficácia, exigindo em média duas saídas de avião por destruição.

Nascidas durante a estabilização, quando as ligações eram faceis e as situações não evoluíam senão muito lentamente, quan-

do as informações sobre o dispositivo inimigo eram muito abundantes e precisas, as regras, que presidiam o trabalho da Aviação em ligação com a Artilharia, exigiam que o observador aéreo conhecesse perfeitamente a organização desta última, a colocação exata das baterias e dos objetivos.

Entretanto, nenhuma dessas condições se encontrou mais realizada durante as operações de 1918.

Em virtude dos frequentes deslocamentos da frente, tornou-se praticamente impossível para a Aviação manter-se ao corrente das modificações incessantes do dispositivo da Artilharia a servir; seus objetivos não apresentavam mais o mesmo caráter de fixidez; aparecendo e desaparecendo no campo de batalha deslocando-se frequentemente, tornava-se cada vez mais difícil assinalar sua colocação exata ou conhecê-los antecipadamente; além do mais, êles se multiplicavam ao infinito.

Sobre êstes objetivos inopinados e fugitivos os métodos de observação em uso revelaram-se muito lentos; o objetivo havia desaparecido ou mudado de lugar antes que um tiro sique pudesse ser eficazmente desencadeado.

Este fato marcou na primavera de 1918 um verdadeiro eclipse no trabalho da aviação em ligação com a artilharia.

Desde o começo da ofensiva alemã de Março de 1918, a necessidade de uma reforma completa e urgente dos princípios e dos processos apareceu a todos os olhos mais avisados.

Esta foi efetuada em algumas semanas e embora contivesse imperfeições bem comprehensíveis, já expunha claramente as bases que ainda hoje regulam o emprego da aviação em ligação com a Artilharia.

A substituição, da regulação, que necessita da observação de muitas salvas, pela verificação, com a apreciação do afastamento do ponto médio de uma série de arrebentamentos, diminuiu consideravelmente a duração das ajustagens; o chamado tiro de melhoria foi suprimido, enfim, o observador, graças a referência dos tiros sobre o alvo — testemunha real ou fictícia não era mais obrigado a observar de lance em lance o tiro de eficácia.

Assim o rendimento da observação aérea cresceu enormemente.

Ao mesmo tempo, a adopção dos eixos cardeais para a apreciação do sentido dos afastamentos, em lugar da linha bateria-

alvo e de sua perpendicular, dispensou o observador da necessidade de conhecer a colocação exata da bateria de tiro.

Os processos então preconisados, melhorados e ajustados, são ainda, em sua maior parte, os mesmos descritos pelos nossos atuais regulamentos.

Êles conferem ao trabalho da aviação com a artilharia a rapidez, o rendimento, a agilidade exigidas pelas condições de guerra de movimento e pela diminuição atual dos efetivos de aviação de observação.

Passemos agora ao mecanismo das missões de artilharia. Vimos que a primeira delas é a observação dos tiros, compreendendo verificações, regulações e observação de um conjunto de tiros.

I — VERIFICAÇÕES (*)

A verificação tem por objéto vér se o grupamento principal dos tiros, com a alça adotada, para alça média, cobre realmente o objetivo.

Em principio, toda a operação de verificação abrange o tiro de diversas baterias.

Por excepção, uma bateria com uma missão de tiro especial pode dar lugar a uma verificação particular.

A lista das baterias que devam constituir o objéto de uma primeira verificação, é estabelecida pelo comando da artilharia, de acôrdo com o observador do avião, encarregado da verificação ou com o oficial de ligação.

Para a verificação, o numero de tiros dados com alça média é de: 12 tiros para o 75 e o 105.

8 tiros para os 155 e calibres superiores.

4 tiros para certos materiais especiais.

O tiro é efetuado por bateria e comporta a execução e a observação:

- de uma única rajada de 3 tiros por peça para o 75 e o 105;
- de duas rajadas sucessivas de 1 tiro por peça para os 155 e calibres superiores.

(*) **Nota da red.** — A verdadeira denominação atualmente adotada é de "Confronto de tiro".

Uma operação de verificação não se deve transformar em uma séria de regulações sucessivas; o ponto capital para o comando, não é, com efeito, saber se uma ou algumas de suas unidades tem o tiro perfeitamente regulado, mas se a grande maioria delas está em condições de executar tiros realmente eficazes.

A duração de uma verificação varia, segundo as circunstâncias, com o valor do observador, com a facilidade das transmissões, natureza do terreno e a visibilidade.

Pode-se adotar, como duração média da verificação de uma rajada, fazendo parte de uma série de verificações organizada e efetuada corretamente a que se desenrola sem incidentes, o tempo de 5 minutos.

A verificação de 3 baterias de um grupo de 75 ou de 105 dura 15 minutos (1 rajada por bateria).

A verificação de um grupo de 155 durará então 30 minutos (duas rajadas por bateria).

Durante um vôo de duas horas de duração, um bom observador poderá verificar: — 3 a 4 grupos de 75 ou 105 ou 2 grupos de 155.

2 — REGULAÇÕES

O processo de regulação está prescrito, salvo caso excepcional, para a observação de tiros pela aviação, porque é um mecanismo lento e de fraco rendimento.

Caso haja necessidade imperiosa de regular o tiro por meio do avião, deve se proceder a regulação simultânea de muitas baterias a-fim-de suprimir os tempos mortos que a interpretação e a exploração depois de cada rajada, acarretam para o observador.

Nas condições atuais da D. C. A., as regulações são impraticáveis numa frente mais ou menos ativa.

Com efeito, o tempo de regulação é um tempo morto, durante o qual, pelo menos, se desperta a atenção do inimigo. Não se deve perder de vista que o tiro de eficácia é que tem importância.

3 — OBSERVAÇÃO DE UM CONJUNTO DE TIROS

Para o observador esta missão consiste em acompanhar em uma determinada região, o programa de tiros, (plano de emprêgo) de

um agrupamento de Artilharia e informa-lo sobre a eficacia de seus fogos assinalando a maneira com que os diferentes objetivos estão sendo batidos.

O observador pode igualmente reconhecer e anunciar que certos objetivos não estão sendo batidos, o que constitue uma informação preciosa.

A observação de um conjunto de tiros apresenta a vantagem de não entravar de forma alguma a intensidade dos tiros de Artilharia.

Esta missão, entretanto, só deve ser pedida quando o tempo e os meios em observação de que se dispõe são muito reduzidos e impossibilitem a organização de séries de verificações.

4 — VIGILANCIA DA ZONA DE AÇÃO DE UM CONJUNTO DE ARTILHARIA

A vigilancia da zona de ação de uma artilharia tem por fim:

- assinalar ao comando deste conjunto os novos objetivos que possam aparecer nessa zona;
- informa-lo em relação aos objetivos conhecidos ou presumíveis;
- verificar eventualmente os tiros sobre êstes diferentes objetivos, a pedido do comandante do agrupamento.

Esta missão pode, portanto, comportar:

- a observação de um conjunto de tiros
- a busca de objetivos
- a verificação.

Por isto ela é particularmente indicada nas fases de batalha em que a situação na zona inimiga ainda está imprecisa, quando seu dispositivo não foi ainda revelado, ou só o foi em parte.

Parece portanto especialmente indicada:

— Na ofensiva:

- Durante o engajamento que se seguirá a tomada de contacto, porque o dispositivo inimigo, constituido recentemente está mal conhecido.
- **Durante o ataque**, porque durante a preparação de artilharia e no começo do ataque uma grande parte do dispositivo inimigo (especialmente o desdobramento da Artilharia) até então desconhecido, revelar-se-á bruscamente.

Da mesma forma, quando a profundidade da progressão tiver obrigado o inimigo a recuar o desdobramento da artilharia e não se tiver nenhuma informação sobre o novo desdobramento. O período durante o qual se executa este deslocamento é um dos mais favoráveis para a execução desta missão, em virtude da vulnerabilidade da artilharia em movimento e de sua maior visibilidade.

— **Na defensiva**, igualmente:

- Durante o período em que o inimigo efetua, sob os fogos da posição de resistência, sua aproximação e tomada de contacto, a artilharia bem secundada pela Aviação pode então exerceer uma ação retardadora muito poderosa.
- No momento em que o inimigo desencadeia seu ataque e revela o conjunto de seu dispositivo.

5 — BUSCA DE OBJETIVOS DE ARTILHARIA

A busca de objetivos de artilharia, de acordo com o nosso regulamento de 1928, era constituída pela missão que vimos acima, isto é, a vigilância da zona de ação de um conjunto de artilharia.

A busca de objetivos pode consistir;

- seja na execução de reconhecimentos fotográficos da zona provável dos objetivos, por exemplo, a zona de desdobramento da artilharia inimiga;
- ou ainda na execução de "reconhecimentos dos clarões" efetuados ao clarear ou ao crepusculo;
- finalmente a missão de vigilância do campo de batalha, embora exercendo-se especialmente em proveito do comando, contribue pelas informações procuradas para a busca de objetivos de artilharia.

Esta missão, com as diversas modalidades de execução que ela comporta, pode tomar em certas fases da batalha, ou quando não se possue sinão informações incompletas do dispositivo da artilharia inimiga, uma importância especial.

Como as modalidades de execução variam sensivelmente de acordo com a natureza dos objetivos que se quer descobrir, é necessário bem precisar quais os objetivos que devem constituir a razão de ser da missão desencadeada (baterias, movimentos, reservas, etc.).

A escolha dos objetivos a procurar está naturalmente ditada pela missão confiada à Artilharia.

A determinação das missões de Artilharia confiadas às Unidades Aéreas é baseada nas seguintes conclusões:

- Estas missões são definidas, partindo das missões dadas à Artilharia e das necessidades em observação aérea que nascem de sua execução.
- Os conjuntos de Artilharia em proveito dos quais elas serão efetuados são fixados em função do desdobramento geral da Artilharia e da situação dos diferentes agrupamentos que ela constitue.

Enfim, a urgencia das diferentes missões depende estreitamente da importancia relativa, para cada uma das fases da manobra, das ações prescritas á Artilharia.

MISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO COMBATE

A missão de acompanhamento nasceu durante a guerra, quando as forças em presença se estabilizarem sobre posições organizadas, de uma necessidade de ligação entre a Artilharia, cujos vastos programas de emprêgo eram regulados por horário, segundo a velocidade provável da Infantaria, e esta Infantaria, que os obstáculos e os fogos impediam de manter a velocidade prevista.

Disto resultava, no fim de pouco tempo, uma decalagem completa entre os tiros de apoio e de proteção da Artilharia e a frente ocupada pela Infantaria.

A Infantaria experimentava então as maiores dificuldades em manter-se num terreno que a preparação da Artilharia havia completamente revolvido.

Por outro lado, os observatórios terrestres, mesmo quando podiam seguir seus movimentos, viam-se rapidamente privados, em consequência da destruição das linhas telefónicas, de qualquer ligação com a baterias.

O vazio entre os fogos de apoio e proteção e a Infantaria apoiada parecia sem remedio.

Foi então que se teve a idéia de utilizar a observação por avião para suprimi-lo, porque muitos pontos de referência invisíveis para a Infantaria em combate permanecem perfeitamente visíveis para o observador aéreo, enquanto as transmissões rádio-

elétricas utilizadas pelo avião continuavam a funcionar a despeito da intensidade das reações inimigas.

Foi assim que nasceu o acompanhamento do combate: posto em execução em 1916, pode-se dizer que não variou desde essa época.

A missão de acompanhamento do combate tem por fim:

- 1 — seguir os deslocamentos dos primeiros escalões da infantaria amiga;
- 2 — esclarece-la à curta distância a-fim-de lhe permitir vencer as resistências locais, preparar-se para repelir os contra-ataques e utilizar o terreno da melhor forma;
- 3 — assegurar a ligação entre as unidades em primeiro escalão e as retaguardas, facilitando a transmissão dos pedidos, das ordens e das informações.

A missão de acompanhamento é desencadeada por sua vés:

- Em proveito do comando, que é informado da fisionomia do combate, permitindo-lhe receber os pedidos dos comandantes de regimentos de infantaria e de batalhões e fazer chegar a êles suas ordens.
- Em proveito da Artilharia divisionária:
- Artilharia de apoio direto, que é informada da colocação dos elementos em primeiro escalão permitindo-lhe assim aplicar seus fogos com oportunidade e sem risco de atingi-los.
- Artilharia de conjunto que é eventualmente informada sobre a existência de reservas inimigas ao alcance de uma intervenção imediata.
- Em proveito dos elementos em primeiro escalão, aos quais assinala as resistências locais que possa descobrir e o desencadeamento dos contra-ataques.

O acompanhamento dos carros é uma modalidade desta missão e pode ser exercida, seja isoladamente, seja no decorrer da própria missão geral.

Quando a ação dos carros está soldada à da Infantaria, a mesma equipagem é em regra encarregada do acompanhamento do conjunto do combate.

Quando os carros são engajados em ações profundas nas linhas

inimigas, uma equipagem pode ser especialmente designada para acompanhá-los.

Neste caso, a missão primordial é a procura da artilharia anti-carros inimiga.

Essa Artilharia é, geralmente, repartida em peças isoladas ou secções de duas peças, fazendo o tiro direto, o mais das vezes a descoberto ou fracamente protegidas, mas procurando, contudo, por sua disposição no terreno, escapar às vistas dos observatórios afastados. E' pois o conhecimento das formas do terreno o que mais facilita a descoberta dessa artilharia.

Quando o avião de acompanhamento dos carros percebe peças anti-carros, assinala por T. S. F. aos carros de combate, à infantaria e à artilharia, utilizando o comprimento de onda do avião de infantaria.

Pode precisar-lhes as posições, atacando-os a metralhadoras.

Fóra dessa missão primordial, o avião de acompanhamento dos carros acompanha a marcha do ataque, assinala a posição atingida pelos carros e a sua ligação com a Infantaria.

As ordens a dar às Unidades Aéreas relativamente a esta missão são simples.

Seus fins e suas modalidades de execução são nitidamente definidas, não se pode, como nas missões de Artilharia hesitar entre muitas missões.

A única decisão a tomar é a de saber si se deve desencadeá-la, em que momento e em proveito de quais unidades.

Esta escolha é ditada por considerações relativas à manobra prevista e pelas possibilidades da observação terrestre.

MISSÃO DE VIGILÂNCIA DO CAMPO DE BATALHA

Esta missão, embora classificada como missão normal da Aviação, não se justifica senão de uma maneira momentânea e excepcional. E' com efeito uma missão, cujos fins ficam imprecisos e as modalidades de execução mal definidas.

Por isto ela está em oposição aos princípios de economia e de rendimento que regem o emprêgo da Aviação.

Por outro lado esta missão é normal e permanente para a Aerostação.

Para a Aviação ela só se justifica quando o comando estiver "no espaço", cego em relação ao adversário, a fim de desvendar,

aproximativa porém rapidamente, a situação do inimigo e orientar em seguida suas buscas mais metódicamente, partindo da situação assim definida.

EMPRÉGO DAS UNIDADES AÉREAS DIVISIONÁRIAS.

Estudamos suscintamente as missões normais da Aviação, justamente aquelas que serão executadas em cooperação direta com as tropas terrestres pelas Unidades de Observação que estiverem aféitas às Divisões, sejam estas de Infantaria ou Cavalaria.

Vimos anteriormente que toda a vez que uma D. I. ou D. C. deva ser empregada na frente, em 1.º escalão, são postos à sua disposição meios em Unidades Aéreas que em princípio, são os seguintes:

- a) Meios de comando de Unidades Aéreas — 1 Cmdo. de U. Ae. D. I..
- b) Elementos adidos:
 - 1 Secção Foto-Aérea
 - 1 Secção Av. Cmdo.
 - 1 Secção Av. Q. G.
 - 1 Secção Transporte
 - 1 Secção Sanitária
 - 1 Secção Rádio-elétrica
 - 1 Posto de Sondagem Meteorologica (orgânico)
- c) Tropas:
 - 1 Esquadrilha de Observação, tipo divisionário
 - 1 Cia. de Aerostação de Observação.

Eventualmente — 1 Bia. ou 1 Grupo A. A. Ae.
1 Bia. Mtrs. A. Ae.
- d) Serviços

Eventualmente — 1 Secção Parque Av.
1 Secção Dep. Av.

A discriminação de todos êstes elementos seria fastidiosa pelo que nos limitaremos a dar maiores detalhes sobre o Comando e as tropas.

O Comando das Unidades Aéreas de D. I. comprehende:

- a) Um Comandante — Major ou Ten.-Cel.
- b) Um Estado Maior constituído por:

1 Capitão assistente técnico, tendo como adjunto o oficial aviador adido E. M. da D. I.

1 Serviço de informações com o seguinte pessoal:

1 Capitão Chefe de serviço.

2 Oficiais adjuntos (um de aviação, outro de aerostação).

Eventualmente: 1 3.º oficial adjunto, oficial da A. A. Ae., quando a D. I. é dotada de A. A. Ae.

c) Um Estado Menor, compreendendo:

- 1 Sub-Tenente ou Sgt. Ajte. — Cmt.
- 3 datilógrafos
- 1 desenhista
- 2 telefonistas
- 3 ordenanças.

O oficial assistente do Cmt. Un. Ae. D. I. encarrega-se especialmente das questões técnicas: reconhecimento e instalação dos campos, reaprovisionamento em material etc., auxiliado pelo oficial aviador da D. I..

O serviço de informações é a alma da vida tática das Uno. Ae. da D. I. Organiza de acordo com as diretrivas do Cmt. Un. Ae., a busca de informações e a repartição do trabalho entre os diferentes órgãos (aviação-aerostação); assegura a centralização e a coordenação das informações colhidas e sua difusão.

Os oficiais do S. I. Ae., secundados pelo oficial chefe da Seção Foto e pelos oficiais de informação das unidades (Esquadilha, Cia. Ae. Obs. e A. A. A.), mantêm em dia toda a documentação, materializada sob a forma de cartas, croquis, quadros, facilmente utilizáveis pelos observadores para o preparo das missões. Estudam as informações colhidas, ouvem e interrogam os observadores quando regressam de suas missões, esforçam-se para esclarecer suas impressões, comparam as informações que trazem com as já colhidas. A passagem das informações neste **crivo** é essencial porque só o oficial de informações, perfeitamente ao par da situação, conhecendo bem o pessoal, saberá distinguir o que é certo, daquilo que é duvidoso ou menos certo e daquilo que não é certo e, poderá assim dar a informação coeficiente de crédito que merece.

Tropa — A esquadrilha de observação, esquadrilha média, tipo divisionário possue, com material de guerra, 8 aviões e como pessoal:

- a) Pessoal Navegante — Pilotos: 1 Capitão Cmt., 8 tenentes. — Observadores: 1 Capitão ou 1.º Tenente que é o oficial de Informações da Esquadrilha; 7 Tenentes observadores, dos quais 3 podem pertencer às armas de I., C., ou A. — Metralhadores: 4 Sargentos e 1.º cabos.
- b) Pessoal técnico — Como técnicos são incluidos os mecânicos de aviação, mecânicos de armamento, artífices de aviação, electricistas de aviação e mecânicos de viaturas necessários para assegurar a vida da Unidade.

A Companhia de Aerostação de Observação é dotada de um balão de observação e do pessoal necessário à sua utilização.

Compreendendo — 1 Cmdo., 1 Capitão diplomado observador em balão, secção de manobra, secção de defesa anti-aérea, secção de observação, secção de transmissões, secção de parque da Cia.

Encaremos agora, de uma forma um tanto esquemática, o papel das Unidades Aéreas em uma fase das operações, assinalando quais as missões, segundo sua ordem de importância.

Figuremos o caso de uma D. I. enquadrada, na marcha de aproximação seguida de uma tomada de contacto.

Esclarecendo-se com seus próprios recursos, é natural que seu R. C. D. seja o primeiro elemento da D. I. a tomar o contacto com o inimigo.

A missão do R. C. D. ou parte dêle, conforme o caso, comporta sucessivamente:

— uma tomada de contacto, seguida de uma ação defensiva: estática ou ação retardadora.

Para a participação nestas duas missões, a observação em projeto do R. C. D. tomará a forma de missão de acompanhamento.

Como não se pode saber em que momento o R. C. D., será atacado, é conveniente autorizar seu comandante a pedir diretamente o desencadeamento da missão em caso de ataque (pela rede de comando rádio-terrestre).

A ordem às Unidades Aéreas relativa a esta necessidade de observação aérea poderia tomar a forma seguinte:

"Acompanhamento do R. C. D.

Missão a ser executada sómente depois que o contacto com o inimigo fôr tomado e unicamente se o R. C. D. fôr atacado, segundo o pedido feito por essa autoridade".

Para que possa estar convenientemente orientado e informado da situação do inimigo, o Comando da D. I. deve ter vindo acionando seus reconhecimentos, de acordo com um Plano de Buscas de Informações. Os elementos-bases do raciocínio necessários à organização do Plano de Informações são:

- o estudo do inimigo (suas possibilidades)
- a execução da manobra
- necessidade da segurança.

Em princípio, em qualquer das hipóteses feitas, trata-se de avaliar: — a natureza do inimigo, a sua importância, a frente de marcha, as linhas atingidas pelos grossos e pelas vanguardas, o valor dos trabalhos de organização do terreno, se houver, que poderão estar, ou não, ocupados.

Não se deve iniciar um lance sem se ter informações do lance seguinte. Com esta indicação, o Chefe resolve prosegui ou não. No 1.º caso, com o mesmo dispositivo ou com outro.

Nestas condições, antes do encontro com o inimigo, na busca de informações, residirá a cooperação da aviação divisionária, que acionará seus reconhecimentos como vimos anteriormente e de forma que as informações cheguem ao Comando dentro dos prazos fixados.

Vejamos a seguir as necessidades da Infantaria.

A missão das vanguardas será, segundo o caso:

- Repelir os elementos ligeiros inimigos, rompendo as resistências locais que êles possam opôr;
- em caso de encontro com forças mais importantes, constituir uma frente defensiva cobrindo o desdobramento do grosso.

A primeira parte desta missão não necessita do auxílio da observação aérea.

Com efeito:

- as resistências locais são situadas e delimitadas pela ação do R. C. D.;

- os combates sustentados na tomada de contacto, são combates locais, de curta duração, sem profundidade;
- os lances da vanguarda são escolhidos de forma a dar a Artilharia de apôio diréto vistas sobre o terreno da ação.

Ao contrário, a missão de cobertura do desdobramento do grosso levará as vanguardas, si elas forem atacadas, a sustentar um combate defensivo, tendo já uma certa importancia.

O acompanhamento do combate pode então prestar serviços preciosos à Divisão.

Necessidades da Artilharia Divisionária.

A missão da A. D. durante a aproximação comporta:

- o apôio diréto das vanguardas; é uma missão que não necessita a intervenção da observação aérea, porque justamente os lances da vanguarda devem ser escolhidos de forma a cobrir os observatórios que dêm vista sobre a zona de combate das vanguardas;
- o ataque aos objetivos mais afastados e em particular à Artilharia inimiga que se opõe à sua progressão. Esta missão exige o emprêgo da observação aérea, porque os objetivos estarão normalmente desenfiados às vistas dos observatórios terrestres.

Quando a Artilharia encarregada de contra-bateria entrar em ação, não conecerá ainda o desdobramento da Artilharia inimiga a contra-bater e não terá ainda efetuado nenhum tiro.

A observação aérea exercendo-se em seu proveito deve pois, por sua vez, procurar os objetivos correspondentes à sua missão (baterias em ação) e verificar os tiros sobre êstes objetivos.

A missão que nêste caso compete às Unidades Aéreas chama-se "missão de vigilância da zona de ação de uma Artilharia", Artilharia essa que geralmente comprehende mais de um agrupamento.

A zona de ação aérea para a D. I. é fixada pelo Cmt. do Exército, tendo em vista a distância que o separa do inimigo e a linha provável de encontro. O limite em profundidade poderá ser, então, determinado sobre uma linha natural de referência a uma distância de 15 a 20 km. do ponto presumível de encontro.

Este limite sofrerá variações decorrentes da tomada de contacto e de um posterior ataque, bem como das disponibilidades do Exército e das Divisões por ocasião das operações encaradas.

O emprêgo das Unidades Aéreas Divisionárias, no caso de uma aproximação pode ser resumido na seguinte série de considerações.

A extrema incerteza que reina, na aproximação, sobre a evolução da situação do inimigo, dá à busca de informações uma importância particular.

De sua execução correta depende em última análise a rapidez da aproximação e sua segurança.

Seu fim é essencialmente precisar, antes da chegada sobre os diferentes lances ou objetivos, a colocação dos primeiros escalões e dos grossos inimigos em relação às Vanguardas e aos grossos amigos.

Estas informações permitem progredir rapidamente sem o perigo de um desdobramento prematuro ou tardio.

A vigilância dos flancos, quando a D. I. não está, ou está insuficientemente enquadrada, toma uma importância toda especial.

A aproximação, uma vez que exige decisões imediatas e uma intervenção rápida dos diferentes meios, conduz a uma descentralização parcial do Comando.

Disto resulta que as necessidades em observação aérea far-se-ão sentir primeiramente nos escalões avançados.

Estas necessidades em observação podem aparecer repentinamente num momento da aproximação que não tenha sido possível prever de maneira segura.

Convém, pois, si se quer que as necessidades sejam satisfeitas sem perda de tempo, que estas sejam previstas de ante-mão, a-fim-de que as ligações prévias possam ser efetuadas e as missões de observação possam ser preparadas.

A INFLUÊNCIA

“Ha ação psíquica de um homem sobre outro — diz Tarde — quando o primeiro, por seus gestos ou sinais expressivos, compreendido do segundo ou sentido — por sua atitude ou olhar — ou por sua só presença, modifica o estado mental do segundo, despertando nêle uma qualquer perturbação ou apetite que suscite cólera, medo, esperança, ódio, simpatia, desejo de obediência ou de comando, aí inflamando uma idéia, um plano ou um projeto”.

SEÇÃO DE ARTILHARIA DE COSTA

Redator: PRATTI DE AGUIAR

O TIRO A GIZ NA ARTILHARIA DE COSTA ANOTAÇÕES DE TECNICA DE TIRO

Pelo 1.º Ten. A. Leitão Machado

SUA FINALIDADE, MATERIAL NECESSARIO E EXECUÇÃO

FINALIDADE

O "Tiro a Giz", tem por escôpo esclarecer e treinar o estudante de técnica de tiro no emprego das regras de regulação, manuseio das tabelas, gráficos e instrumentos de regulação, e, evitando que tais ensinamentos se obtenham consumindo munição, permitir uma visão nitida do problema da regulação do tiro pela base que se assenta, de situações e hipoteses, na pratica, inteiramente viáveis.

MATERIAL

1.º) — Boletim de regulação em alcance

Para registro das observações e das correções na regulação do alcance, traçamos em um papel qualquer, (almaço, por exemplo), um gráfico como o da figura 1.

Na faze de "ensaio" em que as correções vão até 1 dp no máximo, (não sendo portanto necessária a tabela), os elementos de correção são locados diretamente neste gráfico. O número 25 de sua escala, à esquerda,

corresponde a uma correção nula (é o mesmo 25 do eixo medio do abaco das correções arbitrárias do Cmt. de Bia.) ; em frente a êle lançaremos sempre, registro da 1.^a salva. Assim: 26 será 1 dp, 27 significará mais 2 dp, 20 por — 1 dp, etc....

do Cmt. de Bia. do Totalizador

BOLETIM DE REGULAÇÃO EM ALCANCE

*Bia
Dia
Hora*

Escala fixa - numeracão de ref. igual à do abaco de correção	Séries de tiros						Observações
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	
35							
34							
33							
32							
31							
30							
29							
28							
27							
26							
25							
24							
23							
22							
21							
20							
19							
18							
17							
16							
15							
...							

FIG. 1

Na faze de "melhora" as observações continuam a ser locadas neste gráfico, mas as correções serão traçadas com auxilio da escala móvel que acompanha a tabela. O n.º 50 da régua (ou escala), asinalado por uma seta, (origem), será colocado em frente ao ponto obtido na ultima salva do ensaio; a escala, ao longo da linha vertical da série seguinte; o ponto indicando a correção, locado sobre esta linha, defronte à graduação da escala de numero igual ao que a tabela, onde entramos com o total de observações e o numero de longos, nos indicar. E assim tambem se procederá nas seguintes salvas da "melhora".

Na mesma linha horizontal do ponto de correção, locado como vimos, lerá o R 1 (operador do Boletim) a graduação da escala **A** da esquerda do Boletim e a enviará ao P. 6.

2.º) — Tabela para regulação em alcance

Considerando o 50 de uma escala móvel como indicando a correção nula em alcance, graduações outras, de 10 em 10 unidades nos indicarão correções, cada uma de um dp (desvio provável).

Assim, para 50 — uma correção de 0 dp — para 90 uma correção de +4 dp e ainda para 10 uma correção de -4 dp, ou um garfo.

Na faze de ensaio a simplicidade no número de tiros e nos lanços a fazer (pois êstes não ultrapassam $\frac{1}{4}$ garfo ou 1 dp e aqueles vão a um número máximo de 8 tiros, sendo mais normal a salva ou série de 4 tiros) permite-nos usarmos facilmente apenas o boletim de regulação em alcance e a escala móvel:

Na faze de melhora, contudo, tal não se dá.

Nosso objetivo geral, no tiro de A. de Costa, é sim-

plificar. Tudo que não for simples e expedito não nos servirá em caráter definitivo. Neste espirito, não será difícil ao comandante de Bia. que numa salva de 8 tiros, na faze de melhora, recebeu LCCLLLC, calcular $\frac{C - L}{2N} \times G$, no caso $\frac{3-5}{2 \times 8} \times G$ ou $\frac{1}{8}$ do garfo. Se-
rá o lanço a comandar para correção.

		<i>Bia.</i>		TABELA DE REGULAÇÃO EM ALCANCE																
				Total de tiros curtos																
				0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
				0	x															
				1																
				2																
				3																
				4	90	60	50	40	10											
				5	90	60	55	48	10											
				6	90	65	55	50	45	35	10									
				7	90	65	60	55	45	40	35	10								
				8	90	65	60	55	50	45	40	35	10							
				9	90	65	60	55	50	50	45	40	35	10						
				10	90	65	60	60	55	50	45	40	40	35	10					
				11	90	65	65	60	55	50	50	45	40	40	35	10				
				12	90	65	65	60	55	55	50	50	45	40	40	35	10			
				13	90	65	65	60	60	55	50	50	45	40	40	35	35	10		
				14	90	65	65	60	60	55	55	50	45	45	40	40	35	35	10	
				15	90	65	65	60	60	55	55	50	50	45	45	40	40	35	35	
				16	90	70	65	65	60	60	55	55	50	50	45	45	40	40	35	

Fig. 2

Não é difícil mas não é o mais simples. Não só porque terá que calcular, como tambem ainda procurará ve-

rificar a curva a determinar ao **totalizador de correções em alcance**.

Uma tabela previamente pronta lhe indicará os lances sem raciocínios, interpretações ou cálculos.

E' a tabela da fig. 2.

Entrando na escala da coluna lateral com um número de tiros observados e na escala da linha superior com o número de tiros longos, terá no encontro das linhas dessas graduações um número lhe indicará um seu correspondente da escala móvel. Em frente a este

Bia.	BOLETIM DE REGULAÇÃO EM DIREÇÃO													
dia.....	ESCALA DE CORREÇÕES													
Hora.....	ESC B	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56.....
S 1 ^o														
A 2 ^o														
L 3 ^o														
V 4 ^o														
A 5 ^o														
S 6 ^o														

Fig. 3

por um sinal \times , marcará a curva a comandar ao **totalizador** (ou ao ábaco de regulação em alcance, nas Baterias que ainda não possuem **totalizador**).

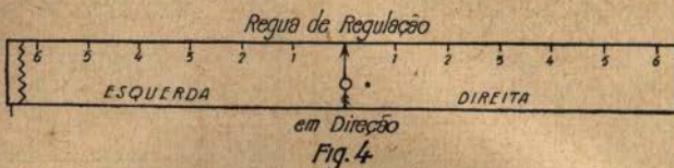
A escala móvel poderá figurar lateralmente (como se a vê na fig. 2) na tabela de Reg. em Alcance.

3.^º) — Boletim de regulação em direção e regua.

E' semelhante ao do alcance (fig. 3).

A escala que tem em cima (Esc. B da Fig. 3) é a das correções arbitrárias do Cmt. da Bia., do preditor de derivas.

Para locação da 1.^a salva o R 2 (operador deste Boletim) tomará como origem o 50 da escala B do Boletim. Para as demais a origem é o ponto médio da última salva. Em frente a este ponto medio será colocado o 0 (zéro) da régua graduada, assinalado por uma seta, (régua da figura 4) marcando as observações dos desvios em direção, fornecidos pelo R4 em frente e do lado conveniente da graduação da régua de numero igual.



Convém aqui lembrar-se ser importante abster-se o servente de qualquer idéia ou interpretação própria. Ouvindo "direita 5" locará o ponto em frente ao 5 do lado "direito" da régua. A aparelhagem é feita de modo a, por si mesma, corrigir o sentido do desvio. Números de referência, côres e outros recursos foram instituídos para poupar trabalho aos interpretadores inteligentes e inovadores. E os ha muitos.

E' mistério tomar-se, com cuidado, mas à vista o ponto médio de cada salva e na sua linha vertical, lêr na escala B do Boletim o numero que deverá ser enviado ao preditor de derivas (P 7).

4.^º — Caixa de dados.

Se dermos uma série de tiros em condições tão idênticas quanto possível, pela lei da dispersão êles "provavelmente" se grouparão com os retângulos que se inscrevem numa curva de Gauss (Fig. 5).

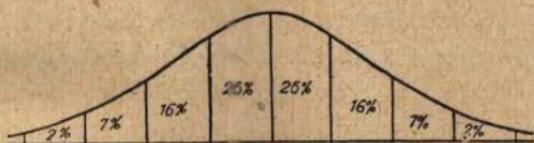


Fig. 5

Se considerarmos sómente a curva e o eixo dos XX e tomarmos entre os extremos do eixo 100 divisões (50 de 2 em 2) das quais só consideraremos as de número par e, ainda, tomarmos uma medida para medir as cos-

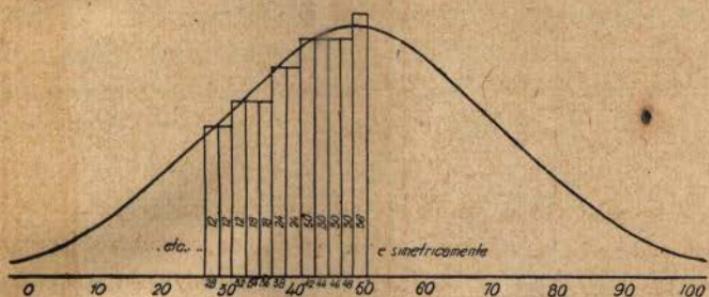


Fig. 6

tas em relação ao eixo, dos trechos da curva em cima dessas divisões, chegaremos, num total de 600 tiros a uma distribuição como a que nos apresenta o quadro da figura 7 (extraída do regulamento norte americano).

N. de dados	N. de ref. dos dados	N. de dados	N. de ref. dos dados	N. de dados	N. de ref. dos dados	N. de dados	N. de ref. dos dados	N. de dados	N. de ref. dos dados
1	4	12	28	30	48	18	68	2	88
1	8	12	30	36	50	12	70	1	92
2	12	18	32	30	52	12	72	1	96
2	14	18	34	30	54	9	74	—	—
2	16	18	36	30	56	6	76	—	—
3	18	24	38	30	58	6	78	—	—
4	20	24	40	24	60	4	80	—	—
6	22	30	42	24	62	3	82	—	—
6	24	30	44	18	64	2	86	—	—
9	26	30	46	18	66	2	86	—	—

Tomamos 100 pequenos cubos de madeira cada um, claro, com 6 faces e numerando-os conforme nos mostra o quadro da fig. 7 (na impossibilidade disto, 600 pequenos quadrados de papelão) isto é, 36 faces com o numero 50, 30 faces com o numero 52, etc.... Os dados, dentro de uma caixa, teremos a **Caixa de dados**.

No exercicio — Tiro a Giz, — tirando-os um a um, leremos o numero que trazem que servirá para, junto ao Retangulo de Dispersão (adiante vê-lo-emos), locarnos pontos que se sucederão como se fossem tiros observados. Para tal, o retangulo possue num dos lados maiores, uma escala de 0 a 100 correspondente aos numeros dos dados. Após lido, o dado, é novamente guardado.

5.º) — Quadro negro — Campo de tiro.

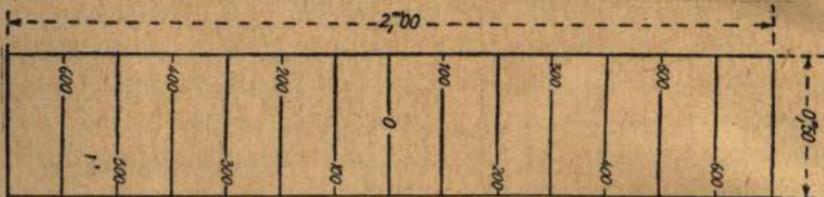


Fig 8

Feito de madeira — com uns 2 metros de altura por 40 ou 50 centimetros de largura e retangular.

Nêle são traçadas retas paralelas entre si e ao lado menor a tinta branca, distanciadas de uma grandeza, em escala, correspondente a 100 ms. no campo de tiro (Fig. 8). Serão numeradas além e aquem de uma delas (média) a zero ou do objetivo, segundo suas distâncias a ela.

A figura 8 dá ideia do quadro negro em questão.

6.º) — Retangulo de dispersão.

De papelão ou cartolina, com dimensões razoaveis (em proporção ao dp do material).

Será dividido em oito retângulos correspondentes a 8 dp em alcance que podem ter um tamanho medio, tendo em vista a grandeza dos dp da tabéla que interessa, em escala conveniente (a mesma do quadro negro campo de tiro, certamente).

Terá em um de seus lados maiores uma escala de 10 em 10 e de 0 a 100.

Esta escala tem relação com os numeros de referencia dos dados da caixa.

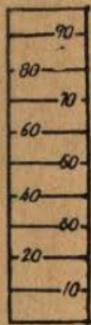


fig 9

Servirá para locação dos pontos, à medida que os dados forem tirados à sorte, como se fossem pontos de impacto que ao acaso se arranjam dentro da dispersão.

Os desvios prováveis (A da fig. 9) podem nas Bias. representar os das suas tabélas, relativas a projeteis e distancias convenientes.

A regulação em direção é por demais simples. Não necessita de dispositivos especiais nem de complicar o quadro-negro com novas linhas, etc....

E' normal, na aparelhagem Hohenthal, obtermos inicialmente desvios de 4 a 5 milesimos e logo à segunda salva aparecerem tiros em Bd (bôa direção) ou de desvio de 1 e 2 milesimos apenas.

No tiro a giz alvitramos que seu R4 designado, vá, à sorte e com bom senso, dando desvios de direção. Inicialmente 7 e 8, depois 3 e 4 e depois ainda sempre em cima, com minimos desvios. Apenas para o R2 não ficar inativo e praticar. Este deve atentar (é banal mas foi comum haver erros dessa especie nas competições de Bias. do D. A. C. em 1937) para a marcação correta ou bastante aproximada do ponto médio.

EXECUÇÃO

Um oficial é encarregado de dirigir o tiro: será o Cmt. de Bia.. Outro fará as vezes de R1, isto é, lançará as observações feitas e enviadas pelo R3 no Boletim de Reg. em Alc.; concluirá pela correção a fazer e a mandará para o P7 no proprio Totalisador ou, se em sala, para alguém que a anote. Para as peças (no caso o operador da caixa de dados) o comando "por N." que couber em consequencia. Mais de um pode fazer a função de R1.

Um outro fará o papel de R2, isto é, lançará no Boletim de Reg. em Direção as observações que forem sendo feitas, fornecendo em consequencia o numero-correção ao P6 no proprio material ou a alguém que a anote.

Tambem podemos ter diversos R2.

Um dos exercitantes tirará da caixa os dados e irá lendo os numeros que têm, para serem os pontos localados no quadro-negro campo de tiro.

Mais um estudante fixará o retângulo de dispersão em um ponto qualquer (sómente os 4 primeiros tiros) do quadro-campo de tiro e à medida que forem lidos os dados, assinalará, por um pequeno sinal x, em frente à graduação da escala do retângulo de um número igual ao lido.

Após a operação, acima esboçada, um aluno, fazendo-se de R3, lerá o sentido dos desvios em relação à linha 0 (zero) no quadro negro, c. de tiro. Outro ainda, de R4, irá fazendo observações de direção.

O quadro negro pode conter, longitudinalmente, eixos que, partindo de um eixo médio assinalado com 0 (zero) marquem desvios em direção de uma certa grandeza (5 em 5 mils., por exemplo).

Não julgamos prático, contudo, este complemento. A observação e regulação em direção são muito simples com a observação axial e a aparelhagem em uso.

FUNCIONAMENTO EM CONJUNTO

Como pessoal distribuído, o operador do quadro negro colocará o retângulo de dispersão em uma posição qualquer sobre o quadro, fixando-o com um percevejo.

O Cmt. do tiro a giz mandará para o leitor de dados: "por 4" (vê-se que não é o "por 4" da campanha em que cada canhão dará 4 tiros).

O leitor de dados irá tirando e lendo quatro dados da caixa. Ao mesmo tempo o operador do quadro irá locando os pontos em frente à escala do retângulo de dispersão.

À medida que os pontos forem colocados, o R3 e o R4 irão observando: "curto... esquerda 7" — "curto... esquerda 6", etc....

Os operadores dos Boletins de regulação vão lançando as observações ouvidas nos respectivos gráficos e logo após, finda a série observada, dirão ao Cmt. da Bia. successivamente as curvas de correção consequentes (exemplo: alcance — 29... direção — 56).

Se o exercício é feito com o material, — o que é preferível — as correções ou dados de curva-alcance e graduação da escala de correções arbitrárias do preditor de derivas, são enciadas para o P6 e P7.

O Cmt. da Bia. terá sempre de cór as regras de regulação e, em consequencia das correções fornecidas, mandará "por N" ao operador da caixa de dados. O Cmt. da Bia., porém, tambem ouve as observações e as anota, controlando tudo e devendo, por vezes, fazer uma pausa para perguntar a um dos exercitantes sobre as ocorrências do tiro, pedindo-lhes, não raro, comando e esclarecimentos. Este Cmt. não precisa vêr o quadro negro — campo de tiro.

Vejamos um exemplo. A figura 10 o ilustrará.

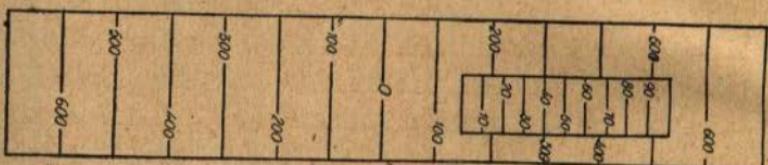


Fig. 10

- 1) CMT. DO TIRO A GIZ — Por 4.
- 2) LEDOR DE DADOS: 46 — 82 — 30 — 12 (sucessiva e paulatinamente).
- 3) MARCADOR: sobre o quadro, em frente às graduações da escala do retângulo de dispersão correspondentes aos números lidos, marcará com x os tiros dados.

4) OBSERV. EM ALC. — R3 — lerá à medida que forem marcados os tiros: longo — longo — longo — longo.

5) CMT. DO TIRO — anotará 1 1 1 1, verá que teve uma salva longa e que o R1 lhe deverá mandar — curva 21 — (ou encurtar de 1 garfo). Espera então o pronunciamento do R1.

6) R1 — do BOLETIM DE REGÊ. EM ALC. — locará como a figura 11 indica, em frente à grad. 25, ponto "a" e partirá com uma reta, deste ponto para o cruzamento 21 com 2a salva onde assinalará com x o ponto b.

Para a direção um procedimento analogo.

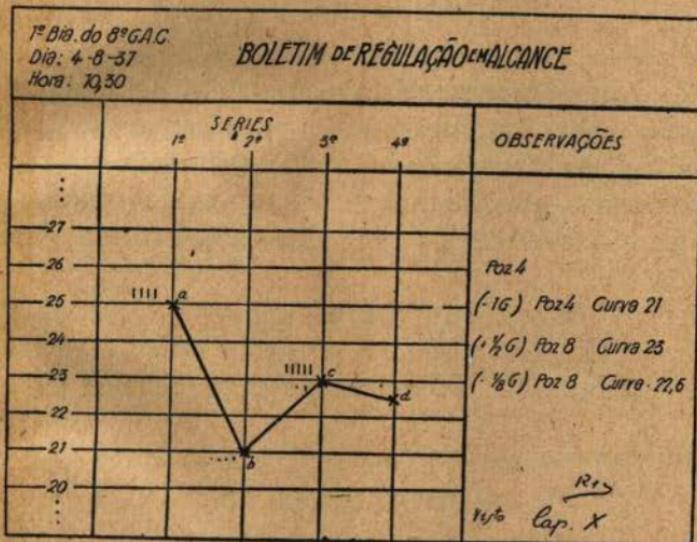


Fig. 11

No exemplo da fig. 11 tivemos uma 2.^a salva: curto-curto-curto-curto que assinalaremos por pontos.... logo abaixo da linha do 21. Obtivemos o enquadra-

mento de 1 garfo. Consequentemente — curva 23 (mais $\frac{1}{2}$ garfo) e “por 8”. Na 3.^a salva (1.^a da melhora”, tivemos 5 longos (5 traços acima da linha do 23) e 3 curtos (3 pontos em baixo da linha do 23 da escala do Boletim) Desta vez, entrando na tabéla com um total de 8 tiros observados e com 5 longos, teremos: 45 (uma coreção, portanto, de $-\frac{1}{2}$ dp).

Colocando então a escala que acompanha a tabéla de reg. em alc. em frente ao ponto c da ultima salva (3.^a), defronte ao 45, marcaremos na linha vertical da nova salva (4^a) o ponto “d” e ler-se-á o numero correspondente, como se faz sempre, à mesma altura na escala da esquerda do Boletim do Reg. em Alcance = = 22,5.

E assim, sucessivamente.

No decurso do exercicio o proprio acaso, não raro, apresenta casos interessantes e perfeitamente viaveia, na pratica. Aperecerão as fases da regulação em alcance — ensaio — enquadramento de um garfo ou salva enquadante — melhora — tudo com continuidade e possibilidade.

Após o R2 mandar “curva 21” — o Cmt. da Bia. mandará para marcador do quadro o lanço a ser feito com o retângulo de dispersão (no caso menos 1 garfo).

EXTRATO DAS NOTAS DO C. I. A. C. SOBRE REGULAÇÃO

Observações gerais —

- 1) Garfo = 4 dç (desvios prováveis).
- 2) Tiro no objetivo é considerado curto e longo.

Assim se dando 8 tiros obtivemos 3-C, 4-L e 1-0 entraremos na tabéla de regulação com N = 9 e L = 5,

isto é, 9 tiros observados dos quais 4 curtos.

3) Tiro "não visto" é para nós "longo".

FAZE DE ENSAIO

1) Nunca regular com menos de 4 tiros nem mais de 8 tiros, nesta fase.

2) Se todos os tiros de uma salva teem o mesmo sentido, corrigir de um garfo em sentido oposto, até obter:

a) Uma salva de sentido oposto à anterior.

Então, obtido assim o objetivo dentro do enquadramento de um garfo, corrigir de meio garfo e iniciar a "melhora".

b) Uma salva enquadrante.

Então, se o numero de tiros de um sentido fôr igual ao do outro, tomar o angulo que a produziu como "angulo de ensaio" e entrar na melhora.

Se 3 tiros são de um sentido e 1 de outro, corrigir de $\frac{1}{4}$ de garfo e iniciar a "melhora".

FAZE DE MELHORA

Fazê-la com um minimo de 8 tiros e com maximo de 16 tiros — Sempre

2) Se os 8 primeiros tiros da melhora são do mesmo sentido, corrigir de 1 garfo e considera tal salva ainda como "ensaio".

3) Se não o são, corrigir segundo a formula

$C - L$
 $\frac{2N}{\frac{1}{2} desvio provável} \times 4 dp$, se fôr tal correção igual ou maior que

Observações — Pôde surgir o caso de, em plena melhora (não sm sua 1.^a salva) obter-se com 8 tiros, todos do mesmo sentido. E', entretanto, esporadico e anormal. Verifique-se o telemetro e a predição. Houve qualquer erro. O Cmt. da Bia., isto é, o R1 não se afobe por isso. Proceda como foi indicado para este caso na 1.^a salva da melhora — um garfo e quatro tiros ou “por 4”.

MARCAÇÃO —

Para uniformização, nos boletins é bom adotar-se:
longo | (traço pequeno e vertical)
curto . (ponto)
ponto médio ou de correção de alcance × (cruz inclinada).

Convém ser, o tiro a giz, praticado de vez em quando ,nas Bias.. São regras banais, manuseios de gráficos mas é bom praticá-los.

Os oficiais, sargentos e demais auxiliares da preparação do tiro devem praticá-los. Deve, sempre, um oficial, dirigi-lo. As unidades podem, para tal, estar aparelhadas.

Outrossim, a teoria do tiro de acôrdo, seus calculos e conclusões constituem bons exercícios periodicos.

O Exército em face do Estado Novo

Pelo Maj. CORREIA LIMA

A guerra moderna exige e requer, em sua totalidade, a mobilização nacional que atinge a todos os departamentos da atividade humano-social; e, infelizmente, a guerra é inevitável.

Dentro dessa verdade irrecusável, queiram ou não os inefáveis e angélicos pacifistas, cabe ao Estado imensa responsabilidade na manutenção da soberania nacional.

E' ele quem organiza, desenvolve e orienta todas as possibilidades materiais, morais e espirituais da coletividade governada, tendo em vista o melhor rendimento delas, nos angustiosos transes de uma luta armada, externa ou interna.

Si assim não fizer não corresponderá aos supremos interesses nacionais.

O Estado autocrático não pôde subsistir porque ficavam os destinos de um povo à mercê da vontade, sem peias, de um mandão qualquer. O Estado Liberal, caindo no erro oposto, também não subsistirá por muito tempo, nos países que ainda o adotam, porque entrega uma nação aos caprichos heterogêneos e inharmonicos de assembléas legislativas, cujos membros não se compreendem e até se combatem.

Vaidades, ambições e incompetências fazem surgir desses conclave politicos, uma multidão de sentenças, as mais dispares e até as mais prejudiciais às conveniências nacionais, quando seus autores são habilmente manejados por especialistas na arte do suborno e da corrupção.

Era preciso então, coibir os abusos do individualismo liberal como já fôra necessário, através de uma carta constitucional, reprimir as arbitrariedades da autocracia, desenfreada e arrogante.

Aliás, o Estado Liberal nunca existiu em sua essência, puramente doutrinária; mas, as vestais das liberdades individuais que só encaram e reclamam direitos, sem se lembrarem de deveres, faziam atroadôra bulha quando os bem intencionados e os verdadeiros patriotas se alarmavam com a anarquia política desses regimes hipertrofiadamente individualistas diga-se de passagem, para uma determinada esfera social pois, praticamente, nem todos eram iguais perante a lei.

Novas tendências economico-sociais acabaram alertando os responsáveis pelos destinos pátrios que, afinal, chegaram à conclusão da necessidade do fortalecimento dos poderes do Estado, afim de manterem a estrutura política das respectivas nações.

Surgiu então o Estado Forte para salvação de muitas patrias, já situadas na perigosa encruzilhada dos extremismos sociais.

O Brasil seguiu essa trilha acertada; retirou das camaras legislativas, tristemente hilariantes e perniciosas, grande soma dos poderes políticos de que dispunham e de que não sabíamos se utilizar. Essas encomodas parasitas entravam assombrosamente o desenvolvimento nacional.

O instituto político de 10 de Novembro de 1937 deu ao chefe do executivo, poderes estatais que o tornam apto a enfrentar a ganancia dos sem-patria, a decidir, quasi unipessoalmente, com firmeza e conhecimento de causa, sobre assuntos de real e indiscutivel interesse coletivo.

O novo estado resultou de um imperativo de salvação

nacional como assizadamente afirmou o atual Ministro da Justiça.

O Brasil se desmantelava pela culpa principal do regime e da displicência faraônica de altas personalidades, detentores de grandes responsabilidades públicas.

Dentro das linhas mestras da constituição de 34, colcha de retalhos e biombo remendado de quanto liberalismo anacrônico ainda pulula por este mundo, remanescentes de um quadro político e social já passado, o Presidente da República quasi nada podia fazer, mesmo contando com a sinceridade e o patriotismo das classes armadas, sempre ao lado das bôas causas, porque a demagogia solapadora, proveniente de um parlamentarismo caôlho, a serviço de um regionalismo coronelístico, e a ingerência perturbadora de forças estranhas ao Estado, não lhe permitiam ampla liberdade de ação em benefício da coletividade nacional.

Levantava-se sempre, iracundo e velhaco, o surrado espantalho da liberdade individual em grotescos esgares de simulada dignidade ofendida, quando nada mais era do que calculada defesa de uma ordem de coisas que só convinha a certos Catões e a seus candidos comparsas, todos muito apegados a posições e situações.

Nas classes armadas, onde se cultiva civismo com acendrado carinho, o novo estado só poderia ser muito bem aceito e compreendido, como realmente o foi.

Era com magua e contristadora apreensão que os militares de terra e mar viam o despenhadeiro insondável a cuja borda, claudicante e inconciente, o colosso brasileiro, em passos tropejos e incertos, procurava avançar às cégas e desordenadamente.

Muitos patriotas sinceros, muitos anti-militaristas, muitos pacatos conservadores e beatíficos burguêsas, chegaram a pensar em drásticos violentos, tais como ditadu-

ras militares ou civis, isso em desespero de causa, vendo tudo perdido no Brasil, musulmanamente passivo e inoperante.

Até que raiou a alvorada cívica da consciência nacional com o golpe de estado de Novembro último.

Exultou a Nação e com ela exultaram suas classes armadas.

O pacto institucional, firmado nessa memorável data, realizou, sem sangue e sem violência, a unificação nacional cujos laços de brasiliade se afrouxavam, perigosamente, cada vez mais, pelo satânico impatriotismo de regulês provincianos, acionados pelas plutocracias, indígena e alienígena, em franco conluio de "Delenda Brasil".

As classes armadas, coesas e disciplinadas, aguardavam em angustiosa expectativa, o pronunciamento dos poderes constituidos em defesa do patrimônio histórico, espiritual, cívico e material da nossa gente.

A elas não devia caber atitude revolucionária, nem mesmo no justo sentido do vocábulo.

E o ato político, indispensável e esperado, veio, para salvação nacional, com a atual carta-magna, partindo a iniciativa do próprio governo como cabia ser.

Surgia em nossa história um novo Caxias, porém de casaca.

No tocante as forças armadas a atual constituição é muito mais explícita que as anteriores, reconhecendo a existência das forças policiais dos estados e avocando à União a competência de sua organização.

Esta questão foi um dos factores preponderantes do caudilhismo brasileiro que quasi estraçalhou o Brasil para dar origem à América Portuguesa, resultante do esfacelamento de nossa grande pátria.

A letra constitucional, neste particular, não pôde ter

sido escrita sómente para ser lida; a unidade nacional requer sua urgente realização.

Assim como há o Exército Nacional, com atribuições perfeitamente expressas para execução em todo o Brasil, assim também haverá a Policia Federal, com suas atribuições policiais, claramente definidas, para toda a vastidão territorial do nosso imenso país.

Ao Presidente da República caberá: fixar os efetivos da Policia Militar Federal; movimentar seus quadros de oficiais; determinar os processos de recrutamento e acessos nos diferentes quadros hierárquicos.

Tudo isso através do Ministério da Guerra, por orgão especialmente criado para tal fim, junto ao Estado Maior do Exército visto como a organização militar da Policia Federal, implica na formação dessa excelente trópa como reserva de primeira linha do Exército Nacional.

E evidente que o Governo, quando cogitar deste magnifico problema adotará, como solução inicial, a federalização dos efetivos policiais existentes e a criação de quadros unicos de oficiais, sargentos, graduados e soldados.

Reservar-se-á também a competência de transferir, classificar e formar oficiais e sargentos nas escolas federais de policia, que criará na Capital da República e em outras capitais do país, obedecendo a programas unicos, confeccionados e executados sob as vistas dirétas do Estado Maior do Exército.

Os estados, inicialmente, porão à disposição da União as respectivas e atuais verbas orçamentarias, destinadas ás suas forças policiais. Posteriormente, concorrerão com as importâncias correspondentes aos efetivos que lhes forem concedidos, de acordo com suas próprias necessidades e mediante propostas de seus governadores, submetidos á aprovação do poder central.

Ao Ministério da Guerra, através do Estado Maior do Exército, caberá estudar e opinar quanto às propostas estaduais.

Sem a mais leve intenção depreciativa ao patriotismo brasileiro, das forças estaduais, sobejamente comprovados em momentos dificeis da vida nacional, cabe entretanto afirmar, com franqueza e desassombro, que a federalização das policias, unificando-as em uma corporação especial, dotada de comando unico, é o melhor meio de cortar, rente e cérce, as petulancias de remanescentes coronelismos regionalistas que não se extirparão, assim, tão facilmente, enquanto os chefetes da extinta politicagem partidária dispuserem de força militar a seu talante.

A ação catalitica das organizações militares estaduais à disposição de outrém sempre perturbará a ação do governo da União como as grandes massas de ferro perturbam o trabalho das agulhas magnéticas.

Tudo indica que essas forças sejam federais.

A constituição assim o diz e o governo assim o executará, por urgente conveniência nacional, assegurando aos seus componentes e lhes ampliando, todas as prerrogativas, direitos e deveres que atualmente usufruem.

E' pena que o artigo 49 da atual Constituição atribua à Camara dos Deputados, quando novamente criada, a fixação das forças de terra e mar.

E' justamente nesta pobre rez que os magarefes legislativos mais afundam seus facões orçamentivoros.

Geralmente desconhecedores dos problemas da segurança nacional, interna e externa, propõem cortes em plenário, verdadeiramente absurdos, tais como os de redução das verbas destinadas à organização e manutenção das comunicações radio-eletricas militares, num país como o nosso,

onde são incipientes e precárias todas as espécies de redes de comunicações existentes.

Isso devia ser da exclusiva competência do Presidente da Repúbliga, segundo proposta dos ministérios interessados e ouvido o da Fazenda na parte relativa à necessária despesa.

A nova Camara, como a antiga, não passará de uma alegre companhia de cidadãos bem vividos que atrapalharão por cabotinismo ou por conveniências pessoais, os atos emanados do executivo, embora atualmente tenha o Chefe de Estado poderes mais fôrtes, capazes de reprimir os surtos demagógicos que, fatalmente, renacerão com ela.

O tempo dirá sobre a necessidade da extinção definitiva desse prejudicial órgão de poder, que será substituído então pelas assembléas corporativas.

Aliás, suas atribuições constitucionais, em volume de trabalho, são tão restritas que a Camara dos Deputados podia ser perfeitamente dispensável, com grande proveito para o regime e principalmente para o Brasil.

Um dos maiores males ocasionados às forças armadas foi a ingerência de seus membros em assuntos da política interna, através do direito de votar e de ser votado; a atual Constituição véda completamente ao militar o direito de votar e estabelece normas, muito justas e protetoras dos interesses do Exército e da Marinha, para os oficiais que forem votados. O nefasto direito de voto, extensivo aos sargentos, que os constituintes de 34 perversamente incluiram no bôjo daquela carta-magna, foi um profundo golpe vibrado contra a estrutura hierárquica e disciplinar das classes armadas.

A atual Constituição exterminou esse perigoso germem de intentonas e quarteladas.

Aos nobres defensores da Pátria ela deixa, implicitamente expresso este aviso: Militar, mantém o teu posto”.

A pena de morte foi outra feliz criação que vém defender a vida do soldado fiel ao cumprimento de seus deveres cívicos. Si em 35 tivessemos a pena capital, os sanguinários desflagadores do morticínio comunista do 3.º R. I. não tripudiariam impunemente, sobre os corpos ainda quentes de suas heroicas vítimas, com o bestial e facinoroso riso, documentado por nitida fotografia, apanhada na ocasião em que depunham as armas assassinas com que golpearam e trucidaram seus confiantes camaradas.

Eles calculariam a merecida consequência da hediondez de seus átos e não seriam tão deshumanos e tão ferózes! Mas, as leis do Estado Liberal, que eles não respeitavam, os protegiam.

O Exército aceitou, com a maior satisfação a instituição da pena máxima, porque assim garantirá melhor a vida dos devotados servidores da Pátria.

A questão da imigração, sábiamente fixada pela atual constituição e regulamentada, com grande descritório patriótico, por uma comissão composta de reais valores, também causou ótima impressão no seio das classes armadas.

Embora o Brasil precise do concurso do braço estrangeiro como nação nova que é, a entrada de imigrantes não podia ficar ao sabor de governos estranhos; ela precisava obedecer aos imperativos da defesa e da economia nacionais sem o que seria antes prejudicial que conveniente.

A Constituição atual legislou defendendo as gerações futuram que teriam de lutar pela integridade do patrimônio territorial do Brasil, revivendo Fernandes Vieira, Henrique Dias, Felipe Camarão, Vidal de Negreiros, Mem, Salvador e Estácio de Sá que nos ensinaram o segredo da raza expulsão de flibusteiros e piratas, aqui aportados exclusivamente

para "fazerem o Brasil" depois de Pedro Alves Alvares Cabral o ter doado à Corôa Portuguêsa.

As conquistas sociais deste segundo quartel do século, foram quasi todas incorporadas na contextura do atual Estado Brasileiro; prima hoje, entre nós, esta entidade poderosa que é a coletividade social.

E isso foi feito sem matar a liberdade individual, mas apenas definindo-as mais claramente e coibindo os abusos que, à sua sombra, eram praticados impune e despudoradamente.

As constituições políticas não são e não podem ser rígidas e imutáveis moles graníticas.

Elas são e devem ser eminentemente flexíveis porque tudo evolue neste mundo, inclusive as aspirações, as necessidades, os direitos e os deveres sociais.

Portanto as leis institucionais que regem as coletividades humanas — os povos — têm necessariamente de evolver, acompanhando seu ritmo evolutivo.

Isso está sabiamente expresso no capítulo "Das emendas à Constituição" de 10 de novembro último.

E' o meio acertado de se proceder a verdadeira revolução sem o recurso perigoso e contra-producente das convulsões armadas, geralmente insufladas por politiqueiros expertos e oportunistas ambiciosos e desflagrados por militares inexpertos, embora sinceros, que fazem ingenuamente o jogo dos eternos malandros, pescadores de situações.

As classes armadas estão satisfeitas com o atual pacto político; estão perfeitamente integradas com o chefe supremo da Nação, a quem admiram e respeitam, e superiormente imbuidas da mais robusta consciência disciplinar e subordinação hierárquica aos enérgicos e capazes ministros que as dirigem.

O Brasil está começando a ser dos brasileiros, basta esta almejada orientação para que as classes armadas cerrem fileiras em torno dos responsáveis pelos sagrados destinos pátrios.

Cada brasileiro saberá cumprir o seu dever, mormente os militares que estarão vigilantes em seus postos de honra nas linhas de frente da Defesa Nacional.

Biblioteca da «A Defesa Nacional»

Livros à venda

	Preço	Taxa e registro
Impressões de Estagio no exercito francez — Ten. Cel. J. B. Magalhães	2\$000	\$500
Instruções de Transmissões — Major Lima de Figueiredo	10\$000	1\$000
Limites do Brasil — Major Lima de Figueiredo	10\$000	1\$000
Legiões Aladas — Italo Balbo	15\$000	1\$000
Ligações e Transmissões — Cap. Frederico Josetti	6\$000	\$500
Morteiros — Cap. Guttemberg Ayres de Miranda	9\$000	1\$000
Manobras de Nioac — Gal. Bertholdo Klinger	4\$000	\$500
Manual do Sapador Mineiro — Major B. Gahardo	15\$000	1\$000
Manual Colombophilo — Dr. Freitas Lima	8\$000	\$500
Mementos de ordens — Major Faustino, numeros 4 e 5, cada	3\$000	\$500
Mementos de ordens, n.º 7	2\$000	\$500
Mementos de ordens, demais numeros	1\$500	\$500
Mementos de ordens, encadernados (Cavalaria)	12\$000	1\$000
Nadando o crawl Americano	6\$000	1\$000
Notas sobre o emprego da Artilharia — Major José Verissimo	10\$000	1\$000

NOTICIARIO E VARIEDADES

O oficial em sua dupla missão de instrutor e disciplinador

Pelo Ten-Cel. ONOFRE M. GOMES DE LIMA

O oficial é o profissional do comando. (Gavet).

Parte integrante do Corpo de Chefes militares, sustenta sobre os homens as tradições nacionais incarnadas no Exército que o absorve e deve preocupá-lo permanentemente. Não se pertence, portanto. E' sempre parcela desse todo glorioso, cuja honra lhe impõe atitude moral ilibada e cuja elevada missão nacional lhe exige um devotamento sem limites.

A todo instante e em qualquer parte reflete um brilho que lhe advém da corporação. Qualquer deselegância atinge além de si, por isso que repercute no Exército e consequentemente na própria nação.

Seus atos devem, pois, ser limpidos qual o forro de seu sabre e corretos como o próprio Exército.

Sua personalidade — que deve ser marcante — não se contém toda em sua individualidade: definindo-se permanente na instituição consagrada ao culto da Pátria. E daí a delicadeza com que lhe cumpre compreender suas elevadas responsabilidades no meio social.

Em si tudo se amplia: em particular as falhas. Ação sem maiores prejuízos si praticada por outrem, agrava-se sobremodo quando da autoria do oficial. E' que neste caso o ato não se personaliza: ultrapassa o autor e interessa imediatamente a uma coletividade por demais sensível, porque representa a própria nação.

O Oficialato é assim a verdadeira nobiliarquia da sociedade moderna e por isso é cercado em todos os países das maiores prerrogativas, pois, a tanto impõem os altos encargos que lhe são conferidos.

A semelhantes dignidades, certo correspondem exigências — morais, sobretudo — que fazem do oficial o tipo social de escol e por isso mesmo representativo não só dos Estados, mas das Nações mesmas.

Predicados tão nobilitantes exigem em correspondencia que seus dignatarios possuam acrisolados dotes civicos e morais, como padrões que são da distinção e nobresa nacionais.

* * *

Este artigo, porém, não se restringe ao enaltecimento do oficialato em face de sua singular significação social e nacional.

Propõe-se — sinão analisar — perlustrar os atributos que definem as duas funções cardiaias do oficial como elemento plasmador das ceculas vivas dos exércitos.

O INSTRUTOR

Instrutor é sem duvida o papel primordial do oficial na paz, uma vez que a instrução bem ministrada se torna a base principal da disciplina e ambos esses elementos são os pilares mestres de qualquer bom exército. Não resta a menor duvida sobre a verdade da expressão: instrução e disciplina igual a exército.

Como o artista — que modela escultura quasi humana — impregna de seu sopro vital a sua obra, o instrutor plasmando o sentimento, o pensamento e o corpo da massa de combatentes de um país, transfunde no exército suas virtudes e cria-o à sua inteira semelhança.

Compreende-se que instrutor aqui tem a ampla significação de elemento da corporação que se encarrega da instrução em um exército, corporação que se rege por uma doutrina unica, pratica um método uniforme a que todos se subordinam integralmente e não quem instrue por processo singular e pessoal — incapaz sempre de fundir o bloco inteiriço que deve ser um exército.

São termos inseparaveis: instrutor e doutrina. Aquele presupõe essa.

Revelante, portanto, a missão do instrutor. Não haverá exagero em considerá-la a pratica de um verdadeiro sacerdócio.

Tão magna função nacional reclama órgãos sadios e vigorosos, com pendores especiais e atributos conquistaveis através de uma preparação cuidadosa e sobretudo honesta, em que sobresáia a nitida compreensão da importancia desse mistér elevadissimo.

Grande esforço e tenaz dedicação são o preço por que se consegue o tirocinio imprescindivel a esse nobilitante magistério e

só em um corpo de homens selecionados, como deve ser um quadro de oficiais, as nações encontram quem tenha abnegação bastante para persistir sem esmorecimentos nessa jornada gloriosa, mas anônima.

Assim compreendidas a elevação e importância do papel do instrutor, ensaiemos o esboço de seu heráldico perfil, alinhando os atributos que devem ornar sua respeitável figura.

Preparo.

Resalta de imediato que um homem com os graves encargos que lhe cabem não pode deixar de possuir uma cultura geral ampla, no mínimo do nível comum dos concidadãos das demais classes sociais influentes e uma preparação profissional sólida.

A cultura geral permite-o sentir-se à vontade diante dos instruendos e serve-lhe de base ao desembaraço que a função lhe exige para se impôr ao conceito de seus ouvintes.

A sólida preparação profissional é seu instrumento de trabalho, a fonte dos frutos de sua incessante atividade e o embasamento dessa mesma atividade, onde a iniciativa colaborante na boa direção de ação dos chefes merece destacada.

Permanente correção de atitude.

É capital sua influência, principalmente no espírito público civil que só pode ajuizar do oficial pelas exterioridades e no ânimo dos jovens conscritos em cuja alma simples e confiante semelhante atributo penetra, fundo, porque lhe concretiza em um modelo o tipo militar que deve vir a ser.

Tendo a eloquência e a grande compreensibilidade do exemplo, é certamente um dos fatores de maior peso na formação do novo soldado.

Esse predicado abrange:

- a atitude propriamente dita, isto é, a pose militar consignada nos regulamentos;
- o cuidado e mesmo uma certa preocupação de elegância viril, no porte dos uniformes;
- o garbo que é a expressão elementar do entusiasmo;
- a circunspectão que implica não só as boas maneiras, mas também a saúde de conceitos e a forma de exprimí-los.

Lealdade e pontualidade.

Não é possível compreender-se um oficial sem essas duas qualidades, maximé o instrutor.

A primeira se ergue sobre a sinceridade de propósitos e assim obriga à franquesa, sem quebra de civilidade, para com os superiores e a isenção de animo no julgamento dos subordinados, em particular dos instruendos.

A segunda é o modo mais simples e penetrante de incutir a compreensão da importância da exatidão nos atos militares, que, fazendo-se hábito na caserna, se transfundirá, com os anos, no meio civil, em consequência do aumento da massa de reservistas.

Bom humor.

A alegria discreta é vida sadia e portanto o ambiente que deve criar-se o instrutor para tornar atraente sua tarefa.

A neurastenia e a irritabilidade são fatores dissociativos e assim contrários à missão aglutinadora do instrutor que as deve afastar radicalmente de sua atividade.

Demais, não se comprehende que um mestre perca a paciencia com qualquer discípulo, mesmo quando esse viola as normas do bom comportamento. A repressão e o castigo devem ser postos em prática de modo que a razão do instrutor não seja comprometida por uma quebra de compostura ou mesmo das boas maneiras.

A firmeza deve excluir a exaltação motivada pela raiva.

Propriedade de linguagem

E' preceito muito claro que para transmitir qualquer conhecimento é preciso ser-se facilmente entendido e a forma adequada de conseguir tal finalidade é falar-se ao alcance da compreensão dos instruendos.

Os instrutores de conscritos e voluntários, levando em conta que a idade mental da massa de nossos homens não corresponde à idade corporal, havendo um retardamento notável da primeira em lação à segunda, procederão muito bem si se exprimirem em linguagem infantil e esforçando-se por lhes falar inicialmente em termos correntes nas regiões em que se criaram. Um oficial nascido no Rio Grande do Sul, instruindo homens do Norte, não lhes

deve falar em coxilha, sanga, canhada, banhado, sem explicar-lhes a que correspondem esses vocabulos nos estados donde vieram.

Convém, portanto, que o instrutor inicialmente fale a linguagem do instruendo e aos poucos vá esforçando-o a expressar-se na forma correntia na região em que se encontra.

Paciencia, pertinácia e justiça.

E' a triologia fundamental a que os educadores agradecem o bom exito ou devem o insucesso de seus esforços, especialmente os instrutores militares que são obrigados a conseguir um alto grau de homogeneidade dos grupos sob sua direção, facilmente avaliavel pelos reflexos do automatismo atingido pelos instruendos.

A paciencia e a pertinácia asseguram a obtenção do automatismo e a justiça, condição "leader" em tudo que diz respeito às relações humanas, cria o "clima" favorável ao desenvolvimento da unidade moral do grupo que se instrue.

Entusiasmo e bondade

Conjugado potencial mutiplicador de energias e cimentador da solidariedade grupal.

O entusiasmo é um dom divinatório com que Marto assinalou os temperamentos militares. Como a chama, contem clarões que inflam e labaredas que incendeiam.

Aliado à bondade fortalece de tal modo a alma humana que tudo é possível a homens nimbados por seus halos.

Exemplo

Compreendido pelo instrutor que o exemplo é o meio mais direto e mais perfeito de ensinamento, fatalmente se tornará modelo para os instruendos. Mas instruir é ensinar elevando, e essa restrição excluindo os maus exemplos impõe que o instrutor seja padrão do que é sadio e veda-lhe permitir-se atitude ou ato contrários à sua missão elevada e patriótica.

Si nos impuseramos ser sintético, certo teria bastado resumir esse ensaio, sobre os atributos exigidos ao instrutor, dizendo: "O instrutor pelo bom exemplo deve servir de modelo ao instruendo".

valor moral do Sr. Mendes Gonçalves, possa ser instrumento de filtração estrangeira no Brasil.

Ao contrário, todos reconhecem na Companhia Mate Laranjeira elemento de civilização e de progresso, que desdobra, valoriza as nossas fronteiras.

Se assim não fosse, não se compreenderia que a deixassem durante cincuenta anos para acusa-la agora de atividades suspeitas.

Melhor depoimento não poderia ter a Companhia Mate Laranjeira seu favor do que o de grandes figuras do Exército Nacional, que visitaram e examinaram sua obra.

PALAVRAS DO GENERAL RONDON

o do general Cândido Mariano Rondon, o bravo desbravador dos sertões, orgulho do Exército e da Nação, as seguintes palavras deixadas no livro da Companhia:

profundamente impressionado pelo que pude ver e apreciar a serra de Ponta-Porã a Amambai, quando da minha visita aí, aqui deixo expressas as minhas emoções. Visitei de Ponta-Porã, pela primeira vez em 1905, no tempo em que Thomaz ainda era o centro principal da Gerencia da Mate Laranjeira. Levei então a minha visita até Rincón, onde me foi permitido apreciar a preparação da herva a e o ensurronamento da que era preparada especialmente para o consumo oselecionado da grande capital platina. A impressão desde Porto Murtinho té aquele Rincón, foi de não deixar dúvida sobre o poder da grande Empresa, fundado Porto Murtinho e lançado, sertão a dentro, os pontos do desenvolvimento da região dos hervais. Margaridi, entreposto importante como intermediario entre o ponto que é o centro de maior exploração. A grande estrada traçada entre os pontos extremos com os seus estivados, treiros e ranchos de pouso para os peões, facilitava a penetração e começava a beneficiar a região que ia se povoando. Foi quando construimos a rede telegrafica da fronteira do Sul. Aí recolhia os benefícios que a Empresa derramava em torno da influencia municipal. Não pudemos, entretanto, opinar a respeito dos trabalhos propriamente de extração mate. Participavamos antes da sugestão reinante

O DISCIPLINADOR

Para não alongar demasiado este artigo, limitar-me-ei a esboçar as qualidades que definem o disciplinador que — segundo anteriormente — é abrangido pelo instrutor.

- São requisitos indispensáveis ao oficial como disciplinador:
- 1) Ser disciplinador, isto é:
 - diligente no cumprimento do dever;
 - respeitoso aos superiores;
 - tolerante, sem negligencia, para com os subordinados;
 - 2) Exigir, sempre, primeiro o mais de si mesmo, para apreender-se da alta e silenciosa significação do exemplo.
 - 3) Velar escrupulosamente pela causa publica.
 - 4) Assistir previamente às necessidades da instrução, serviço e dos homens.
 - 5) Ser pontual e ter firmesa.
 - 6) Ser inteiramente devotado aos mistérios profissionais, clusivo ao grande zelo para com o auto-aprimoramento de sua capacidade intelectual, moral e prática.

Depoimentos sobre a Companhia Mate Laranjeira

Palavras dos Generais Rondon, Meira de Vasconcelos, Mascarenhas de Moraes e outros Oficiais do Exército.

Já tivemos ensejo de chamar a atenção para a injustiça da campanha intermitente que se move contra a Companhia Mate Laranjeira.

A grande obra civilizadora realizada por ela tem sido louvada por brasileiros eminentes, cujos depoimentos são altamente expressivos.

Eles reforçam a nossa afirmação quanto à injuria gratuita de se supor que uma empresa dirigida por um ex-capitão do Exército, for-

do valor moral do Sr. Mendes Gonçalves, possa ser instrumento de infiltração estrangeira no Brasil.

Ao contrario, todos reconhecem na Companhia Mate Laranjeira um elemento de civilização e de progresso, que desdobra, pôe e valoriza as nossas fronteiras.

Se assim não fosse, não se compreenderia que a deixassem trabalhar durante cincuenta anos para acusa-la agora de atividades absurdas.

Melhor depoimento não poderia ter a Companhia Mate Laranjeira a seu favor do que o de grandes figuras do Exército Nacional, que a visitaram e examinaram sua obra.

PALAVRAS DO GENERAL RONDON

São do general Cândido Mariano Rondon, o bravo desbravador dos nossos sertões, orgulho do Exército e da Nação, as seguintes impressões deixadas no livro da Companhia:

"Profundamente impressionado pelo que pude ver e apreciar na excursão de Ponta-Porã a Amambai, quando da minha visita a Campanari, aqui deixo expressas as minhas emoções. Visitei a região de Ponta-Porã, pela primeira vez em 1905, no tempo em que São Thomaz ainda era o centro principal da Gerencia da Empresa Mate Laranjeira. Levei então a minha visita até Rincón do Julio, onde me foi permitido apreciar a preparação da herva canchada e o ensurronamento da que era preparada especialmente para o consumo selecionado da grande capital platina. A impressão que tive desde Porto Murtinho té aquele Rincón, foi de natureza a não deixar dúvida sobre o poder da grande Empresa. Ela havia fundado Porto Murtinho e lançado, sertão a dentro, os fundamentos do desenvolvimento da região dos hervais. Margarito, era um entreposto importante como intermediário entre o ponto de embarque e o centro de maior exploração. A grande estrada carreteira traçada entre os pontos extremos com os seus estivados, pontes, potreiros e ranchos de pouso para os peões, facilitava a penetração e começava a beneficiar a região que ia se povoando. Foi assim quando construímos a rede telegráfica da fronteira do Sul. Ponta-Porã recolhia os benefícios que a Empresa derramava em torno e dentro da influência municipal. Não pudemos, entretanto, formar opinião a respeito dos trabalhos propriamente de extração da herva mate. Participavamos antes da sugestão reinante

que nos levava a simpatizar com as queixas patrióticas contra a desracionalização da nossa importante fronteira. Voltamos a Ponta-Porã em 1922. Assombrados ficamos com o progresso da antiga povoação fronteiriça, transformada numa vila florescente e futurosa. Era a influencia direta da Empreza, formando ali um comércio promissor em torno do qual a população aumentava dia a dia. A expedição do Paraná me permitiu ver Guaira, centro importante fundado pela Empresa em território do Estado do Paraná, no mesmo lugar em que os jesuítas do século XVII fundaram a lendária "Ciudad Real del Guairá", que chegou a ser a capital da celebre República Teocrática de Guaira. Cidade em miniatura, com todos os elementos da vida municipal, agua, luz eletrica, grande hotel, escola, oficinas, porto fluvial com estaleiro de construção, telefone, via ferrea, arruamentos bem traçados; aí está importante serviço prestado e deixado no território do vizinho Estado pela florescente Empresa. Confesso que a inveja bairrista invadiu-me a alma. E não me contive em transmitir ao matogrossense, gerente da Secção Central dos hervais, esse ciúme regionalista. Ponderada observação desviou-se do mau roteiro para encaminhar-me ao de justiça em julgamento sereno. Fiquei então interessado em visitar a povoação que, diziam-se, se fundava no centro dos hervais com proporções iguais ou maiores às daquela que me impressionara. Efectivamente, em 13 de novembro do ano passado, pude gozar da bela emoção que me causou a visita à futura cidade de Campanario, fundada pelo saudoso Raul Mendes. Situada na extremidade dos magníficos campos do Jaapemi, orlada pelos grandes hervais e cercada de poderosas fazendas de criação de gado, levanta-se a rutilante povoação onde paraguaios confraternizados com brasileiros, sob o mesmo impulso de amor e de trabalho, preparam o futuro daquele pedaço de Mato Grosso, à sombra da generosa Empresa. Vi uma cidade em formação. Visitei a Escola, o Hospital, a Usina de luz eletrica, as oficinas, o salão de festas das famílias operárias, a olaria, as grandes plantações da herva mate, os hervais nativos, o barbacuá indígena. Tudo impressionou-me vivamente; mas principalmente o método e o carinho com que o novo gerente Heitor Mendes, dirige os trabalhos da grande industria extractiva. Campanario é o centro de irradiação de boas estradas de rodagem. Liga-se à Ponta-Porã, à Nhu Verá, à Piraí no rio Iguaçu, ao Porto da Felicidade no rio Amambai; a diversos portos do rio Dourado e à futurosa povoação deste nome. Região plana, está

fadada a ser a convergência de turistas que de Campo Grande demandarem as fronteiras do Paraguai e as margens do rio Paraná para gozar as belezas da grande Catarata, o Niagara do Brasil, quando a Estrada de Ferro Internacional de Assunção vier a restaurar a famosa Ciudad Real. Então os sonhos de André Rebouças se transformarão em realidade, transfigurando o Guaira de hoje, simultaneamente, na Omaha, e Niagara-falls da América do Sul; "Estação Central daquela Estrada Internacional, e Cidade de prazer, onde o turista virá admirar a mais bela cascata do mundo". Os benefícios espalhados pela Empresa na vasta região de sua influência são palpitantes. Essa benemerencia torna-a merecedora da simpatia de todos que chegam a conhecer de visu os importantes serviços indiretos que ela presta ao Paraná e a Mato Grosso, sobretudo. Acredito que o atual presidente do Estado, que visitou a região hervateira, terá levado de tudo que viu excelente impressão para voltar suas vistas de operoso administrador ao surto social da elegante e original Cidade dos hervais matogrossenses. Bem merece ela dos poderes estaduais. Oxalá assi mseja! Maio de 1926 — General Rondon".

EXPRESSIVOS TELEGRAMAS DO GENERAL MEIRA DE VASCONCELOS

O general Meira de Vasconcelos atual comandante da 1.^a Região Militar, um dos mais ilustres oficiais do Exército brasileiro, que estuda a fundo os nossos problemas econômicos e sociais, depois de visitar a Companhia Mate Laranjeira, passou ao capitão Heitor Mendes Gonçalves o seguinte telegrama:

"Radiograma de Campo Grande, 3-8-936. N. 32.

Cap. Heitor Mendes Gonçalves — Campanario.

Partiremos hoje levando grandes saudades do amigo e Exma. família, testemunha como fomos da patriótica direção dada Companhia. Desbravando e fazendo prosperar esse recanto maravilhoso executa programa social nitida inteligencia compreensão nossas necessidades. Muito gratos e votos felicidades. (as.) General Meira Vasconcelos".

E em março do corrente ano, este outro radiograma:

"Curitiba, 14-3-1938.

Sr. Engel — Administrador da Cia. Mate Laranjeira — Guaira.

N. 384 M. — Apraz-me enviar-vos meus aplausos e efusivos agradecimentos, eficiente colaboração essa administração está prestando campanha nacionalização, com instituição curso noturno para difusão nosso cenaculo. Encareço, pedindo transmittir meu prezado companheiro e amigo capitão Heitor, necessidade organização Jardim da Infancia, primeiro degrão nacionalização nossas criancinhas filhas de estrangeiro. Atenciosas saudações — General Meira, cmt. Região".

CONCEITOS DO GENERAL MASCARENHAS E DO SEU ESTADO MAIOR

O general J. B. Mascarenhas de Moraes, comandante da 9.^a Região Militar, soldado de reconhecidos meritos, expressou os seguintes conceitos sobre a Companhia Mate Laranjeira, assinados por todo o seu Estado Maior:

"A Companhia Mate Laranjeira oferece, em sua séde, um edificante exemplo de ordem e de trabalho, que se impõe à admiração do visitante.

Tive ensejo de percorrer as oficinas e os hervais, onde observei a disciplina que preside a todas as suas iniciativas; na Escola Francisco Mendes Gonçalves e Hospital Dr. Mario Corrêa notei, com satisfação, a obra humanitaria e cristã que a Companhia realiza; finalmente tive a feliz oportunidade de privar com a sociedade de Campanario, que com seu extraordinario espirito de hospitalidade e seu elevado nível de cultura cativou a minha simpatia.

E', pois, sob esta excelente impressão que, juntamente com os oficiais que me acompanham, apresento os meus melhores agradecimentos pela acolhida que ofereceram e deixo os meus aplausos aos dirigentes deste importante estabelecimento.

Campanario, 26 de março de 1918 — (aa.) General J. B. Mascarenhas de Moraes, Cmt. da 9.^a Região Militar — Djalma Dias Ribeiro, major chefe da 3.^a sec. do C. M. da 9.^a R. M. — Heitor Borges Fortes, capitão do R. Mx. A. — Helio Barbosa Brandão, cap. ajudante de ordens".

PALAVRAS DO COMANDANTE DO 11.^o R. C. I.

O major João B. da Silva Tavares, comandante do 11.^o R. C. I., escreveu, endossadas por seu Estado Maior, as seguintes palavras, que trazem o prestigio do seu nome e dos seus companheiros:

"Plutarcho, em suas "Oeuvres sur Moral", nos diz que toda ação humana, é produto de duas forças concurrentes — entendimento e vontade".

A "Companhia Mate Laranjeira", pela sua organização modelo, é o fruto da resultante dessas duas forças bem compreendidas e aplicadas.

A obra de "Nacionalização", realizada pelo cap. Heitor Mendes Gonçalves, seu atual dirigente, em uma região fronteiriça e completamente afastada dos grandes centros de atividades nacionais, é motivo de orgulho para nós brasileiros.

Visitar "Campânario" é ter a impressão do trabalho bem orientado, dentro da disciplina e do conforto.

Como soldados e como brasileiros rejubilamo-nos por tão meritória obra de progresso e civilização do nosso hinterland, a serviço do Brasil.

Janeiro de 1938.

(ass.) João B. da Silva Tavares — Major cmt. do 11.º R. C. I. — Cap. Osvaldo Antonio Borba — Cap. Oscar Lopes — Cap. Celecino Nunes Martins — Tte. Napoleão Pereira".

(Da "A Noite", de 18-8-938).

ERRATA — Fágina dedicada "A' Patria", 15.ª linha, onde se lê "para cumprirdes..." leia-se: "para cumprir".

Biblioteca da «A Defesa Nacional»

Livros à venda

Notícias da Guerra Mundial — Gen. Corrêa		
do Lago	8\$000	1\$000
Noções de Topologia — Ten. Cel. Arthur Pau-	5\$000	\$500
lino		
Notas de Estudos s/ os novos Regulamentos		
— M. Mario Travassos	5\$000	\$500
O Official de Cavallaria — Gal. V. Benicio		
da Silva	10\$000	1\$000
O Surto do Japão — Major Nicanor G. de		
Souza	1\$500	\$500
O Tiro de Art. de Costa — Cap. Ary Silveira	4\$000	\$500
O Regulamento do sorteio militar — Cel.		
Gentil Falcão	5\$000	\$500
Historia da Guerra entre a Tríplice Aliança		
e o Paraguai — Gal. Tasso Fragoso	50\$000	5\$000
Invasão e Tomada das Ilh. Balticas — Trad.		
Cap. Jm. Gomes da Silva	4\$000	\$500
Indicador Paranhos — Sgt. Eurico Paranhos	5\$000	\$500

COMPANHIA INTERNACIONAL DAS ESTACAS ARMADAS FRANKIGNOIL

Escritório: EDIFÍCIO RALDIA - Salas 401/6
 Avenida Graça Aranha, 43 - 4.º andar
 Telefones 22-7630 — 22-7639
 Telegr. PIEUFRANK — Caixa Postal 1789
 R I O D E J A N E I R O